

Estudo de Sustentabilidade das Estruturas de Proteção Civil

Comunidade Intermunicipal do Alto-Tâmega

LEVANTAMENTO, ANÁLISE E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

maio de 2014



Estudo de Sustentabilidade das Estruturas de Proteção Civil

Comunidade Intermunicipal do Alto-Tâmega

ÍNDICE

I.	ENQUADRAMENTO	9
1.	Enquadramento estratégico.....	9
1.1.	Papel da governação local e regional: a valorização do território	9
2.	Comunidades Intermunicipais (CIM)	10
2.1.	Atribuições e competências das CIM	10
3.	Comunidade Intermunicipal do Alto-Tâmega (CIM-AT)	14
3.1.	Enquadramento territorial	14
3.2.	Caracterização física.....	15
3.2.1.	Caracterização climática.....	15
3.2.1.1.	Temperatura média anual.....	15
3.2.1.2.	Precipitação média anual	16
3.2.1.3.	Ocorrência e duração de geadas	17
3.2.2.	Caracterização uso/ocupação do solo	19
3.2.3.	Regime Florestal.....	23
3.2.4.	Rede Fundamental da Conservação da Natureza	25
3.3.	Caracterização socioeconómica	28
3.3.1.	Evolução da população residente	29
3.3.2.	Densidade populacional	30
3.3.3.	Índices de envelhecimento	31
3.3.4.	Estrutura etária	32
3.3.5.	Taxa de atividade e taxa por sector de atividade	33
3.3.6.	Tipologias das áreas urbanas	34
II.	PROTEÇÃO CIVIL	37
1.	Organização geral da proteção civil em Portugal	39
2.	Estrutura da proteção civil	41
2.1.	Coordenação política.....	42
2.2.	Órgão de execução	43
2.3.	Estrutura das operações	46
2.4.	Estruturas de coordenação institucional.....	47
2.5.	Estruturas de direção e comando	48

3.	Agentes de proteção civil (APC)	50
3.1.	Bombeiros voluntários	54
3.1.1.	Bombeiros voluntários da CIM-AT	56
3.1.1.1.	Viaturas utilizadas nas missões de socorro e emergência	59
3.1.1.2.	Equipamentos de proteção individual (EPI)	63
3.1.1.3.	Instrução e formação dos bombeiros	64
3.1.1.4.	Subsídios atribuídos aos corpos de bombeiros	68
3.1.1.5.	Receitas e gastos dos corpos de bombeiros	72
3.1.1.6.	Equipas de intervenção permanente (EIP)	75
4.	Serviço municipal de proteção civil (SMPC)	77
4.1.	Recursos e meios dos SMPC	78
4.2.	Planos municipais de emergência de proteção civil (PMEPC)	80
4.2.1.	PMPC na CIM-AT	81
4.3.	Orçamentos das autarquias destinadas à proteção civil	83

III. OCORRÊNCIAS CIM-AT 85

1.	Organização das ocorrências	85
2.	Histórico das ocorrências	86
2.1.	Ocorrências por família	88
2.1.1.	Total de ocorrências	88
2.1.2.	Percentagem de ocorrências por família	90
2.1.3.	Média de ocorrência por família e concelho	91
2.2.	Ocorrências selecionadas por tipologia	92
2.2.1.	Total de ocorrências selecionadas por concelho	93
2.2.2.	Distribuição em percentagem das ocorrências selecionadas por tipologia	94
2.2.3.	Média de ocorrências selecionadas por tipologia e concelhos	98
2.2.4.	Distribuição mensal das ocorrências selecionadas	101
2.2.4.1.	Distribuição mensal das ocorrências selecionadas por tipologia	104
2.3.	Recursos físicos e humanos alocados às ocorrências selecionadas	105
2.3.1.	Meios físicos e humanos por concelho da CIM Alto-Tâmega	107
2.3.2.	Média de meios físicos e humanos por concelho e por tipologia de ocorrências selecionadas	109

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento da área territorial da CIM-AT	14
Figura 2 - Temperatura média anual na CIM-AT	16
Figura 3 - Precipitação anual total na CIM-AT	17
Figura 4 - Número de dias de ocorrências de geada na CIM-AT	18
Figura 5 - Período de duração de geadas na área territorial da CIM-AT	19
Figura 6 - Uso/ocupação do solo da CIM-AT	20
Figura 7- Área de uso/ocupação do solo por tipo de área florestal e por concelho	22
Figura 8 - Uso/ocupação do solo na área territorial da CIM-AT	22
Figura 9 - Perímetros Florestais na área territorial da CIM-AT	24
Figura 10 - Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas da área territorial da CIM-AT	27
Figura 11 - População residente (N.º) nos concelhos da CIM-AT 2001 – 2011	29
Figura 12 - Densidade populacional nos concelhos da CIM-AT (N.º/ km ²) 2001-2011	30
Figura 13- Índice de envelhecimento (N.º) nos concelhos da CIM-AT 2011	31
Figura 14 - Estrutura etária da população residente (N.º) nos concelhos da CIM-AT 2011	32
Figura 15 - Taxa de atividade (%) da população residente nos concelhos da CIM-AT	33
Figura 16 - População empregada por sector de atividade económica (N.º) nos concelhos da CIM-AT 2011.....	34
Figura 17 - Tipologia das áreas urbanas dos concelhos da CIM-AT	35
Figura 18 - Esquema representativo da estrutura d Proteção Civil	42
Figura 19 - Estrutura das operações de proteção civil.....	46
Figura 20 - Localização dos agentes de proteção civil na CIM-AT	53
Figura 21 - Área de influência dos corpos dos bombeiros da CIM-AT	57
Figura 22 - Número de população residente por bombeiro por concelho da CIM-AT.....	59
Figura 23 - Distribuição dos veículos por concelho da CIM-AT.....	61
Figura 24 - Número de chefes de equipa por CB e por área de formação especializada	66
Figura 25 - Distribuição anual por CB e por concelho dos subsídios atribuídos pela ANPC	71
Figura 26 - Distribuição nacional por distrito das equipas de intervenção permanente 2013.....	76
Figura 27 - Média do investimento anual das autarquias à proteção civil 2009-2014.....	84
Figura 28 - Base de dados de ocorrências da CIM-AT no período de 2006 a 2013	87
Figura 29 - Percentagem de distribuição das ocorrências nos concelhos da CIM-AT.....	89
Figura 30 - Distribuição do total das ocorrências por ano e por concelho na CIM-AT.....	89
Figura 31- Percentagem da distribuição das ocorrências por família na CIM-AT	90
Figura 32 - Média anual das ocorrências na CIM-AT por famílias e concelho.....	91
Figura 33 - Percentagem de distribuição das ocorrências selecionadas nos concelhos da CIM-AT.....	93
Figura 34 - Distribuição do total das ocorrências selecionadas por ano e por concelho na CIM-AT	94
Figura 35 - Percentagem da distribuição das ocorrências selecionadas por tipologia na CIM-AT	95
Figura 36 - Localização geográfica das ocorrências selecionadas associadas à tipologia “Incêndios” na CIM- AT	96
Figura 37 - Localização geográfica das ocorrências selecionadas associadas à tipologia “Abastecimento de água”, “Movimento de massas” e “Queda de árvores” na CIM-AT	97

Figura 38 - Localização geográfica das ocorrências selecionadas associadas à tipologia “Acidentes”, “Acidentes industriais e tecnológicos”, “inundações de estruturas ou superfícies por precipitação” e “Limpeza de via e sinalização de perigo” na CIM-AT.....	98
Figura 39 - Média anual das ocorrências selecionadas na CIM-AT por tipologia e concelho 2006-2013	99
Figura 40 - Distribuição mensal das ocorrências selecionadas na área territorial da CIM-AT 2006-2013	101
Figura 41 - Distribuição mensal das ocorrências selecionadas por concelho 2006-2013	103
Figura 42 - Distribuição da média das ocorrências selecionadas por tipologia e mês na área territorial a CIM-AT	105
Figura 43 - Distribuição dos meios mobilizados na área da CIM-AT por tipologia de ocorrências selecionadas 2006-2013.....	106
Figura 44 - Média dos meios físicos e humanos alocados às ocorrências selecionadas classificadas por tipologia	107
Figura 45- Percentagem de meios físicos e humanos mobilizados por concelho tendo em conta a sua origem	108
Figura 46 - Média dos meios mobilizados no concelho de Boticas por tipologia de ocorrência selecionadas.....	109
Figura 47 - Média dos meios mobilizados no concelho de Chaves por tipologia de ocorrência selecionadas.....	110
Figura 48 - Média dos meios mobilizados no concelho de Montalegre por tipologia de ocorrência selecionadas.....	110
Figura 49 - Média dos meios mobilizados no concelho de Ribeira de Pena por tipologia de ocorrência selecionadas.....	111
Figura 50 - Média dos meios mobilizados no concelho de Vila Pouca de Aguiar por tipologia de ocorrência selecionadas.....	111
Figura 51 - Média dos meios mobilizados no concelho de Valpaços por tipologia de ocorrência selecionadas.....	112

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Enquadramento regional da CIM-AT	14
Tabela 2 - Uso/ocupação do solo por concelho da área territorial da CIM-AT	21
Tabela 3 - Perímetros Florestais na área territorial da CIM-AT	23
Tabela 4- Distribuição da área (ha) e da percentagem (%) ocupada pelos Perímetros Florestais por concelho.....	25
Tabela 5 - Distribuição das áreas classificadas no distrito na CIM-AT	27
Tabela 6 - Variação da população residente (N.º) nos concelhos da CIM-AT 2001-2011.....	29
Tabela 7 - Densidade populacional nos concelhos da CIM-AT 2001-2011	31
Tabela 8 - Estatística relativa à População empregada por sector de atividade económica (N.º) nos concelhos da CIM-AT 2011	34
Tabela 9 - Objetivos e domínio de atuação da proteção civil	39

Tabela 10 - Princípios Especiais aplicáveis às atividades de proteção Civil	41
Tabela 11 - Órgãos de coordenação política	43
Tabela 12 - Missão e atribuições da ANPC	44
Tabela 13 - Competências do SMPC	45
Tabela 14 - Estruturas de coordenação	48
Tabela 15 - Estruturas de direção e comando.....	49
Tabela 16 - Distribuição dos agentes de proteção civil da CIM-AT.....	53
Tabela 17 - Recursos humanos dos corpos de bombeiros da CIM-AT	58
Tabela 18 - Viaturas utilizadas nas missões de socorro e emergência na CIM-AT.....	60
Tabela 19 - Código e descrição dos veículos de apoio a missões de socorro e emergência	61
Tabela 20 - Número de chefes de equipa por CB e por área de formação especializada	65
Tabela 21 - Subsídios da ANPC atribuídos às AHBV 2008-2012	69
Tabela 22 - Subsídios dos municípios atribuído às AHBV por concelho 2009-2013	72
Tabela 23 - Rendimentos e Gastos das AHBV dos concelhos que integram a CIM-AT 2009-2013	74
Tabela 24 - Recursos humanos dos SMPC da CIM-AT	78
Tabela 25 - Meios afetos aos municípios que integram a CIM-AT	79
Tabela 26 - Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil na CIM-AT	81
Tabela 27 - Distribuição do total das ocorrências por concelho e por ano 2006-2013	88
Tabela 28 - Distribuição do total das ocorrências selecionadas por concelho e por ano 2006-2013....	93

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Recursos humanos dos corpos de bombeiros da CIM-AT.....	i
Anexo II – Equipamento de proteção individual dos corpos de bombeiros da CIM-AT.....	iv
Anexo III – Receitas e gastos dos corpos de bombeiros da CIM-AT.....	viii
Anexo IV – Orçamento das autarquias destinados à proteção civil dos municípios que integram a CIM-AT.....	xiii
Anexo I – NOP 3101/2013.....	xvi

ACRONIMOS

AHBV - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários

ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil

AMU - Áreas Mediamente Urbanas

AP - Áreas Protegidas

APC - Agentes de Proteção Civil

APR - Áreas Predominantemente Urbanas

APU - Áreas Predominantemente Rurais

BV - Corpo de Bombeiros Voluntários

CADIS – Comandante de Agrupamento Distrital

CB - Corpo de Bombeiros

CCON - Centro de Coordenação Operacional Nacional

CDPC - Comando Distrital de Proteção Civil

CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro

CIM - Comunidade Intermunicipal

CIM-AT - Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega

CDPC - Comissão Distrital de Proteção Civil

CMPC - Comissão Municipal de Proteção Civil

CNPC - Comissão Nacional de Proteção Civil

CODIS - Comandante Operacional Distrital

COM - Comandante Operacional Municipal

CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

CONAC - Comandante Operacional Nacional

DECIF - Dispositivo Especial de Combate a. Incêndios Florestais

DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios

DGOTDU - Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

EPI - Equipas de Primeira Intervenção

ENB - Escola Nacional de Bombeiros

GNR - Guarda Nacional Republicana

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

INE - Instituto Nacional de Estatística

LBPC - Lei de Bases de Proteção Civil

MAI - Ministério da Administração Interna

NOP - Norma Operacional Permanente

NUT - Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

PF - Perímetro Florestal

PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PMEPC - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

PROTN - Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte

PROF - Plano Regional de ordenamento Florestal

PSP - Polícia de Segurança Pública

PTD - Programas de Desenvolvimento Territorial

QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional

RFCN - Rede Fundamental de Conservação da Natureza

RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas

SADO-SGOS - Sistema de Apoio à Decisão Operacional – Sistema de Gestão de Operações de Socorro

SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil

SNAC - Sistema Nacional de Áreas Classificadas

ZPE - Zona de Proteção Especial



I. ENQUADRAMENTO

1. Enquadramento estratégico

Com a conclusão do período de programação 2007-2013, a Comissão Europeia desenhou um novo mecanismo para uma alocação mais eficiente de fundos estruturais entre as regiões. Este processo, anteriormente relacionado com o desenvolvimento de estratégias de inovação regional, está, agora, dependente de uma estratégia regional – articulada – de especialização inteligente (*Smart Specialization Strategies*).

As Estratégias de Especialização Inteligente tenderão a facilitar a articulação dos instrumentos de financiamento europeu com as necessidades regionais, procurando maximizar o seu potencial económico de crescimento e de inovação.

A Europa 2020 e o Quadro Estratégico Comum, os dois elementos de referência estratégica materializam três prioridades para o próximo ciclo de programação comunitária: a aposta no crescimento e inovação, a aposta na utilização eficiente de recursos e a criação de mecanismos eficientes de emprego e inclusão. O crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, que traduz estas prioridades, constitui-se como objetivo quantificável a atingir pelos diferentes Estados-membro e pelas estruturas regionais e locais de governação

1.1. Papel da governação local e regional: a valorização do território

A escala de intervenção e os instrumentos para a implementação destas estratégias devem resultar, também, de uma reflexão profunda sobre as competências e os meios disponíveis para a sua concretização. Assim, importa reconhecer que nas áreas de políticas públicas onde não existem inultrapassáveis economias de escala – ou que estão impedidas por força de lei – estas deverão ser da responsabilidade das estruturas de governos locais ou sub-regionais. A proximidade aos cidadãos, com o indispensável aprofundar da autonomia local e intermunicipal gera um conjunto significativo de vantagens na decisão, implementação, controlo e avaliação de políticas públicas. Para além deste fator, que é explicável pela relação mais próxima entre custos e benefícios percecionados pelos cidadãos, também o aumento do interesse nos assuntos de domínio público, a maior possibilidade de participação e envolvimento na esfera da decisão política e a capacidade de a diferenciação de políticas públicas refletir as características e preferências específicas de cada região, são elementos determinantes a ter em conta.

A visão integrada que se exige deverá passar, necessariamente, pelo reforço das condições de eficiência das autarquias e das estruturas de governação intermunicipal, através da identificação das funções essenciais

a desempenhar. Para tal importa também assegurar a articulação com os *stakeholders* regionais, reconhecendo-os determinantes na implementação de *estratégias de especialização inteligente*. Importa, em segundo lugar, a necessária adaptação e desenho institucional de forma a responder aos pressupostos anteriores. Por último, não deverá ser excluída da definição estratégica o papel determinante das respostas de políticas públicas de escala intermunicipal (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, 2013).

2. Comunidades Intermunicipais (CIM)

2.1. Atribuições e competências das CIM

O associativismo municipal, enquanto tipo de cooperação intermunicipal, constitui, em primeiro lugar, um meio de criação de pessoas jurídicas, privadas e/ou públicas, que visam reforçar a capacidade de gestão dos municípios com vantagens ao nível da eficiência, da racionalização dos recursos, da uniformização de procedimentos, da criação de economias de escala, da partilha de experiências e de boas práticas e, consequentemente, a melhor prossecução do interesse público.

Para além das vantagens referidas, o associativismo municipal constitui um corolário de uma reforma administrativa num Estado que, visando aumentar a performance dos governos central e locais, encontra na descentralização administrativa o meio de reorganização dos seus poderes, fortalecendo a eficiência, a gestão, a transparência e, acima de tudo, a democracia.

A descentralização administrativa exige o reforço das escalas de gestão local, o que só pode ser encontrado por duas vias: fusão de autarquias locais ou reforço da cooperação intermunicipal por via do associativismo ou da partilha de serviços, designadamente serviços intermunicipalizados.

O associativismo municipal, independente da caracterização formal e legal moldável no decurso do tempo, pressupõe a criação por dois ou mais municípios de uma nova entidade jurídica, dotada de personalidade jurídica e património próprio e cujos órgãos integram os municípios membros, a qual visa a prossecução do interesse público comum.

O associativismo municipal é uma realidade mundial, facto que nos permite encontrar a fundamentação para o seu reforço na experiência comparada, designadamente na Europa. A diminuição da população rural, o aumento e concentração das populações em centros urbanos, o aumento do nível de tecnicidade decorrente da exigência de uma eficiência tecnológica e económica, sem esquecer o aumento das expectativas na prestação de serviço público, constituiu, fundamentalmente na segunda metade do século XX, um fator de pressão na exigência de uma maior escala ao nível da governação local (Direção Geral das Autarquias Locais, 2011).

A Constituição permite ao legislador ordinário conferir atribuições e competências próprias às associações de municípios, sem que tenha feito qualquer referência ao modo e às competências que podem ser conferidas.

Para o legislador ordinário conferir atribuições e competências próprias às associações, terão estas, por um lado, de provir dos municípios ou do Estado e, por outro lado, importa saber se podem as associações ter supremacia face aos municípios integrantes.

A doutrina tem defendido que no quadro constitucional vigente, as associações de municípios constituem uma *“instância de poder local não supramunicipal mas intermunicipal, mais concretamente uma forma jurídica de cooperação intermunicipal – ainda que, sem dúvida, a de maior alcance, por se tratar de uma cooperação institucionalizada (...) pelo que, não há – não pode constitucionalmente haver – uma relação de supremacia / sujeição das associações de municípios relativamente aos municípios: aquelas limitam-se a coordenar (e não a dirigir ou orientar) a atuação destes em empreendimentos comuns relativos a atribuições que não deixam de ser municipais.”*¹

As CIM, no quadro legal vigente da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, destinam-se à prossecução dos seguintes fins públicos:

- a. Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do seu território;
- b. Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c. Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).
- d. Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Cabe igualmente às CIM assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central nas seguintes áreas:

- a. Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b. Rede de equipamentos de saúde;

¹ João Pacheco de Amorim, Breves reflexões sobre os novos regimes das Associações e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, Revista de Direito Público e Regulação, CEDIPRE, julho de 2009. Este Professor entende ainda que as associações “constituem ainda uma manifestação da autonomia municipal, traduzindo a possibilidade dos municípios se associarem numa entidade de 2.º grau para atuarem concertadamente em níveis ou escalas territoriais superiores. É que esta institucionalização – o mesmo é dizer, o reconhecimento à associação de uma personalidade jurídica de direito público, própria e distinta dos municípios que a compõem – garante-lhe desde logo a autonomia em relação aos municípios indispensável à realização do seu objeto. Elas são, por conseguinte, e no âmbito do poder local, pessoas coletivas públicas derivadas, secundárias e eventuais – por confronto com os municípios que as compõem, que são as pessoas coletivas originárias, primárias e necessárias que as legitimam e suportam constitucionalmente.”

- c. Rede educativa e de formação profissional;
- d. Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e. Segurança e proteção civil;
- f. Mobilidade e transportes;
- g. Redes de equipamentos públicos;
- h. Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i. Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

É ainda atribuição das CIM prosseguir as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.

Compete igualmente às CIM designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

A conceção do quadro de atribuições das CIM parece ter tido como principal preocupação garantir a participação destas entidades na gestão do QREN. Com efeito, o modelo de governação do QREN, definido pelo Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de setembro, prevê a possibilidade de delegação de competências das autoridades de gestão dos Programas Operacionais nas CIM (na qualidade de organismos intermédios), com ou sem estabelecimento de subvenções globais.

Graças a esta possibilidade, a maioria das CIM celebrou contratos de delegação de competências com subvenção global com as autoridades de gestão dos Programas Operacionais Regionais, o que implicou a delegação de competências de gestão e a atribuição dos recursos financeiros necessários à execução dessas competências.

A celebração destes contratos pressupôs a elaboração de Programas Territoriais de Desenvolvimento (PTD) que consubstanciam as estratégias integradas de desenvolvimento do território de cada CIM, procurando garantir, assim, a coerência estratégica das operações objeto de contratualização.

Constituindo os PTD a visão do conjunto dos municípios que integram a CIM para o desenvolvimento do seu território, estes programas estabeleceram estratégias completas e abrangentes de desenvolvimento, extravasando o âmbito das tipologias de operação objeto de contratualização entre cada CIM e a respetiva autoridade de gestão do Programa Operacional Regional. Estes PTD têm, assim, uma utilidade acrescida ao poderem servir de fundamentação estratégica a candidaturas fora do âmbito dos contratos de subvenção

global, a apresentar pelos municípios, ou por consórcios por estes integrados, a Programas Operacionais do QREN ou a outros instrumentos públicos de incentivo ao desenvolvimento.

Esta contratualização representa um importante contributo para a existência de um quadro financeiro estável de investimento municipal plurianual e, de forma indireta, favorece a consolidação de uma malha institucional de nível sub-regional, nomeadamente através do estímulo à capacitação técnica das CIM, que puderam apresentar ao eixo de assistência técnica do Programa Operacional candidaturas para obtenção de verbas destinadas a financiar, em parte, o exercício das competências delegadas pelas autoridades de gestão (Direção Geral das Autarquias Locais, 2011).

Resumidamente, pode afirmar-se que a participação na gestão do QREN constitui o fator crítico de sucesso na prossecução das principais atribuições das CIM.

Uma das áreas de articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central que compete às CIM é área da proteção civil. Sendo esta uma atividade permanente e de enorme importância para garantir a segurança do território e dos cidadãos face aos riscos, cabe ao Estado regular e orientar as estratégias que visem pôr em prática uma adequada preparação para enfrentar os perigos, bem como os processos de resposta e recuperação, ordenando a elaboração de planos específicos, reunindo todos os meios e intervenientes necessários.

Acima de tudo, está em causa a valorização dos instrumentos de proximidade de definição e implementação de políticas públicas, nomeadamente através da valorização da escala municipal e intermunicipal, reconhecendo os territórios como instrumento, como contexto e como recursos diferenciado e determinante para o sucesso de uma estratégia de crescimento inteligente, inclusivo e sustentável.

Neste sentido surge o “Estudo de sustentabilidade das estruturas de proteção civil na área territorial da CIM-AT” que tem como objetivo, promover a sustentabilidade das estruturas de proteção civil. Em torno desta visão a proteção de pessoas e bens, preocupação central de um sistema de proteção civil, tem assim obrigatoriamente de ser acompanhada de medidas e esforços consistentes de redução de vulnerabilidades, mitigação de riscos e promoção da sustentabilidade do território e do ambiente, numa conjugação de esforços ao nível intermunicipal.

3. Comunidade Intermunicipal do Alto-Tâmega (CIM-AT)

3.1. Enquadramento territorial

A área geográfica da CIM-AT situa-se na Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUT) III Alto Trás-os-Montes, distrito de Vila Real. Compreende os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e abrange uma área total de 2.922 Km², ou seja 13,7% da superfície da Região Norte (Tabela 1 e Figura 1)

TABELA 1 - ENQUADRAMENTO REGIONAL DA CIM-AT

Região (NUT II)	Sub-Região (NUT III)	Distrito	Concelhos	Freguesias (Nº)	Área do Concelho (Km²)
Norte	Alto Trás-os-Montes	Vila Real	Boticas	10	321,96
			Chaves	39	591,23
			Montalegre	25	805,46
			Ribeira de Pena	5	217,46
			Valpaços	25	548,74
			Vila Pouca de Aguiar	14	437,07
Total				118	2921,92

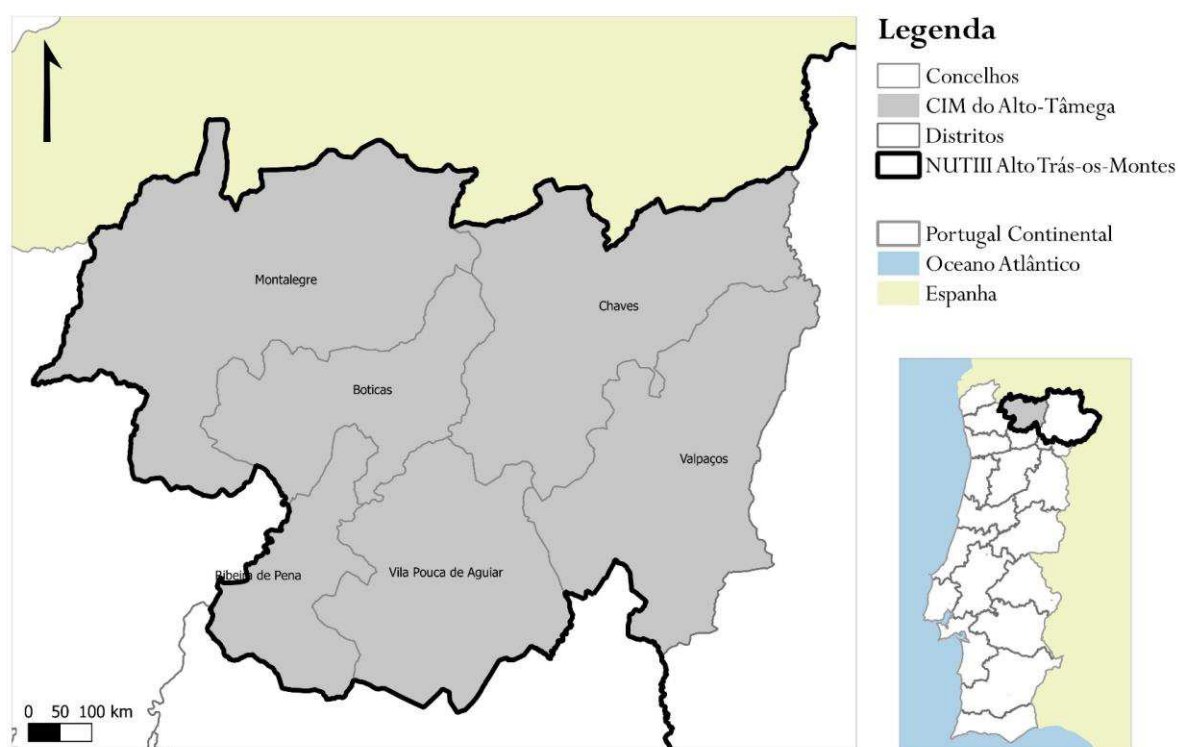


FIGURA 1 - ENQUADRAMENTO DA ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT

A Região do Alto-Tâmega faz fronteira a norte com a Galiza; a sul, com o agrupamento de municípios do Vale de Douro Norte; a este, com a Terra Fria e Terra Quente Transmontana; a oeste, com municípios dos agrupamentos do Vale do Lima, Alto-Cávado e Alto-Ave. Integra uma zona verde formada pelas veigas de Chaves e de Vila Pouca de Aguiar, de altitudes entre 400 e 750 metros, com solos de boa capacidade para uso agrícola. Uma zona de planalto, Boticas e Montalegre, de altitudes compreendidas entre 800 a 1000 metros, com boa aptidão para pastagens e cereais e uma zona de montanha igualmente em Boticas e Montalegre com altitudes entre os 800 e os 1500 metros, com boa aptidão florestal.

O Alto Tâmega caracteriza-se por ser uma região com clima tipo Atlântico, com elevada precipitação no inverno e relativa humidade no verão.

3.2. Caracterização física

3.2.1. Caracterização climática

A caracterização climática de uma região reveste-se sempre de uma enorme importância já que ela mostra o comportamento dos diferentes fatores climáticos, fatores esses que têm uma enorme importância a vários níveis: como indicador das condições ambientais, como recurso (hídrico ou em termos energéticos através dos ventos e da insolação), como condicionante da distribuição e alteração dos elementos climáticos (precipitação, temperaturas, insolação, vento, neve, entre outros) e como condicionante à localização (conforto climático).

O conhecimento e estudo dos parâmetros climatológicos têm adquirido grande importância dada a sua utilização nos mais variados campos de atividade. Podem ser utilizados em índices de risco de incêndio e comportamento do fogo, modelos ecológicos e modelos de prevenção na área de proteção civil.

A caracterização climatológica da região da CIM-AT tomou em consideração os dados de temperatura, precipitação e geada; observadas nas cartas temáticas adaptadas do Atlas do Ambiente Digital de 1978.

3.2.1.1. Temperatura média anual

Pela análise da Figura 2, verifica-se que temperatura média anual na área territorial da CIM-AT varia entre os 7,5°C e os 16°C. As maiores temperaturas registaram-se nas veigas de Chaves e Vila Pouca de Aguiar, no maciço central de Ribeira de Pena a este do concelho de Valpaços. As temperaturas mais baixas foram

registadas no concelho de Montalegre, em que cerca de 75% da sua área apresenta uma temperatura média anual entre os 7,5°C e os 10°C.

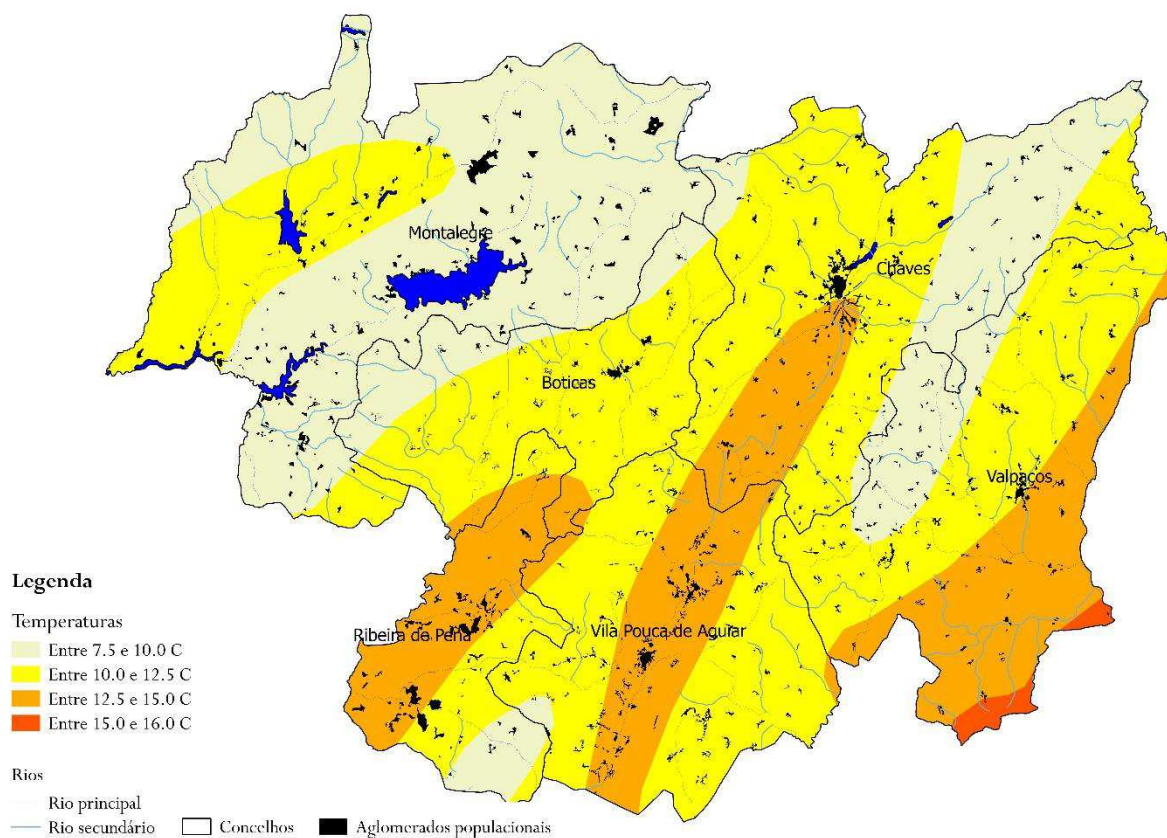


FIGURA 2 - TEMPERATURA MÉDIA ANUAL NA CIM-AT

FONTE: ADAPTADO ATLAS DO AMBIENTE | 1978

3.2.1.2. Precipitação média anual

A pluviosidade é regulada pela distância ao mar, altitude e exposição. Assim, encontram-se as precipitações mais elevadas nas regiões mais altas e mais expostas aos ventos dos quadrantes ocidentais, enquanto nas regiões mais baixas e mais protegidas se registam precipitações mínimas.

Valores de precipitação elevados na zona do Gerês, Alvão Marão e Padrela (zonas de altitude), contrastam com valores mais baixos na veiga de Chaves e vale do Rabaçal na zona este de Valpaços (zonas baixas e interiores).

A precipitação média anual da área territorial da CIM-AT varia de oeste para este, registando-se no concelho de Montalegre precipitações superiores a 2000 mm e nos concelhos a sul e este, precipitações inferiores a 1000 mm (Figura 3).

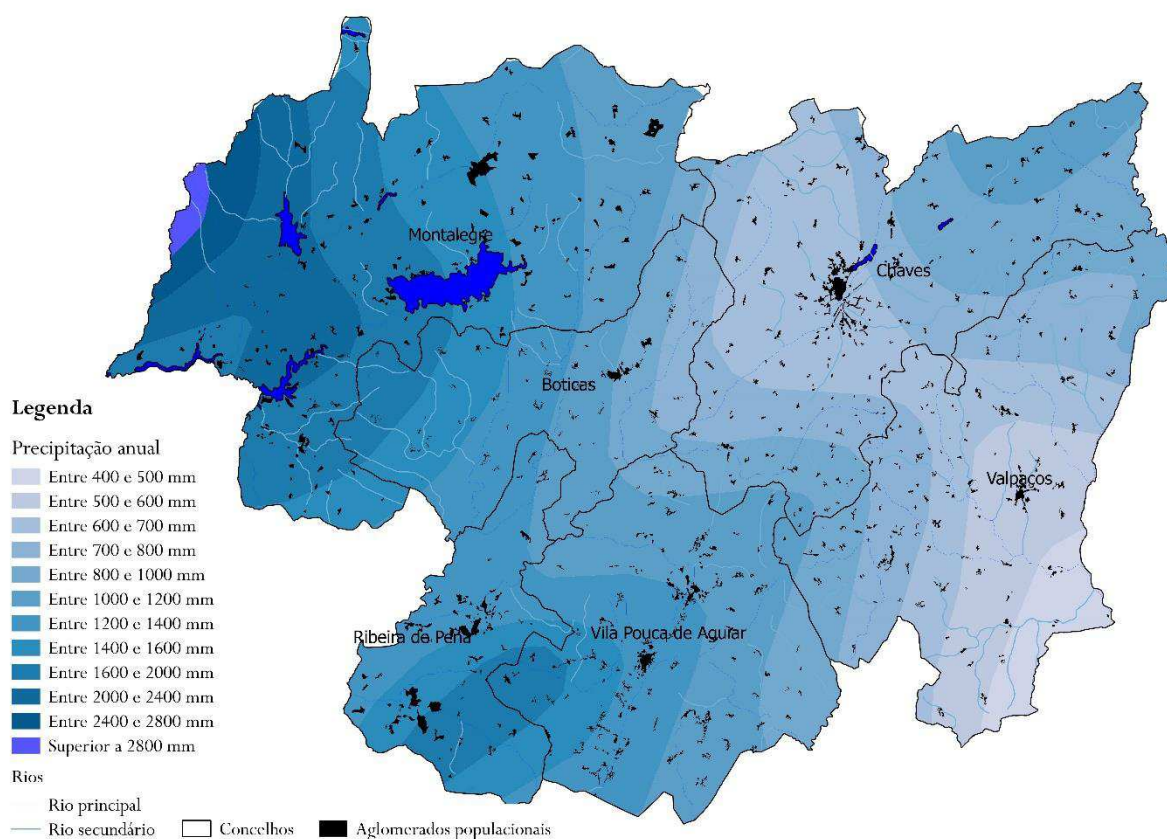


FIGURA 3 - PRECIPITAÇÃO ANUAL TOTAL NA CIM-AT

FONTE: ADAPTADO ATLAS DO AMBIENTE | 1978

3.2.1.3. Ocorrência e duração de geadas

Pela observação da Figura 4, referente ao número de dias com geadas, percebe-se que este valor aumenta nos sentidos, Litoral/Interior e Sul/Norte, ou seja, aumenta o número de dias com geadas à medida que nos deslocamos para zonas mais secas e mais frias. Compreende-se, assim, que os concelhos de Chaves, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (por esta ordem), sejam os mais afetados no que a este parâmetro diz respeito.

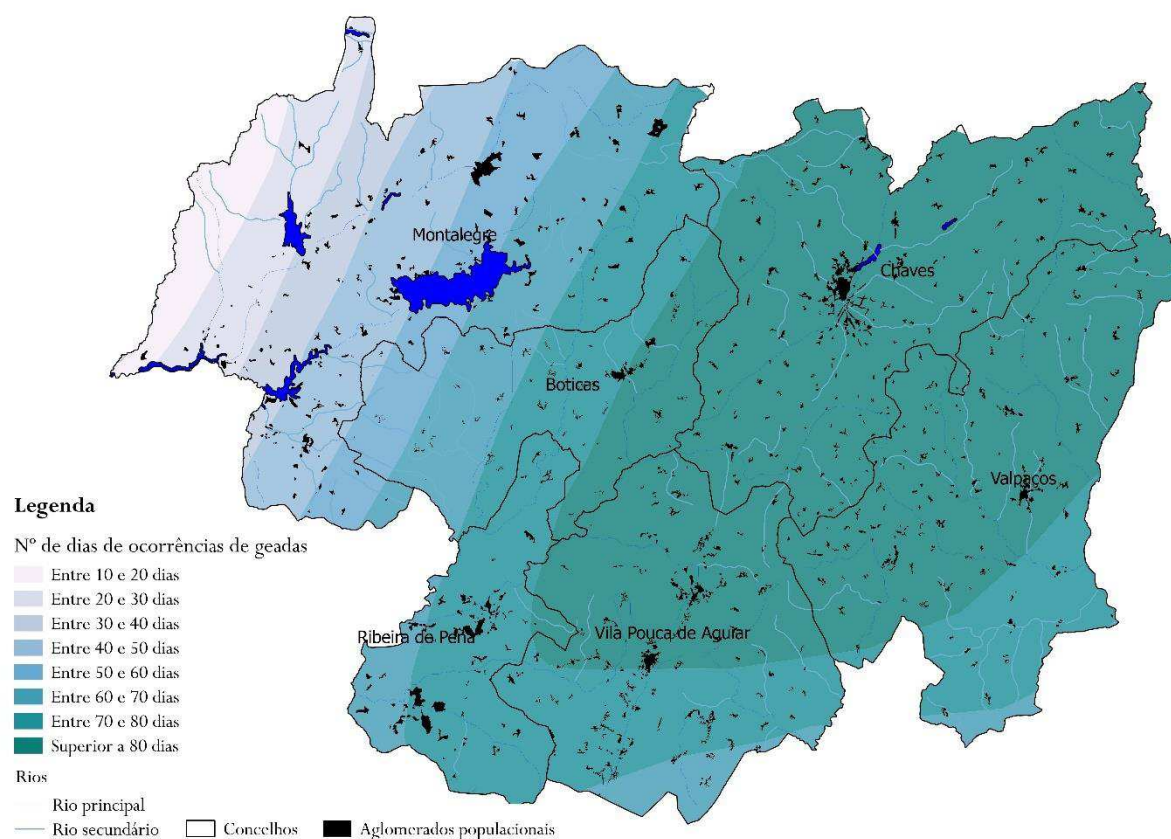


FIGURA 4 - NÚMERO DE DIAS DE OCORRÊNCIAS DE GEADA NA CIM-AT

FONTE: ADAPTADO ATLAS DO AMBIENTE | 1978

Da comparação da Figura 4, com a Figura 5 (período de duração de geadas) ressalta que as zonas de altitude desta região, apesar de não terem muitos dias com geada, são aquelas em que esta se faz sentir por períodos mais longos. Assim sendo, são os concelhos de Montalegre e Boticas aqueles apresentam períodos de geada mais longos.

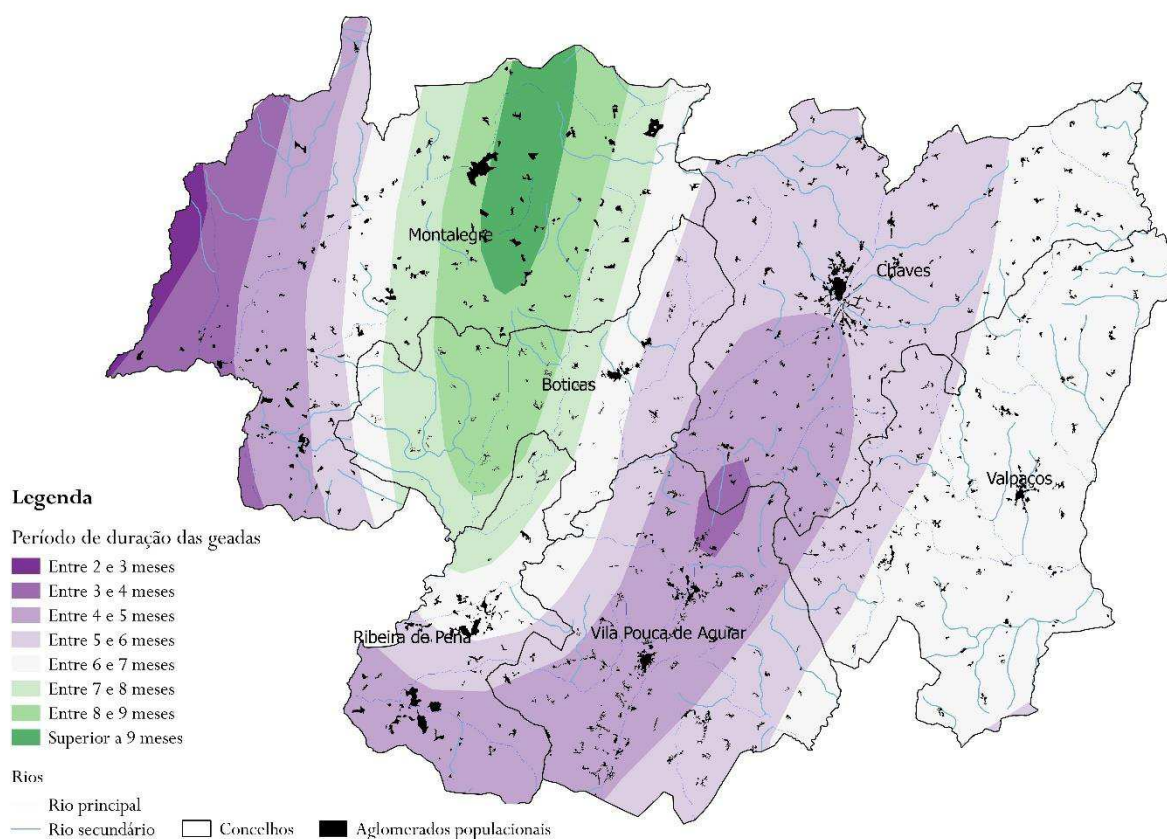


FIGURA 5 - PERÍODO DE DURAÇÃO DE GEADAS NA ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT

FONTE: ADAPTADO ATLAS DO AMBIENTE | 1978

3.2.2. Caracterização uso/ocupação do solo

Para um correto ordenamento do território é fundamental conhecer as características e a ocupação do solo, nomeadamente a sua ocupação florestal. O conhecimento do uso e ocupação do solo é relevante para a avaliação da forma como o Homem usufrui do espaço.

As alterações de uso e ocupação do solo constituem uma temática de grande relevância aos níveis global, nacional e regional, devido aos impactos que estas alterações podem causar nos sistemas ecológicos, ambientais e socioeconómicos. Neste contexto, a avaliação do uso/ocupação do solo tornou-se fundamental em vários domínios como o ordenamento e planeamento do território, nomeadamente no âmbito de proteção civil, monitorização ambiental, a nível político, económico e social.

No território compreendido pela CIM-AT, tem-se verificado ao longo dos últimos anos, a perda sucessiva de área ocupada ou usada para as atividades agrícolas e o aumento progressivo das áreas florestais. Este aumento progressivo também se observou na artificialização do solo, embora com menor expressão.

Ao analisar-se a repartição da estrutura de uso/ocupação do solo, Figura 6, no território da CIM-AT verifica-se que a “Floresta aberta”, onde se incluem os matos, a vegetação herbácea e esparsa, cortes e novas plantações, é a que tem maior expressão, 43,8%, seguindo-se a “Área agrícola” com 38,6%. A “Floresta” onde se inclui a floresta de resinosas, folhosas e mista, representa 11,6% da área de estudo. A área territorial é predominantemente rural, sendo que mais de 50% (11,6% Floresta e 43,8% Floresta aberta) da área é ocupada por área florestal.

Numa análise comparativa por concelho e

tendo em conta os dados apresentados na Tabela 2 e verifica-se que a “Área agrícola” é a classe de uso/ocupação de solo de maior importância em Chaves (41.603 ha) e em Valpaços (39.990 ha), que representa 30,3% e 29,1% respetivamente, do total da área agrícola da área de estudo. O concelho de Ribeira de Pena é o concelho que tem um peso menos significativo, apenas 5%.

A “Floresta” onde se incluiu os níveis identificados, segundo a classificação de CORINE Land Cover (2006), de floresta de folhosas, floresta de resinosas e floresta mista, que representa 11,6% da uso/ocupação do solo da área de estudo, tem a sua maior expressão no concelho de Vila Pouca de Aguiar (9.367ha) seguindo-se o concelho de Montalegre (8.580ha), que representam respetivamente 22,7% e 20,8% de toda a área ocupada pela floresta, na área territorial da CIM-AT.

A “Floresta aberta”, que ocupa 43,8% da área territorial de estudo, tem no concelho de Vila Pouca de Aguiar a sua maior expressão com 32.827 ha, que representa 21,1% da área da CIM-AT. O concelho de Boticas, que tem a menor área territorial, é o segundo concelho da área de estudo com maior área ocupada pela “Floresta aberta”, com 30.258 ha, que representam 19,4% da área total. Montalegre, apesar de não ser o concelho com maior área de ocupação de floresta aberta, é o concelho com maior área de matos, categoria que está integrada neste nível, com 16.267 ha. Valpaços, com 17.438ha de área ocupada com “Floresta aberta”, é o concelho com menor representatividade desta ocupação do solo em toda a área territorial, 11,2%.

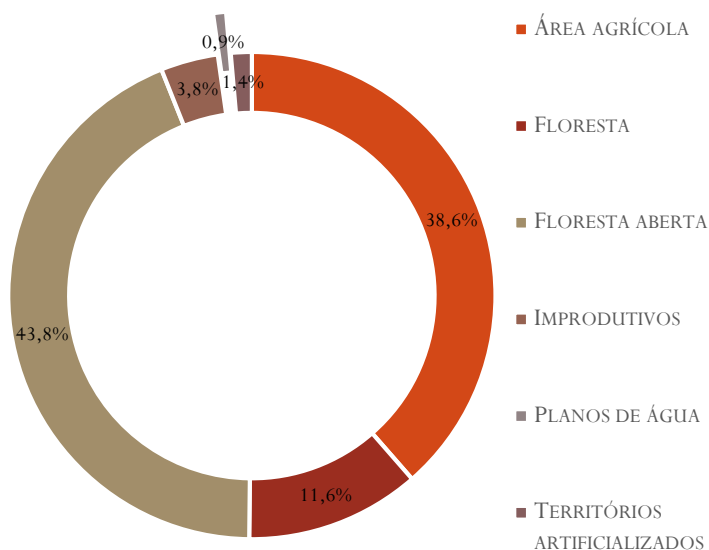


FIGURA 6 - USO/OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIM-AT
FONTE: CORINE LAND COVER, 2006

O concelho de Montalegre é o concelho onde a percentagem de “Improdutivos”, onde se incluem os incultos e a rocha nua, e de planos de água é maior, com 69,9% e 96,5%, respetivamente, da área da CIM-AT.

O concelho de Chaves e o concelho de Vila Pouca de Aguiar são os concelhos da área territorial da CIM-AT, com maior percentagem de “Territórios artificializados”, 40,7% e 34,3%, respetivamente.

TABELA 2 - USO/OCUPAÇÃO DO SOLO POR CONCELHO DA ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT

Concelhos	Ocupação/Uso do solo											
	Área agrícola		Floresta		Floresta aberta		Improdutivos		Plano de água		Territórios artificializados	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Boticas	11642	8,5	7352	17,8	30258	19,4	1137	8,4	0	0,0	181	3,7
Chaves	41603	30,3	7050	17,1	29544	18,9	66	0,5	108	3,5	2009	40,7
Montalegre	23723	17,3	8580	20,8	27097	17,4	9500	69,9	2944	96,5	384	7,8
Ribeira de Pena	6840	5,0	5956	14,4	18750	12,0	673	5,0	0	0,0	440	8,9
Valpaços	39990	29,1	3036	7,3	17438	11,2	314	2,3	0	0,0	225	4,6
Vila Pouca de Aguiar	13586	9,9	9367	22,7	32827	21,1	1895	13,9	0	0,0	1693	34,3
Total CIM-AT	137386	38,6	41340	11,6	155913	43,8	13584	3,8	3052	0,9	4931	1,4

FONTE: CORINE LAND COVER, 2006

Remetendo-nos exclusivamente para o uso/ocupação do solo florestal e através da análise da Figura 7, verifica-se que o concelho de Chaves é o concelho com maior área de “Floresta aberta, corte e novas plantações”, com 21.705 ha.

Vila Pouca de Aguiar, com 8537ha, é o concelho da área territorial de estudo com mais “Floresta de resinosas”, seguindo-se o concelho de Boticas, com 7.185 ha, e o concelho de Montalegre, com 5.981 ha. O concelho de Montalegre destaca-se dos restantes concelhos quando analisada a área ocupada com “Matos” e “Vegetação esparsa e herbácea”, com 16.267 ha e 16.926 ha respetivamente, sendo a sua área florestal ocupada maioritariamente por estes dois níveis de classificação.

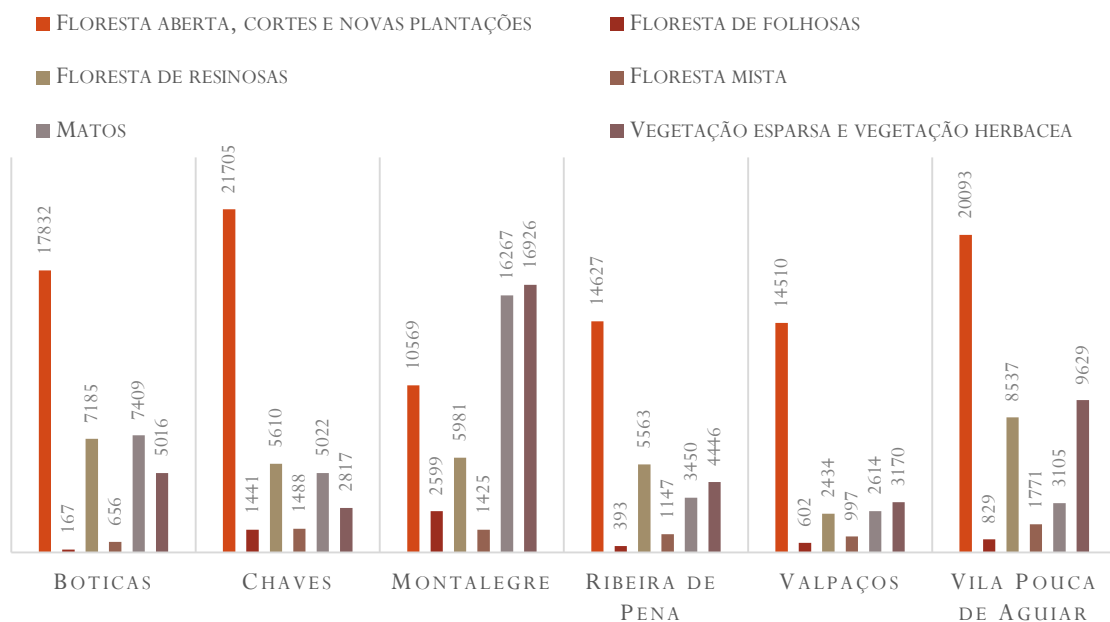


FIGURA 7- ÁREA DE USO/OCUPAÇÃO DO SOLO POR TIPO DE ÁREA FLORESTAL E POR CONCELHO

A Figura 8 representa a distribuição do uso/ocupação do solo na área territorial da CIM-AT, com base na classificação da carta CORINE Land Cover (2006).

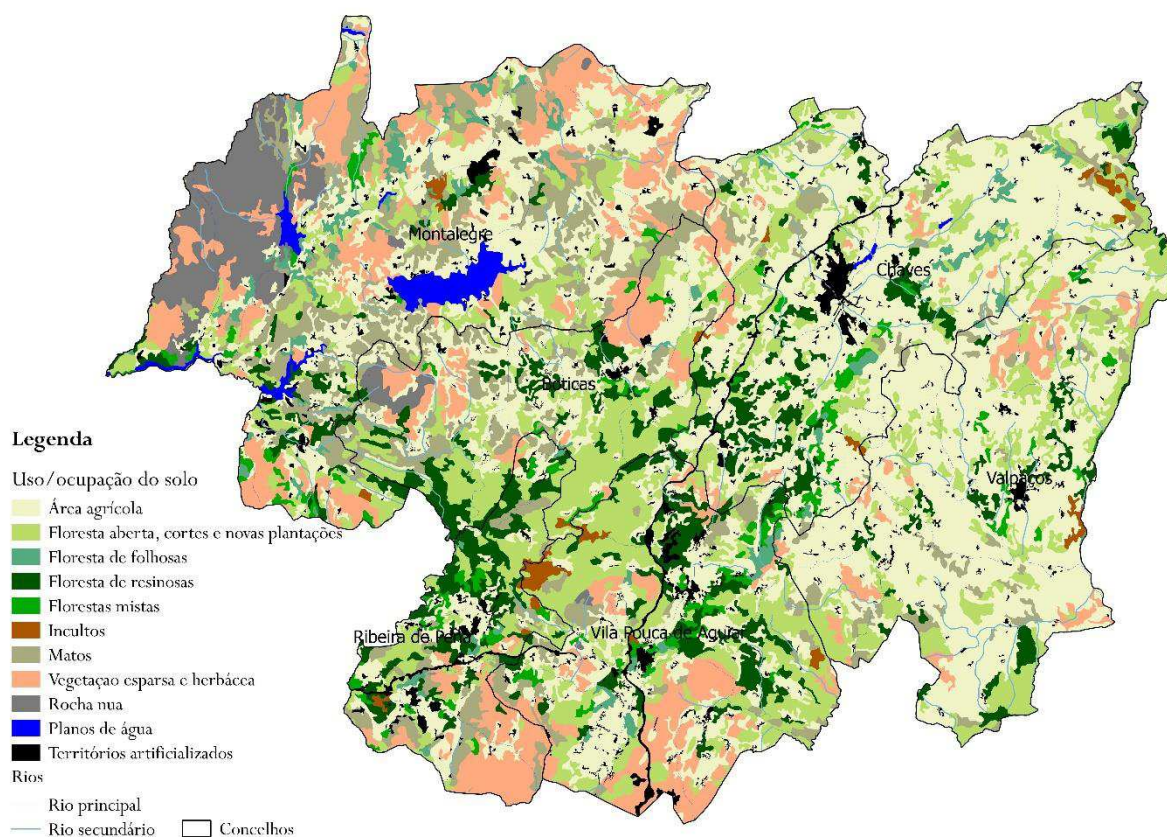


FIGURA 8 - USO/OCUPAÇÃO DO SOLO NA ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT
FONTE: ADAPTADO CARTA CORINE LAND COVER | 2006

3.2.3. Regime Florestal

O Regime Florestal é regulado pelos Decretos de 24 de dezembro de 1901 e de 24 de dezembro de 1903 e a sua criação destinou-se a “assegurar não só a criação e conservação de riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal de terras cuja arborização seja de utilidade pública e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para valorização das planícies áridas e benefício do clima”, serviços hoje reconhecidos pela sociedade.

Os terrenos submetidos a Regime Florestal constituem pois uma reserva estratégica de geração de bens públicos, suporte de desenvolvimento a longo prazo e que garante a capacidade de prossecução de fins de interesse e utilidade pública na gestão do território. A manutenção dos espaços e recursos florestais criados e conservados com base no Regime Florestal são uma prioridade no âmbito da política florestal, consagrando o determinado na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º33/96 de 17 de agosto).

O Regime Florestal aplicado ao património fundiário pertencente ao domínio privado do Estado dá origem às Matas Nacionais (submetidas a Regime Florestal Total). A submissão ao Regime Florestal Parcial, por motivos de utilidade pública, de terrenos baldios, autárquicos ou particulares constituiu os Perímetros Florestais, representando os terrenos baldios cerca de 80% da totalidade da área compreendida por estes perímetros.

Na CIM-AT, fazem parte um total de sete Perímetros Florestais (PF) estando distribuídos pelos seis concelhos que integram a CIM-AT, como mostra a Tabela 3.

TABELA 3 - PERÍMETROS FLORESTAIS NA ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT

Perímetro Florestal	Área Total (ha)	Concelhos	% PF na CIM – Alto Tâmega
Alvão	10223	Vila Pouca de Aguiar	3,4
Barroso	46317	Chaves, Boticas, Montalegre e Ribeira de Pena	15,85
Chaves	7924	Boticas, Chaves e Valpaços	2,7
Ribeira de Pena	9055	Ribeira de Pena	3,1
Serra de São Domingos de Escarão	882	Vila Pouca de Aguiar	0,3
Serra da Padrela	10482	Vila Pouca de Aguiar	3,6
Serra de Santa Comba	2686	Valpaços	0,9
Total CIM-AT		87569	29,85

FONTE: ICNF | 2014

Os PF ocupam 29,85% do território da CIM-AT, perfazendo um total de 87.569 ha. Analisando a tabela anterior, constata-se que dos sete PF, o que se destaca mais ao nível da extensão é o PF do Barroso com uma área de 46.317 ha, que corresponde a 52,9% da área total ocupada pelos PF na área territorial da CIM-AT. Este PF encontra essencialmente distribuído por três concelhos, Montalegre, Ribeira de Pena e Boticas, ocupa grande parte territorial do concelho de Boticas, como mostra a Figura 9.

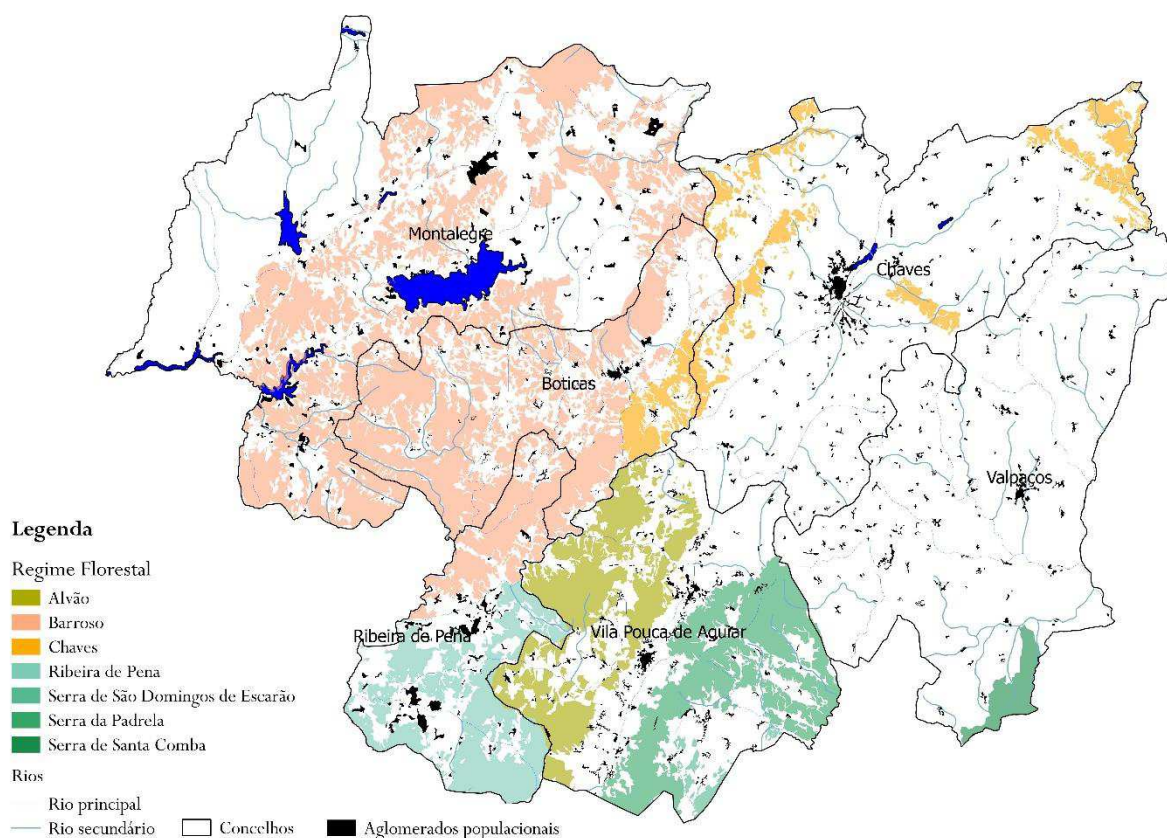


FIGURA 9 - PERÍMETROS FLORESTAIS NA ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT
FONTE: ICNF | 2014

Ao analisar-se a distribuição da área dos PF pelos concelhos que entregam a CIM-AT, Tabela 4, constata-se que Boticas e Ribeira de Pena são os concelhos com maior área de PF, aproximadamente 60%, seguindo-se os concelhos de Vila Pouca de Aguiar e de Montalegre, com 48,4% e 30,4% da área ocupada pelos PF, respetivamente.

O concelho de Chaves, com 10% da sua área territorial ocupada por PF, e o concelho de Valpaços, com apenas 2,8%, são os concelhos com menor área de PF.

TABELA 4- DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA (HA) E DA PERCENTAGEM (%) OCUPADA PELOS PERÍMETROS FLORESTAIS POR CONCELHO

Concelho	Área PF (ha)	% PF
Boticas	19253	59,8
Chaves	5892	10
Montalegre	24460	30,4
Ribeira de Pena	12979	59,7
Valpaços	1542	2,8
Vila Pouca de Aguiar	21162	48,4

FONTE: ICNF | 2014

3.2.4. Rede Fundamental da Conservação da Natureza

À luz do Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho, o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e respectivas Áreas de Continuidade, constituem a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN).

O SNAC é constituído pelas seguintes áreas:

- Áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP);
- Sítios da lista nacional de sítios e Zonas de Proteção Especial integrados na Rede Natura 2000; e,
- As demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

Por outro lado, as Áreas de Continuidade são constituídas pelas seguintes áreas:

- REN;
- RAN; e,
- Domínio Público Hídrico.

A RNAP é constituída pelas áreas protegidas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e dos respetivos diplomas regionais de classificação. São classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional

dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

A classificação de uma Área Protegida (AP) visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem

A RNAP encontra-se representada na CIM-AT pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) no concelho de Montalegre.

O PNPG foi criado pelo Decreto-Lei n.º187/71 de 8 de maio e localiza-se a norte de Portugal, na zona de transição entre as regiões do Douro, Minho e Trás-os-Montes. Trata-se da primeira área protegida do nosso país e também a única que possui estatuto de Parque Nacional, com uma área total de 69.593ha. Na CIM-AT, mais concretamente no concelho de Montalegre, o Parque Nacional da Peneda Gerês ocupa uma área total de 21006ha, que corresponde a 7,19% da área territorial da CIM-AT (Tabela 5 e Figura 10).

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro- e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia. Esta inclui os Sítios da lista nacional de sítios e Zonas de Proteção Especial (ZPE).

Da CIM-AT fazem parte duas ZPE, a ZPE Montesinho/Nogueira que está inserida no concelho de Chaves e a ZPE Serra do Gerês no concelho de Montalegre. No total as ZPE ocupam 1.881ha que correspondem a 6,44% da área territorial da CIM-AT (Tabela 5 e Figura 10).

Da lista de Sítios, fazem parte da CIM-AT, os Sítios Montesinho/Nogueira, concelho de Chaves, Sítio Serras da Peneda do Gerês, concelho de Montalegre, e Sítio Alvão/Marão que se estende pelos concelhos de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar. Os Sítios ocupam 43413ha, que corresponde a 14,85% da área da CIM-AT (Tabela 5 e Figura 10)

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CLASSIFICADAS NO DISTRITO NA CIM-AT

Área Classificada (AC)	Nome	Código	Área Total (ha)	Área CIM-AT (ha)	Percentagem CIM – Alto Tâmega (%)	Concelho
Áreas Protegidas (AP)	Parque Nacional da Peneda-Gerês	PN	69593	21006	7,19	Montalegre
ZPE	Montesinho/Nogueira	PTCON0002	108010	3240	1,11	Chaves
	Serra do Gerês	PTZP0002	63438	15571	5,33	Montalegre
Sítios	Montesinho/Nogueira	PTCON0002	107719	3159	1,08	Chaves
	Serras da Peneda e Gerês	PTCON0001	88845	20963	7,17	Montalegre
	Alvão/Marão	PTCON0003	58788	19291	6,60	Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar

FONTE: ICNF | 2014

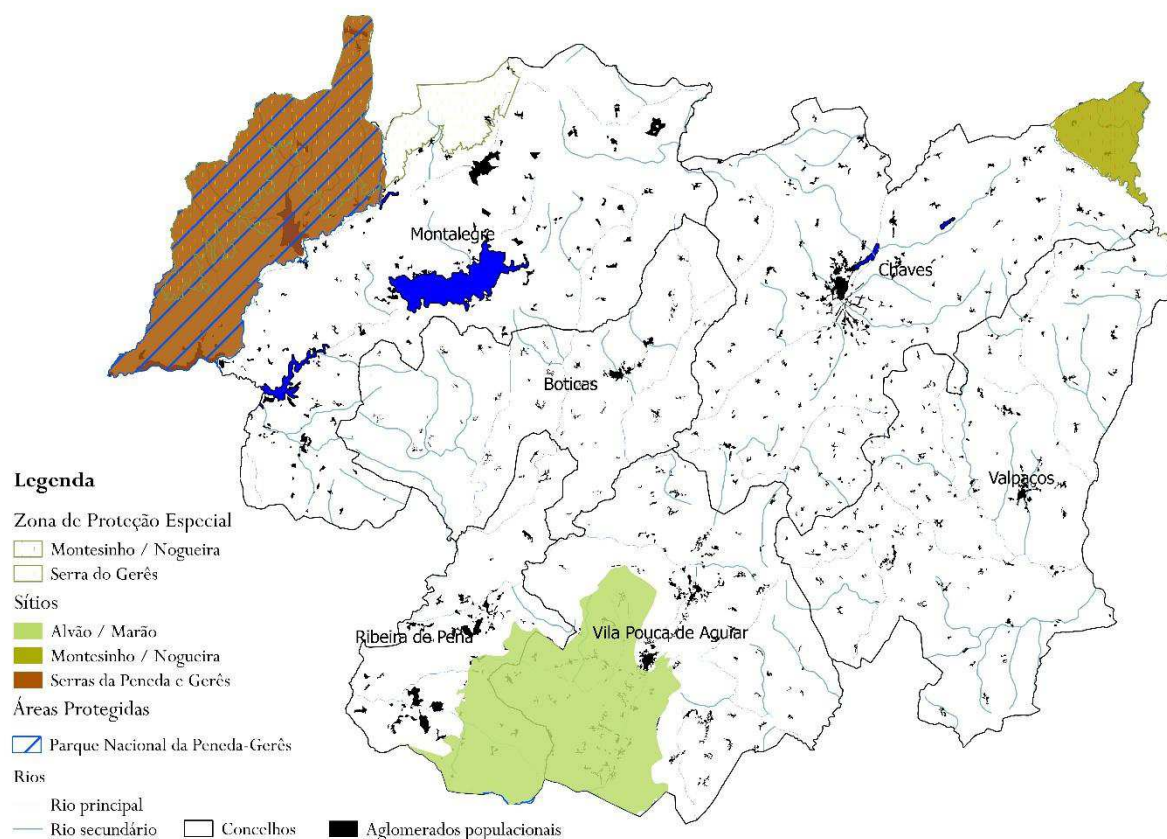


FIGURA 10 - REDE NATURA 2000 E ÁREAS PROTEGIDAS DA ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT

FONTE: ICNF | 2014

Além das florestas naturais incluídas no território com estatuto de proteção, destacam-se as seguintes áreas com relevância para a conservação, conforme os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF).

- Os carvalhais mistos dos vales do rio Tâmega no concelho de Ribeira de Pena,
- Os carvalhais de *Quercus robur* do concelho de Montalegre (carvalhal de Avelar e carvalhais do vale do rio Cávado);
- Os carvalhais de *Quercus pyrenaica* do concelho de Vila Pouca de Aguiar e Chaves;
- Os bosques edafo-higrófilos e paludícolas da veiga de Chaves e dos vales superiores dos rios Cávado (Montalegre) e Corgo (Vila Pouca de Aguiar).

Interessa ainda destacar a importância da zona do Vale do Tâmega, nos concelhos de Chaves, Boticas, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, pelas suas características únicas de riqueza patrimonial em pinheiro bravo.

Os povoamentos florestais deverão combinar, juntamente com os ecossistemas naturais e com elementos antropogénicos, mosaicos paisagísticos diversificados em que a continuidade dos diversos tipos de unidades deverá ser ponderada, com base nos objetivos de conservação da natureza. Desta forma é possível potenciar a coerência ecológica das paisagens e proteger as florestas do flagelo dos incêndios.

3.3. Caracterização socioeconómica

A espécie humana ocupa a superfície terrestre do planeta, organizando-se em sociedades cada vez mais complexas e artificiais, numa aparente harmonia com a natureza, mas sujeita a perigos e a eventos naturais intensos que comprometem, frequentemente, o equilíbrio entre o ambiente social e o ambiente natural.

Com a análise da caracterização socioeconómica, pretende-se compreender a evolução da dimensão, estrutura e distribuição territorial da população, assim como a sua distribuição por sector de atividade. Apresentam-se assim alguns indicadores demográficos que permitem caracterizar a dinâmica populacional e captar tendências de evolução da população da CIM-AT, ao nível do concelho. Os indicadores demográficos selecionados para esta análise foram: a evolução da população residente; a densidade populacional; estrutura etária; os índices de envelhecimento; taxa de atividade; população por sector de atividade; e, a tipologia das áreas urbana.

3.3.1. Evolução da população residente

A Figura 11 apresenta o gráfico da evolução da população residente por concelho integrante da CIM-AT, onde se expressa o número de habitantes, tendo em conta os censos realizados em 2001 e em 2011. De uma forma geral pode-se observar que no decénio 2001–2011 verificou-se uma redução da população residente em todos os concelhos pertencentes à CIM-AT.

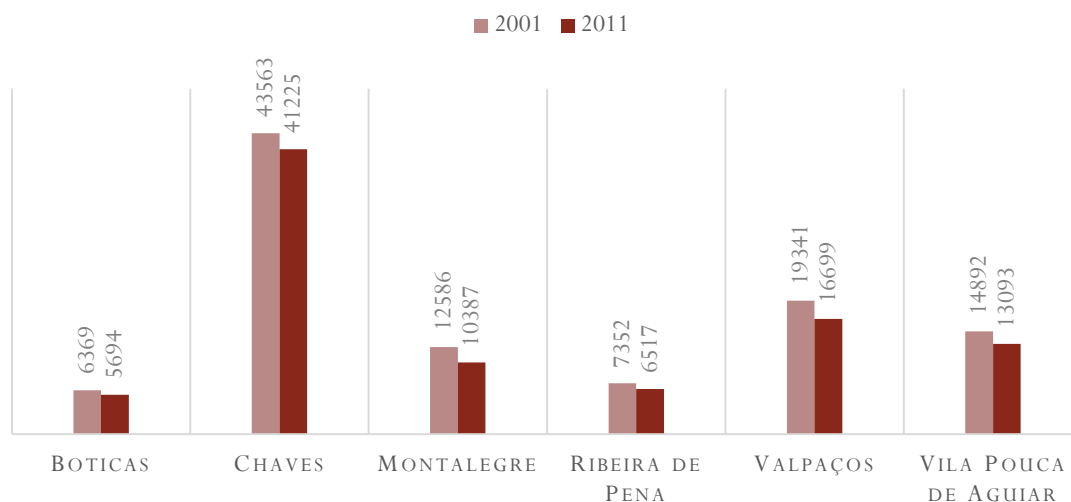


FIGURA 11 - POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) NOS CONCELHOS DA CIM-AT | 2001 – 2011

FONTE: INE | 2014

Como foi referido anteriormente, em todos os concelhos integrantes da CIM-AT verifica-se um decréscimo da população residente na década de referência, a variação da população vai desde o mínimo de -5.37% no concelho de Chaves e ao máximo de -17.47% em Montalegre. De salientar o concelho mais populoso da CIM-AT, Chaves, com a menor variação bruta de população (decréscimo de 2.338 habitantes) e o concelho com a maior variação bruta de população, Valpaços, com um decréscimo de 2.642 habitantes neste decénio. A variação de população residente em termos de total da CIM – Alto Tâmega situa-se nos 10488 habitantes, correspondendo a uma taxa de -10.07%, como se pode ver na Tabela 6.

TABELA 6 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) NOS CONCELHOS DA CIM-AT | 2001-2011

Concelho	Censos 2001 (Nº)	Censos 2011 (Nº)	Variação da população residente (Nº)	Variação da população residente (%)
Boticas	6369	5694	-675	-10,60
Chaves	43563	41225	-2338	-5,37
Montalegre	12586	10387	-2199	-17,47
Ribeira de Pena	7352	6517	-835	-11,36

Concelho	Censos 2001 (Nº)	Censos 2011 (Nº)	Variação da população residente (Nº)	Variação da população residente (%)
Valpaços	19341	16699	-2642	-13,66
Vila Pouca de Aguiar	14892	13093	-1799	-12,08
TOTAL CIM – Alto Tâmega	104103	93615	-10488	-10,07

FONTE: INE, 2014

3.3.2. Densidade populacional

A densidade populacional exprime a intensidade da população através da relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território, e é expressa em habitantes por quilómetro quadrado (N.º/km²).

A Figura 12 apresenta a evolução da densidade populacional nos concelhos da CIM-AT no decénio 2001-2011. De uma forma generalizada, na década de referência, verificou-se uma diminuição da densidade populacional em todos os 6 concelhos da CIM-AT.

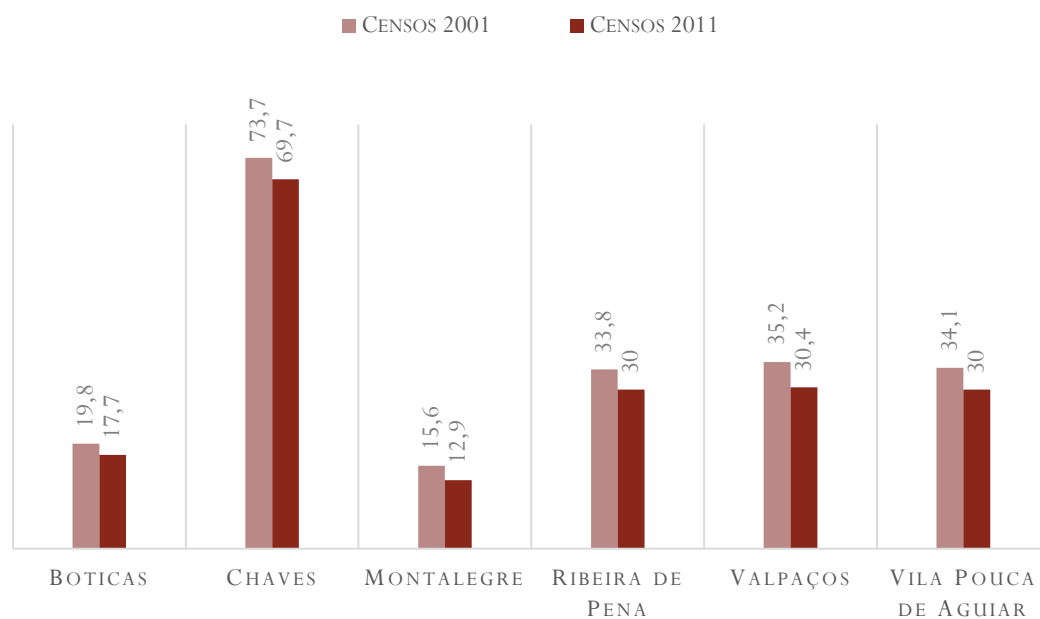


FIGURA 12 - DENSIDADE POPULACIONAL NOS CONCELHOS DA CIM-AT (N.º/ km²) | 2001-2011

FONTE: INE, 2014

Como já foi referido anteriormente, a densidade populacional da CIM-AT sofreu uma redução em todos os concelhos integrantes, com especial atenção para a maior variação de densidade populacional no concelho de Montalegre (-1,21%) e a menor variação no concelho de Chaves (-1,06%).

TABELA 7 - DENSIDADE POPULACIONAL NOS CONCELHOS DA CIM-AT | 2001-2011

Concelho	Censos 2001 (Nº/km2)	Censos 2011 (Nº/km2)	Variação 2001 – 2011 (%)	Área (km2)
Boticas	19,8	17,7	-1,12	321.96
Chaves	73,7	69,7	-1,06	591.23
Montalegre	15,6	12,9	-1,21	805.46
Ribeira de Pena	33,8	30	-1,13	217.46
Valpaços	35,2	30,4	-1,16	584.74
Vila Pouca de Aguiar	34,1	30	-1,14	437.07
TOTAL CIM – Alto Tâmega	35.36	31.78	-1.13	2957.92

FONTE: INE, 2014

O êxodo da população (principalmente jovem) é um fenómeno generalizado no território em estudo, com variação negativa na década de referência. A população desloca-se sobretudo para o litoral e para os grandes centros (Lisboa e Porto) onde as oportunidades de emprego ainda que difíceis, são possíveis. Esta população jovem procura não só maior variedade de ofertas de trabalho mas também melhores condições sociais e de bem estar pessoal.

3.3.3. Índices de envelhecimento

A seguinte Figura 13 apresenta o índice de envelhecimento por concelho da CIM-AT no último período censitário (2011).

Ao medir o peso que a população idosa exerce sobre a camada mais jovem, o Índice de Envelhecimento (IE) permite aferir do grau de envelhecimento da população residente em determinada área geográfica. Verifica-se que o maior índice de envelhecimento situa-se no concelho de Montalegre com 347,1, e a menor taxa em Chaves com valor de 200,7. Para o total da CIM-AT, o valor do índice de envelhecimento situa-se em 269,13.

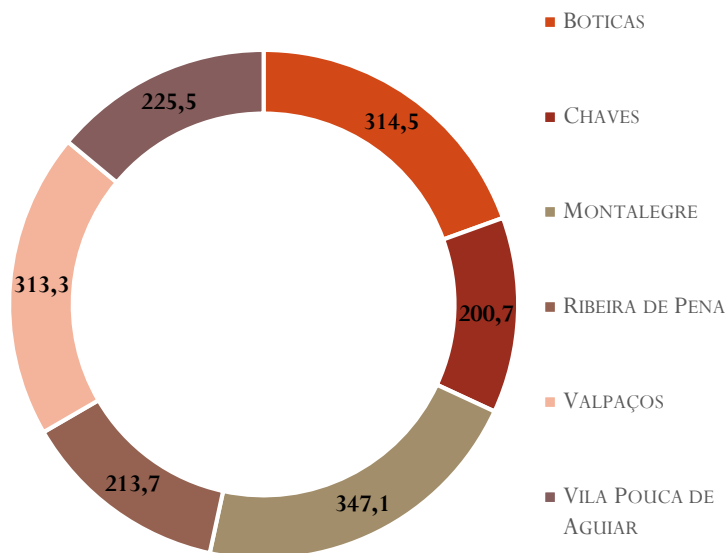


FIGURA 13- ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (N.º) NOS CONCELHOS DA CIM-AT | 2011

3.3.4. Estrutura etária

Ao analisar-se os valores da população residente por grandes grupos etários, observamos o envelhecimento da população ao nível da CIM-AT.

A idade da população residente na CIM-AT, para o período censitário de 2011, encontra-se representada na Figura 14. Como se pode verificar existe uma pequena distribuição de população pelos grupos etários mais baixos – 0 a 14 anos e dois grupos etários com mais peso no total da população – 25 a 65 anos e 65 ou mais anos.

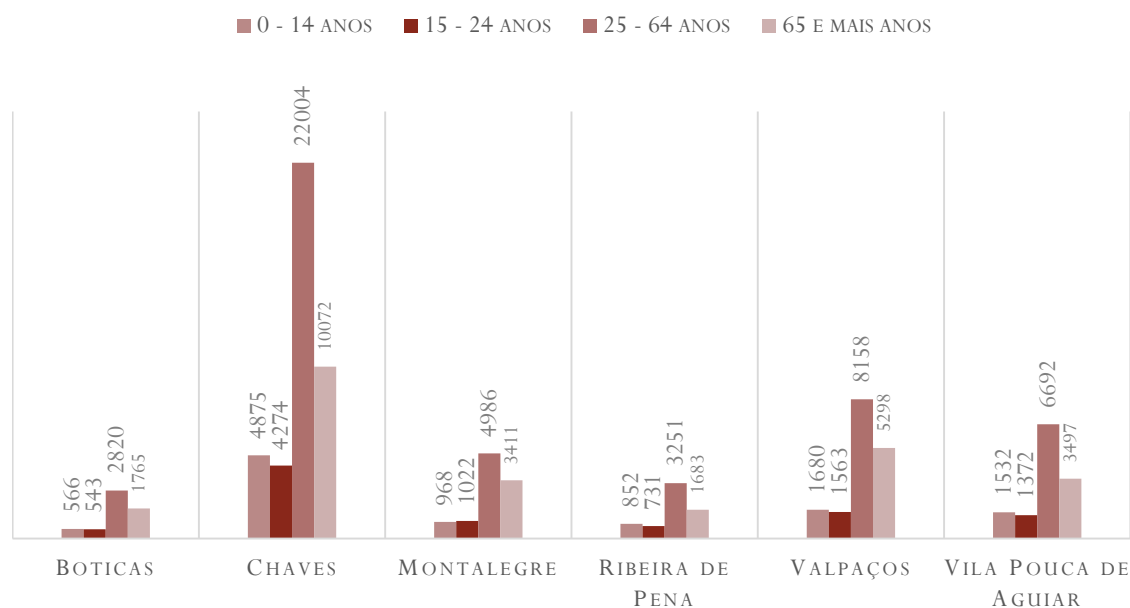


FIGURA 14 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) NOS CONCELHOS DA CIM-AT | 2011

FONTE: INE, 2014

Em termos de enquadramento geográfico pode verificar-se que em todas as unidades territoriais representadas existe um menor efetivo populacional na população jovem - grupo etário dos 0 aos 14 e dos 15 aos 24 anos – em todos os concelhos integrantes.

A faixa etária com maior peso em número de habitantes verifica-se no concelho de Chaves, face ao total de residentes em 2011, e corresponde à população com idades compreendidas entre os 25 a 64 anos (com aproximadamente 22.000 habitantes).

A estrutura etária foi uma das variáveis analisadas com o objetivo de identificação dos grupos de risco, com destaque para a população jovem (0 aos 14 anos) e população idosa (com idade superior a 65 anos), uma vez que estes dois grupos etários são os mais vulneráveis face a desastres (representando 38,67% da população residente na CIM-AT), não só por serem na sua maioria dependentes de outras pessoas, como

também apresentam muitas vezes dificuldades de mobilidade e também problemas de saúde, principalmente a população mais idosa.

3.3.5. Taxa de atividade e taxa por sector de atividade

No que diz respeito ao número de indivíduos de população ativa por local de residência, podemos verificar, através da Figura 15, que no período de referência relativo aos censos 2011, a população ativa situa-se em todos os concelhos da área territorial da CIM-Alto-Tâmega acima dos 30%. O concelho de Chaves é o que apresenta um valor mais elevado, 39,67%, e o concelho de Valpaços o que apresenta um valor mais baixo, 31,57% da população.

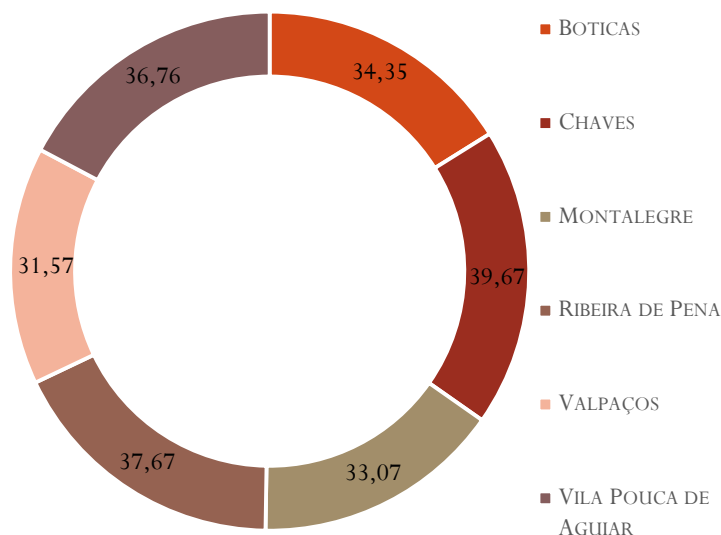


FIGURA 15 - TAXA DE ATIVIDADE (%) DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DA CIM-AT
FONTE: INE | 2014

Apresenta-se de seguida a distribuição da população por sector de atividade nos concelhos integrantes da CIM-AT sujeitos a análise no ano censitário de 2011. Pela Figura 16 e Tabela 8 podemos constatar que no ano de 2011 o maior efetivo de população empregada se situa no concelho de Chaves, com um total de 13.995 habitantes empregados, e o menor efetivo em Boticas com 1.794 habitantes empregados. De salientar que o sector terciário na sua globalidade é o que representa o maior número de habitantes empregados por concelho, sendo que apenas no concelho de Vila Pouca de Aguiar o subsector terciário social ultrapassa em número de habitantes empregados o subsector terciário económico. Nos concelhos integrantes da CIM-AT foram registados nos censos 2011 um total de 29.832 empregados.

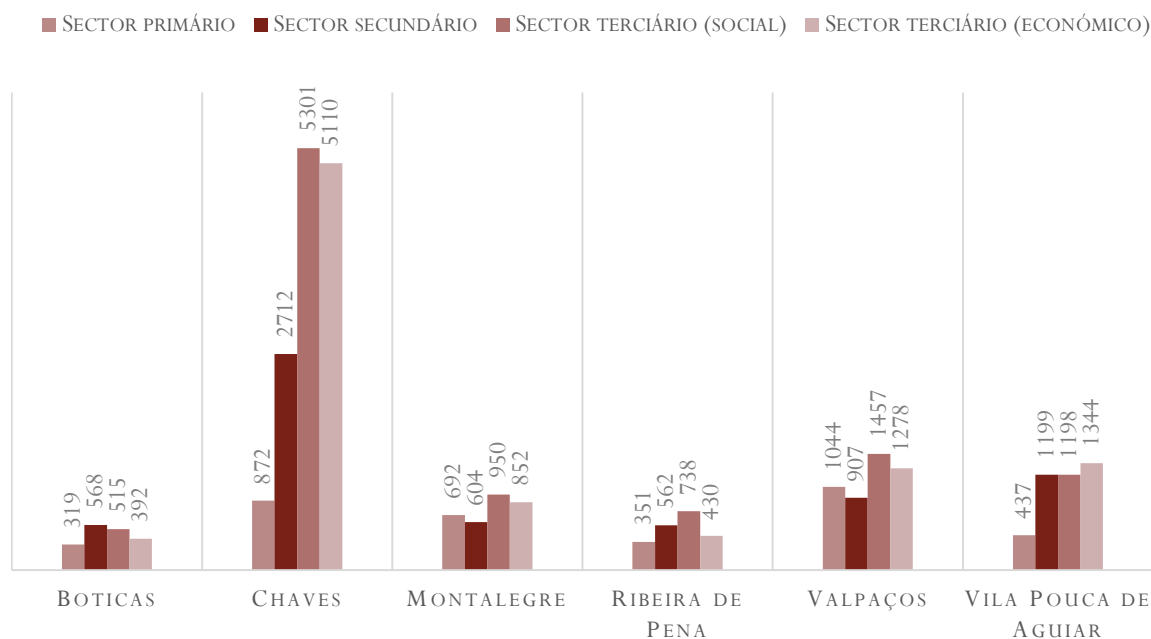


FIGURA 16 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA (N.º) NOS CONCELHOS DA CIM-AT | 2011

FONTE: INE, 2014

TABELA 8 - ESTATÍSTICA RELATIVA À POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA (N.º) NOS CONCELHOS DA CIM-AT | 2011

Concelho	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário (social)	Sector terciário (económico)	Total
Boticas	319	568	515	392	1794
Chaves	872	2712	5301	5110	13995
Montalegre	692	604	950	852	3098
Ribeira de Pena	351	562	738	430	2081
Valpaços	1044	907	1457	1278	4686
Vila Pouca de Aguiar	437	1199	1198	1344	4178
TOTAL CIM-AT	3715	6552	10159	9406	29832

FONTE: INE, 2014

3.3.6. Tipologias das áreas urbanas

As freguesias pertencentes à CIM-AT podem também ser classificadas de acordo com a tipologia das áreas urbanas, Figura 17. Esta classificação surgiu do resultado conjunto entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

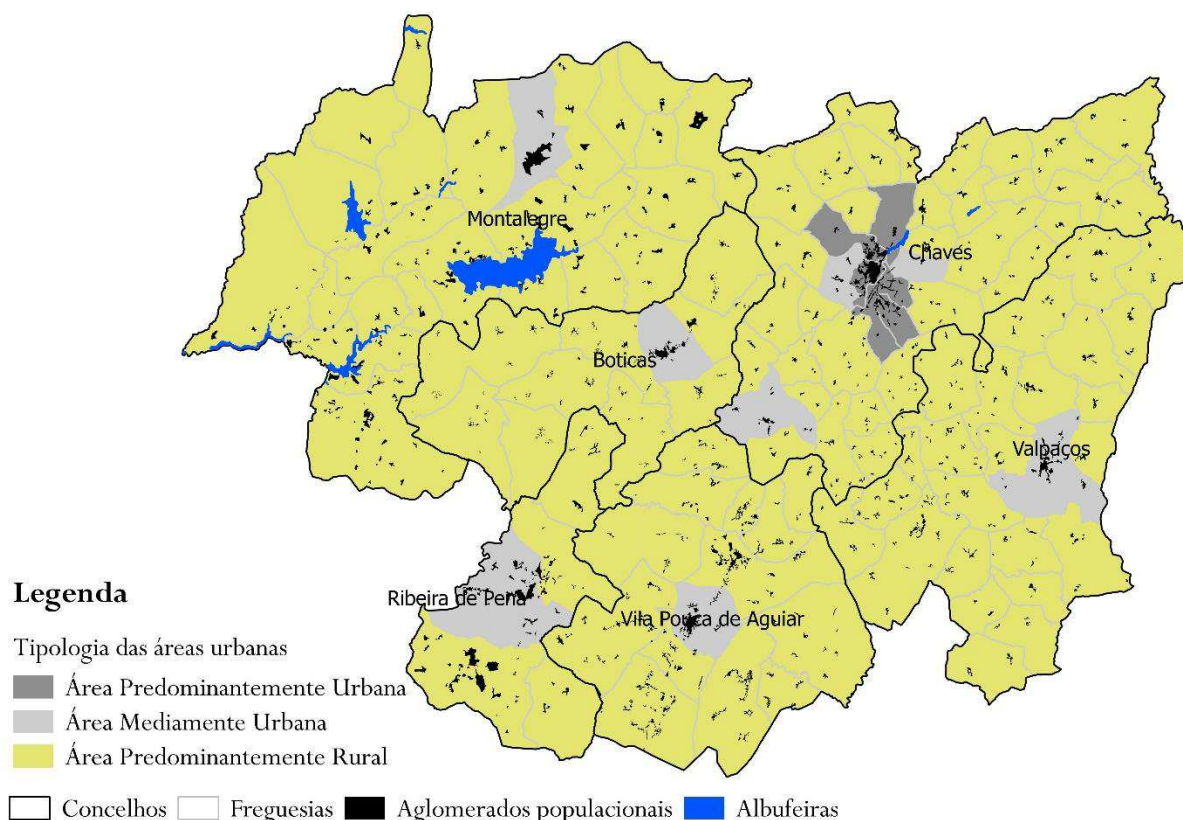


FIGURA 17 - TIPOLOGIA DAS ÁREAS URBANAS DOS CONCELHOS DA CIM-AT
 FONTE: INE | 2014

A tipologia das áreas urbanas surge em 1998 com a deliberação n.º 488/98 de Novembro de 1998 e pela deliberação n.º 158 do Conselho Superior de Estatística. Esta tipologia segundo o DGOTDU e o INE é composta por três níveis: Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Medianamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR), sendo que cada um destes níveis são definidos por um determinado conjunto de parâmetros que a seguir se apresentam:

- APU
 - Freguesias urbanas (as que apresentam densidade populacional superior a 500 hab./Km² ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes);
 - Freguesias sede de concelho com população residente superior a 5000 habitantes;
 - Freguesias semiurbanas (freguesias não urbanas com densidade populacional superior a 100 hab./Km² e inferior ou igual a 500 hab./Km², ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes) contíguas às freguesias urbanas, incluídas nas áreas urbanas, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;

- Freguesias semiurbanas que constituem por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento.
- AMU
 - Freguesias semiurbanas não incluídas na área predominantemente urbana;
 - Freguesias sede de concelho não incluídas na área predominantemente urbana.
- APR
 - Enquadram-se neste grupo os restantes casos.

Na área territorial da CIM-AT, 89% do território está classificado como APR, uma vez que 106 das 118 freguesias que constituem o território têm esta classificação.

Apenas cinco freguesias, 4,2% do território pertencente à CIM-AT, estão classificadas como APU, e estas pertencem todas ao concelho de Chaves.

Classificado como AMU temos 5,9% do território em estudo, com um total de sete freguesias, em que duas pertencem ao concelho de Chaves e as restantes cinco estão distribuídas por cada sede de concelho, dos concelhos de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

II. PROTEÇÃO CIVIL

Desde sempre, os riscos têm acompanhado a vida humana, razão pela qual a proteção dos cidadãos enfrenta um constante desafio colocado pelos muitos perigos inerentes aos desastres e às catástrofes naturais. Por este motivo, os ensinamentos extraídos da análise sistemática da evolução de processos ou eventos danosos das circunstâncias que contribuíram para a sua ocorrência são de importância crucial para a definição de prioridades na gestão da vulnerabilidade e na mitigação dos riscos.

Nesse sentido, o parecer do Comité das Regiões da União Europeia (2006) sobre o tema '*As catástrofes naturais*', realça a importância de incluir, em todas as suas fases, medidas de informação, formação e sensibilização dos cidadãos sobre os riscos de catástrofes e os planos de intervenção, prestando particular atenção à população infantil e juvenil e a outros sectores especialmente vulneráveis em caso de emergência, como pessoas idosas e de mobilidade reduzida.

A *Declaração de Hyogo* (ISDR, 2005) considera em matéria de prioridades de ação, para redução dos desastres naturais para o período de 2005-2015, o uso do conhecimento, informação e educação na construção de uma cultura de segurança e de resiliência dos cidadãos.

De acordo com Tavares e Cunha (2008), os processos naturais, capazes de determinar desastres ou catástrofes, representam problemas socioeconómicos ou ambientais com repercussões territoriais ao nível do ordenamento do território e na implementação de políticas de proteção civil e segurança.

Os riscos naturais e as suas interações com as atividades humanas ganharam, assim, uma importância crescente nas zonas urbanas, o que implica que para reduzirmos os seus impactos tenhamos que ter uma boa gestão do território e um bom planeamento de emergência (Rocha, 1998).

O conceito mais abrangente que remete para os objetivos e atribuições da proteção civil é, sem dúvida, o conceito de risco. Segundo o Conselho da Europa (2007), o risco expressa-se pela probabilidade de um fenómeno accidental produzir um determinado conjunto de efeitos de um determinado potencial de gravidade, durante um determinado período temporal.

Atualmente, os riscos são divididos em três grandes grupos - os naturais, tecnológicos e mistos - dependentes da sua origem. Os naturais estão associados a processos naturais, enquanto os tecnológicos envolvem ações ou processos tecnológicos, cuja origem pode ser atribuída à ação humana, ou seja, resultante de uma intervenção humana. Riscos mistos são aqueles em que o fenómeno que provoca o prejuízo apresenta causas combinadas, isto é, para ele concorrem condições naturais e ações antrópicas.

O conceito de risco pode ser expresso pelo dano ou perda estimada, em consequência da ação de um perigo sobre um bem a preservar, seja a vida humana, os bens económicos ou os valores ambientais.

Numa perspetiva mais social, Ribeiro (2012) considera que o risco se caracteriza pela ameaça sentida no sistema social face a determinada situação de rutura física, económica ou cultural, provocada pela eventual ocorrência de um desastre. Ainda segundo o mesmo autor, o que potencia os riscos são os próprios processos de produção e desenvolvimento das sociedades modernas, e que de forma substancial, aumentam cada vez mais os perigos daí decorrentes.

A avaliação do risco pode ser expressa em termos quantitativos em valores de perda total ou anual, ou em valores qualitativos como baixo, aceitável e não aceitável (Cantos e Ayala-Carcedo, 2002).

A expressão que estes autores utilizam para a determinação quantitativa do risco é a seguinte:

$$R = \sum P_i \times E \times V_i$$

R – Risco anual;

P_i – Perigosidade – Probabilidade da secção i da função severidade (capacidade de produzir danos);

E – Exposição ou elementos em risco (conjunto de bens a preservar e que podem sofrer danos por ação do perigo); pode representar-se por residentes, instalações, redes de transporte, espaços naturais;

V_i – Vulnerabilidade - Grau de perda de um determinado elemento de risco (humanos, económicos, estruturais ou ambientais) quando exposto a um processo natural;

A quantificação da vulnerabilidade nem sempre é fácil uma vez que ela depende de inúmeros fatores, desde os naturais, como a constituição dos solos ou a cobertura vegetal, até aos socioeconómicos, como as acessibilidades ou a densidade populacional (Alves, 2003) que resultam da interação entre o ecossistema a que pertencemos e a sua ocupação socioeconómica.

Em suma, a *‘vulnerabilidade das diversas sociedades aos fenómenos naturais e aos riscos, por elas muitas vezes criados, reflete o diferente grau de preparação de cada uma face a esses fenómenos’* (ANPC, 2007). Por esta razão, o mesmo tipo de processo, ocorrendo com a mesma intensidade em diferentes sociedades, pode provocar efeitos nefastos numa, não afetando as outras.

O ordenamento do território, em certos padrões de desenvolvimento (por exemplo a construção em vertentes inclinadas, em solos instáveis ou em leitos de cheias) e o crescimento insustentável das megacidades em áreas propícias a desastres naturais, são os parâmetros que mais contribuem para a ocorrência de desastres naturais e que aumentam a vulnerabilidade das suas sociedades. (Beer *et al.*, 2007). A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (2007) aponta como desígnio para 2005-2015 *‘Preparar Portugal’* para os riscos naturais e tecnológicos, típicos das sociedades tecnocientíficas modernas, desde o risco sísmico, os incêndios florestais, os acidentes industriais, a sinistralidade rodoviária e, em particular, a identificação e preparação na orla costeira das zonas mais ameaçadas pelas eventuais consequências catastróficas das alterações climáticas. Tal deverá efetivar-se através de uma distribuição

territorial adequada de atividades e de investimentos diversos, que podem ir da prevenção à mitigação de impactos.

A análise permanente das vulnerabilidades do território, perante situações de risco, é um dos domínios da atividade da proteção civil, segundo a Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC) (Lei 27/2006, de 3 de julho, na redação dada pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro). Este diploma define um acidente grave como um acontecimento inusitado, com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente. Já a catástrofe é definida como um acidente grave, ou uma série de acidentes graves, suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas, ou na totalidade do território nacional. Outro domínio da atividade da proteção civil consiste em informar e dar formação às populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades, uma vez que, ainda segundo o mesmo diploma, os cidadãos têm o dever de colaborar na prossecução dos fins da proteção civil.

1. Organização geral da proteção civil em Portugal

Em Portugal, e segundo a LBPC a proteção civil *“é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”*. Esta aborda, essencialmente, os aspetos no domínio do “safety”² no entanto, pode muitas vezes, enfrentar ações que embora sejam do domínio do “security”³ requerem o necessário socorro, que só as estruturas de Proteção Civil têm capacidade de fornecer.

Assim, a proteção civil *“tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores.”*

Na

Tabela 9 estão descritos os objetivos e domínios de atuação da proteção civil:

TABELA 9 - OBJETIVOS E DOMÍNIO DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL

² Ações que se prendem fundamentalmente com a prevenção contra acidentes, quer estes sejam naturais, tecnológicos ou mistos.

³ Prendem-se com ações hostis provocadas propositadamente pelo homem a fim de atingir determinados objetivos.

Objetivos

- Prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultantes;
- Atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências descritas na alínea anterior;
- Socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;
- Apoiar a reposição da normalidade da vidas das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Domínios

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos colectivos;
- Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco;
- Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoprotecção e de colaboração com as autoridades;
- Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações;
- Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local, regional e nacional;
- Estudo e divulgação de formas adequadas de protecção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infra-estruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais;
- Previsão e planeamento de acções atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afectadas por riscos.

FONTE: ADAPTADO DA ANPC | 2014

Em geral, a proteção civil constitui o processo contínuo pelo qual todos os indivíduos, grupos e comunidades gerem os perigos num esforço de evitar ou de minimizar o impacto resultante da concretização daqueles perigos. As ações a tomar dependem em parte da percepção do risco por parte dos que a ele estão expostos. Constituem princípios especiais aplicáveis à atividade de proteção civil, o exposto na Tabela 10.

TABELA 10 - PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL

Prioridade

- Nos termos do qual deve ser dada prevalência à prossecução do interesse público relativo à protecção civil, sem prejuízo da defesa nacional, da segurança interna e da saúde pública, sempre que estejam em causa ponderações de interesses, entre si conflitantes.

Prevenção

- Por força do qual os riscos de acidente grave ou de catástrofe devem ser considerados de forma antecipada, de modo a eliminar as próprias causas, ou reduzir as suas consequências, quando tal não seja possível.

Precaução

- De acordo com o qual devem ser adoptadas as medidas de diminuição do risco de acidente grave ou catástrofe inerente a cada actividade, associando a presunção de imputação de eventuais danos à mera violação daquele dever de cuidado.

Subsidiaridade

- Determina que o subsistema de protecção civil de nível superior só deve intervir se os objectivos da protecção civil não possam ser alcançados pelo subsistema de protecção civil imediatamente inferior, atentando à dimensão e à gravidade dos efeitos das ocorrências.

Cooperação

- Assenta no reconhecimento de que a protecção civil constitui atribuições do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais e dever dos cidadãos e de todas as entidades públicas e privadas.

Coordenação

- Exprime a necessidade de assegurar, sob orientação do Governo, a articulação entre a definição e a execução das políticas nacionais, regionais, distritais e municipais de protecção civil.

Unidade de Comando

- Determina que todos os agentes actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.

Informação

- Traduz o dever de assegurar a divulgação das informações relevantes em matéria de protecção civil, com vista à prossecução dos objectivos da política de protecção civil.

FONTE: ADAPTADO DA ANPC | 2014

2. Estrutura da protecção civil

A estrutura nacional de protecção civil, de acordo com a LBPC e o Dispositivo Integrado de Operações de Protecção e Socorro (Diretiva Operacional Nacional 1/2010, ANPC) é constituída por três tipos de órgãos: de direcção política, de coordenação política e de execução.

A Figura 18 representa esquematicamente a estrutura de protecção civil definida pela LBPC e pelo Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS) para o território de Portugal Continental.

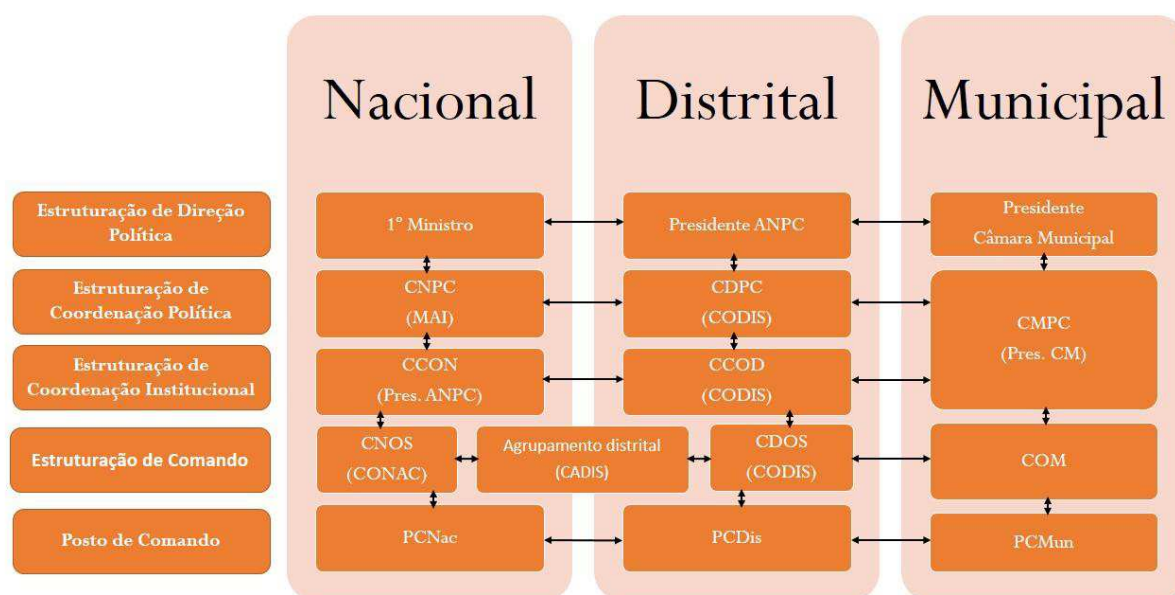


FIGURA 18 - ESQUEMA REPRESENTATIVO DA ESTRUTURA D PROTEÇÃO CIVIL
 FONTE: ADAPTADO DA ANPC | 2014

2.1. Coordenação política

As diferentes Comissões de Proteção Civil, quer a nível Nacional, Distrital ou Municipal são órgãos de coordenação política. Constituem organismos que asseguram que todas as entidades e instituições, no seu respetivo âmbito (imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe) se articulem entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. São assim considerados órgãos de coordenação em matéria de proteção civil, sendo compostas por elementos que auxiliam na definição e execução da política de proteção civil.

Os órgãos de coordenação política são estruturas não permanentes responsáveis pela coordenação da política de proteção civil e estão descritos na Tabela 11.

TABELA 11 - ÓRGÃOS DE COORDENAÇÃO POLÍTICA

Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC)

- Cabe-lhe, entre outras matérias, apreciar as bases gerais de organização e funcionamento dos organismos e serviços que desempenham funções de proteção civil, aprovar e apreciar os planos de emergência e acionar a ativação do PNEPC;
- A CNPC é presidida pelo ministro da Administração Interna e integra delegados de ministérios relevantes para a atividade de proteção civil e restantes da Associação Nacional de Municípios, Associação Nacional de freguesias, Liga dos Bombeiros Portugueses.

Comissão Distrital de Proteção civil (CDPC)

- Órgãos responsáveis, a nível distrital, por acionamento dos PDEPC, por promover a realização de exercícios e simulacros e pelo acompanhamento das políticas diretas ligadas ao sistema de proteção civil desenvolvidas por agentes públicos;
- Integram as CDPC o Comandante Operacional Distrital (CODIS), que preside as entidades máximas dos serviços desconcentrados dos ministérios relevantes para a atividade de proteção civil, os responsáveis máximos pelas forças e serviços de segurança existentes no distrito, um representante do INEM, três representantes dos municípios do distrito designados pela Associação nacional de Municípios e um representante da liga de Bombeiros Portugueses.

Comissões Municipais de Proteção Civil (CMPC)

- Órgãos que asseguram que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência, previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto;
- Integram as Comissões Municipais de Proteção Civil o Presidente da Câmara Municipal, que preside, o Comandante Operacional Municipal, um elemento de cada força de segurança e corpo de bombeiros existente no município, a Autoridade de Saúde do município, o diretor do hospital de influência, o dirigente máximo da unidade de saúde local, um representante dos serviços de segurança social e solidariedade e representantes de outras entidades que poderão contribuir em ações de proteção civil.

FONTE: ADAPTADO DA ANPC | 2014

2.2. Órgão de execução

Os órgãos de execução são organismos técnico-administrativos responsáveis pela execução da política de proteção civil, sendo constituídos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e os Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC).

A ANPC é um órgão de execução, sendo um serviço central de natureza operacional, da administração direta do estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património, na dependência do membro do Governo responsável pela Administração Interna. Na Tabela 12, está descrito qual a missão e as atribuições da ANPC.

TABELA 12 - MISSÃO E ATRIBUIÇÕES DA ANPC

Missão

- Planear, coordenar e executar a política de protecção civil, designadamente na prevenção e reacção a acidentes graves e catástrofes, de protecção e socorro de populações e de superintendência da actividade dos bombeiros.

Atribuições

- Promover o levantamento, previsão e avaliação dos riscos colectivos de origem natural ou tecnológica e o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro;
- Organizar um sistema nacional de alerta e aviso;
- Contribuir para a construção, coordenação e eficácia dos números nacionais de emergência e das estruturas de gestão e despacho de informação e de meios;
- Proceder à regulamentação, licenciamento e fiscalização no âmbito da segurança contra incêndios;
- Contribuir para a definição da política nacional de planeamento de emergência, elaborar directrizes gerais, promover a elaboração de estudos e planos de emergência e facultar apoio técnico e emitir parecer sobre a sua elaboração por entidades sectoriais;
- Assegurar a articulação dos serviços públicos ou privados que devam desempenhar missões relacionadas com o planeamento de emergência, nomeadamente nas áreas dos transportes, da energia, da agricultura, pescas e alimentação, da indústria e das comunicações, a fim de que, em situação de acidente grave ou catástrofe, se garanta a continuidade da acção governativa, a protecção das populações e a salvaguarda do património nacional;
- Garantir a continuidade orgânica e territorial do sistema de comando de operações de socorro;
- Acompanhar todas as operações de protecção e socorro, nos âmbitos local e regional autónomo, prevendo a necessidade de intervenção de meios distritais ou nacionais;
- Planear e garantir a utilização, nos termos da lei, dos meios públicos e privados disponíveis para fazer face a situações de acidente grave e catástrofe;
- Assegurar a coordenação horizontal de todos os agentes de protecção civil e as demais estruturas e serviços públicos com intervenção ou responsabilidades de protecção e socorro;
- Orientar, coordenar e fiscalizar a actividade dos corpos de bombeiros;
- Promover e incentivar a participação das populações no voluntariado e todas as formas de auxílio na missão das associações humanitárias de bombeiros e dos corpos de bombeiros;
- Assegurar a realização de formação pessoal e profissional dos bombeiros portugueses e promover o aperfeiçoamento operacional do pessoal dos corpos de bombeiros;
- Assegurar a prevenção sanitária, a higiene e a segurança do pessoal dos corpos de bombeiros, bem como a investigação de acidentes em acções de socorro.

FONTE: ADAPTADO DA ANPC | 2014

Os SMPC são os adequados ao exercício da função de protecção e socorro, variáveis de acordo com as características da população e dos riscos existentes no município e que, quando a dimensão e características do município o justifiquem, podem incluir os gabinetes técnicos que forem julgados adequados. É dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de delegação no vereador por si designado. A Tabela 13 apresenta as competências do SMPC.

TABELA 13 - COMPETÊNCIAS DO SMPC

Competências

- Assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à protecção civil municipal;
- Acompanhar a elaboração e actualizar o plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
- Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
- Inventariar e actualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC;
- Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afectar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
- Manter informação actualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adoptadas para fazer face às respectivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das acções empreendidas em cada caso;
- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a accionar em situação de emergência;
- Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma actuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas acções de protecção civil;
- Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas;
- Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
- Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
- Elaborar projectos de regulamentação de prevenção e segurança;
- Realizar acções de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;
- Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população alvo ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;
- Divulgar a missão e estrutura do SMPC;
- Recolher a informação pública emanada das comissões e gabinetes que integram o SMPC destinada à divulgação pública relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;
- Promover e incentivar acções de divulgação sobre protecção civil junto dos munícipes com vista à adopção de medidas de autoprotecção;
- Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação;
- Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação da presidente da câmara municipal ou vereador com competências delegadas.

FONTE: ADAPTADO DA ANPC | 2014

2.3. Estrutura das operações

A nível nacional, as operações de proteção e socorro encontram-se enquadradas pelo Decreto-Lei n.º134/2006 de 25 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º114/2011 de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 72/2013 de 31 de maio, o qual define o SIOPS. Este consiste num conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.

O SIOPS não é mais que um instrumento global e centralizado de coordenação e comando de operações de socorro, cuja execução compete a diversas entidades. Estabelece um sistema de gestão de operações, definindo a organização dos teatros de operações e dos postos de comando, clarificando competências e consolidando a doutrina operacional.

A Figura 19 representa esquematicamente a interligação entre a estrutura de proteção civil e a estrutura do SIOPS.

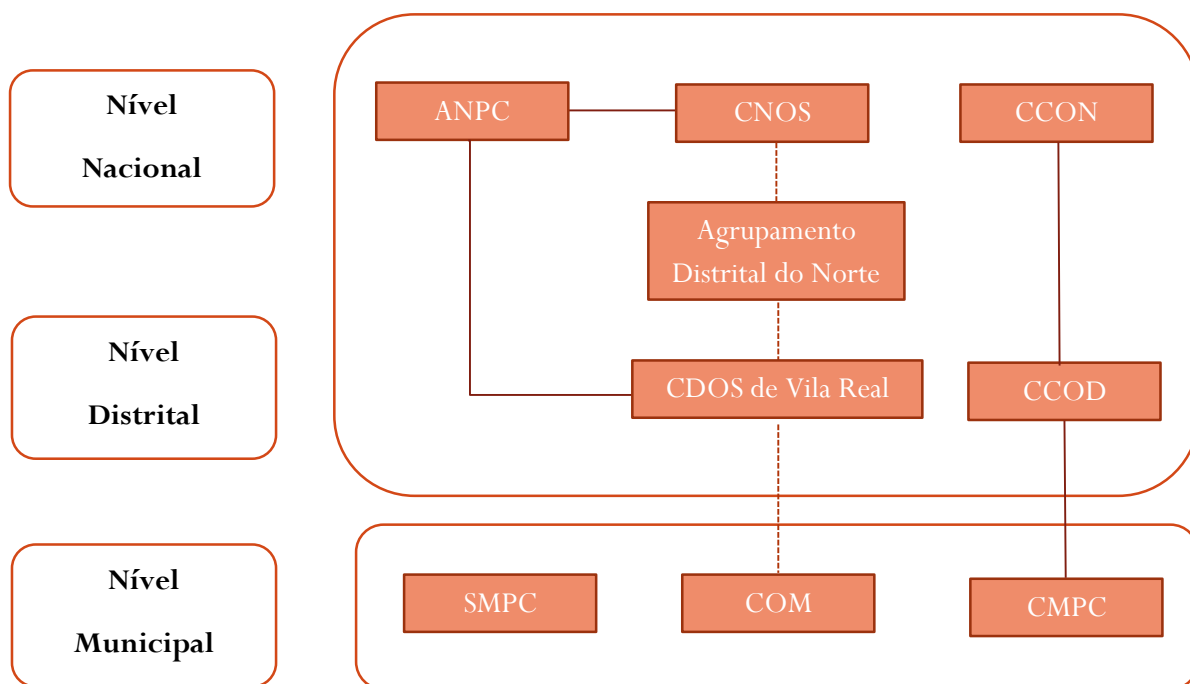


FIGURA 19 - ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO CIVIL
FONTE: ADAPTADO DA ANPC | 2014

2.4. Estruturas de coordenação institucional

A coordenação institucional é assegurada, a nível nacional e ao nível de cada distrito, pelos Centros de Coordenação Operacional (CCO) que são responsáveis pela gestão da participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear. A nível municipal, a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) assume, para além da coordenação política da atividade de proteção civil, o papel de coordenação institucional na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

Os CCO (Nacional e Distritais) e a CMPC têm como objetivos, nos respetivos níveis:

- Assegurar a coordenação dos recursos e do apoio logístico das operações de socorro, emergência e assistência realizadas por todas as organizações integrantes do SIOPS;
- Proceder à recolha de informação estratégica, relevante para as missões de proteção e socorro, bem como promover a sua gestão;
- Recolher e divulgar, por todos os agentes, em razão da ocorrência e do estado de prontidão, informações de carácter estratégico essencial à componente de comando operacional tático;
- Informar permanentemente a autoridade política respetiva de todos os factos relevantes que possam gerar problemas ou estrangulamentos no âmbito da resposta operacional e,
- Garantir a gestão e acompanhar todas as ocorrências, assegurando uma resposta adequada.

Na Tabela 14, apresenta-se as estruturas de coordenação e as suas atribuições, ao nível nacional, distrital e municipal.

TABELA 14 - ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO

Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON)

- O CCON tem por finalidade assegurar que todas as entidades e instituições de âmbito nacional imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência, previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.
- O CCON é coordenado pelo presidente da ANPC, podendo este fazer-se substituir pelo CONAC, e integra representantes das Forças Armadas, da GNR, da PSP, do INEM, do IPMA, do ICNF e de outras entidades que venham a ser necessárias face à ocorrência em concreto ou que possuam meios materiais e humanos empenhados nas operações de proteção e socorro, emergência e assistência.

Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD)

- Os CCOD possuem competências semelhantes às do CCON encontrando-se a sua área de intervenção circunscrita à área do distrito. Neste sentido, compete aos CCOD assegurar que todas as entidades e instituições de âmbito distrital imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência, se articulam entre si garantindo os meios considerados adequados à gestão de cada ocorrência. Cabe também aos CCOD garantir uma avaliação permanente das situações, em articulação com as entidades políticas e administrativas de âmbito municipal. Os CCOD são coordenados pelos Comandantes Operacionais Distritais (CODIS) da ANPC e integram, obrigatoriamente, representantes das Forças Armadas, da GNR, da PSP, do INEM e do ICNF e das demais entidades que cada ocorrência em concreto venha a justificar.

Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC)

- Nos termos do artigo 11º da Lei 65/2007, a coordenação institucional a nível municipal é assegurada pela CMPC, que integra representantes das entidades cuja intervenção se justifica em função de cada ocorrência em concreto. À CMPC compete gerir a participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear. A CMPC é presidida pelo presidente da Câmara Municipal.

FONTE: ADAPTADO DA ANPC | 2014

2.5. Estruturas de direção e comando

Todas as instituições representadas nos CCO possuem estruturas de intervenção próprias que funcionam sob a direção ou comando previstos nas respetivas leis orgânicas, estatutos ou regulamentos próprios. No que respeita à ANPC, esta dispõe de uma estrutura operacional própria, assente em comandos operacionais de âmbito nacional e distrital, competindo a esta estrutura assegurar o comando operacional das operações de socorro e ainda o comando operacional integrado de todos os corpos de bombeiros (Tabela 15).

TABELA 15 - ESTRUTURAS DE DIREÇÃO E COMANDO

Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS)

- O CNOS tem por principais competências garantir a operacionalidade e articulação de todos os agentes de proteção civil que integram o SIOPS, assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza ou gravidade requeiram a sua intervenção e coordenar operacionalmente os comandos distritais de operações de socorro através dos comandantes dos agrupamentos distritais de operações de socorro.
- O CNOS é constituído pelo Comandante Operacional Nacional (CONAC), pelo 2º CONAC e por três Adjuntos de Operações Nacionais e compreende três células operacionais, nomeadamente, a célula operacional de planeamento, operações, monitorização e avaliação do risco e informações, a célula operacional de logística e comunicações e a célula operacional de gestão de meios aéreos, dirigidas por chefes de células operacionais.

Agrupamento Distrital de Operações de Socorro do Norte

- O Agrupamentos Distrital de Operações de Socorro têm como principal competência garantir o funcionamento, a operacionalidade e a articulação com todos os agentes de proteção civil integrantes do sistema de proteção e socorro no âmbito dos distritos englobados no respetivo comando de agrupamento distrital.
- O agrupamentos é dirigido pelo Comandante Operacional de Agrupamento Distrital (CADIS), sendo substituídos nas suas faltas e impedimentos por um comandante operacional distrital do seu âmbito territorial a designar pelo CONAC.

Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Vila Real

- O Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) têm como competências fundamentais, no âmbito do SIOPS, assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver, requeiram a sua intervenção, assegurar a gestão dos meios aéreos a nível distrital, e apoiar técnica e operacionalmente as CDPC.
- O CDOS é dirigido pelo Comandante Operacional Distrital de Vila Real.

Comandante Operacional Municipal (COM)

- A Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece que todos os municípios deverão possuir um Comandante Operacional Municipal (COM) ao qual competirá:
 - Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;
 - Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
 - Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros;
 - Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município;
 - Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;
 - Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.

FONTE: ADAPTADO DA ANPC | 2014

O desenvolvimento da cadeia de comando e portanto a assunção da função de COS acontecerá sem prejuízo, e com base nas disponibilidades do momento, de uma resposta hierarquicamente adequada, coordenada e imediata à situação.

O COS é responsável pela adequação técnica e operacional à situação, de modo a evitar desenvolvimentos catastróficos da ocorrência, garantindo uma gestão conjunta no posto de comando operacional e obtendo a máxima eficácia dos meios colocados à sua disposição.

A responsabilidade da função de COS cabe por ordem crescente:

- Ao Chefe da primeira equipa a chegar à ocorrência, independentemente da sua titularidade;
- Ao mais graduado dos Bombeiros no teatro de operações;
- Ao Comandante do Corpo de Bombeiros da área de atuação;
- A um Comandante de Bombeiros designado pelo respetivo CODIS de Vila real, se a situação o justificar e de acordo com a Diretiva Operacional Nacional

A responsabilidade do comando e controlo de uma operação de proteção e socorro será do elemento da estrutura de comando operacional distrital da ANPC, da área de jurisdição, se a situação o justificar.

Pode a responsabilidade do comando e controlo de uma operação de proteção e socorro recair num elemento da estrutura operacional distrital da ANPC, a designar pelo CONAC, se a situação o justificar e independentemente das áreas de jurisdição.

A responsabilidade de coordenação e direção de uma operação de proteção e socorro mais complexa pode recair num elemento da estrutura do comando do agrupamento distrital do norte ou mesmo do comando operacional nacional da ANPC, por decisão do CONAC.

3. Agentes de proteção civil (APC)

As operações de proteção civil e socorro são uma atividade multidisciplinar, desenvolvida pelos organismos, serviços e entidades, de nível nacional, distrital e municipal, devidamente organizados no SIOPS. Através de um conjunto de estruturas, normas e procedimentos, de natureza permanente e conjuntural, que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.

Assim, abordam-se de seguida as estruturas e agentes do sistema de proteção civil com responsabilidades e competências no socorro, cabendo à ANPC *“um papel fundamental no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política de proteção civil”* (Decreto-Lei n.º 73/2012 de 26 de março).

Em situações normais, consoante o tipo de acidente/emergência que lhes deu origem, as ações de socorro podem dividir-se em cinco grandes grupos:

- Combate a incêndios;
- Urgência pré-hospitalar;
- Desencarceramento;
- Salvamento em grande ângulo;
- Socorro a náufragos e buscas subaquáticas.

A competência para o desempenho de cada uma destas missões é atribuída especificamente, em função das respetivas características, nomeadamente no que refere a:

- Combate a incêndios:
 - Corpo de Bombeiros (CB);
 - Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) da Guarda Nacional Republicana (GNR) – neste caso, apenas, para o combate a incêndios florestais e em matérias perigosas.
- Urgência pré-hospitalar:
 - Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);
 - Corpo de Bombeiros;
 - Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).
- Desencarceramento:
 - Corpo de Bombeiros;
- Salvamento em grande Ângulo:
 - Autoridade Marítima (AM);
 - Corpo de Bombeiros

A sobreposição de muitas destas competências obriga a uma coordenação eficaz e ao respeito pelas determinações contidas no SIOPS, ou seja, nos termos do n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 22/2006 de 2 de fevereiro “*sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional no quadro da GNR, o GIPS articula-se operacionalmente no comando único do sistema integrado de operações e socorro.*”

Contudo, é sabido que nem sempre esta coordenação ocorre da melhor forma, considerando que as instituições em presença, CB, GNR, INEM, CVP e AM, possuem natureza, culturas institucionais, experiência, disciplina e estatutos diversos.

A LBPC define, no seu artigo 46.º, como agentes de proteção civil (APC) e de acordo com as suas atribuições próprias:

- Corpos de Bombeiros;
- Forças de Segurança;
- Forças Armadas;
- Autoridades marítimas e aeronáutica;
- Instituto Nacional de Emergência Médica e demais serviços de saúde;
- Sapadores florestais.

É ainda estabelecido no n.º 2 do citado artigo 46.º que a CVP exerce, em cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio, funções de proteção civil nos domínios de intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

Para além dos agentes atrás referidos, como tendo competências específicas nas missões de socorro em situação de emergência, “impende especial dever de cooperação com os agentes de proteção civil sobre as seguintes entidades:

- a) Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV);
- b) Serviços de Segurança;
- c) Instituto Nacional de Medicina Legal;
- d) Instituições de Segurança Social;
- e) Instituições com fins de socorro e de solidariedade;
- f) Organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente;
- g) Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos.” (Lei n.º 27/2006 de julho, art.º 46).

Na Figura 20 estão representados para cada concelho, os APC existentes na área territorial da CIM-AT. Como se pode verificar a distribuição dos APC não é homogénea em toda a área territorial, contudo, existem APC, que a sua área de intervenção não se limita ao concelho mas sim a toda a área territorial, como é o caso das Forças de Segurança, como a PSP e do Regime de Infantaria n.º 19, e os serviços de saúde, como é o caso do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro – Unidade Hospitalar de Chaves.

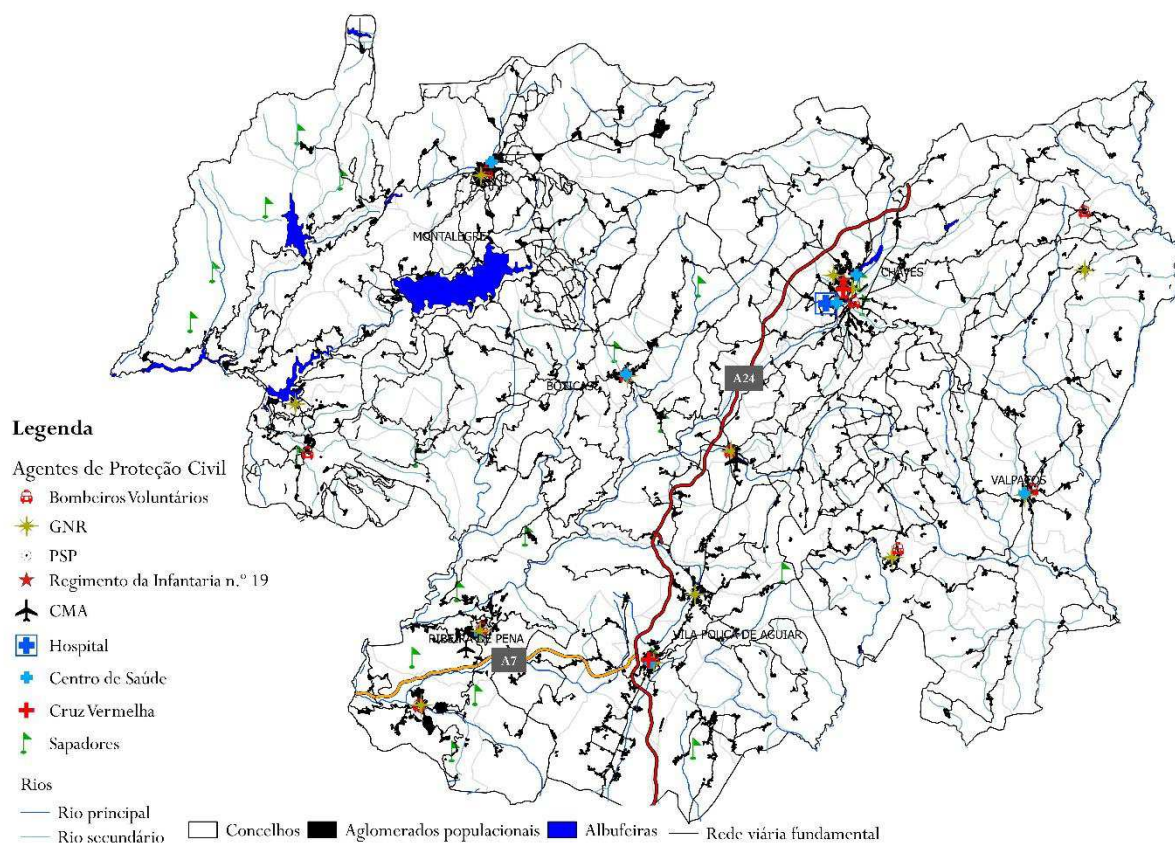


FIGURA 20 - LOCALIZAÇÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL NA CIM-AT

FONTE: ADAPTADO DOS PMEPC | 2012

Na Tabela 16 estão apresentados por concelho os APC da área territorial da CIM-AT.

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL DA CIM-AT

Concelhos	Agentes de Proteção Civil na CIM-AT
Boticas	Corpo de Bombeiros Voluntários de Boticas
	GNR de Boticas
	Centro de Saúde de Boticas (ACES-TMATB)
	Sapadores Florestais – 4 equipas
Chaves	Corpo de Bombeiros Voluntários Flavienses
	Corpo de Bombeiros Voluntários de Salvação Pública
	Corpo de Bombeiros Voluntários de Vidago
	GNR - Posto Territorial de Chaves
	GNR - Posto Territorial de Vidago (CMA- Fase Charlie)
	GNR – Posto de Trânsito de Chaves
	PSP de Chaves
	Regime de Infantaria n.º19
	Centros de Saúde I e II de Chaves (ACES-TMATB)

Concelhos	Agentes de Proteção Civil na CIM-AT
	Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro – Unidade Hospitalar de Chaves (INEM- 1 VEMER e 1 ABSCI)
	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Chaves
	Sapadores Florestais – 2 equipas
Montalegre	Corpo de Bombeiros Voluntários de Montalegre
	Corpo de Bombeiros Voluntários de Salto
	GNR – Posto Territorial de Montalegre
	GNR – Posto Territorial de Venda Nova
	Centro de Saúde de Montalegre (ACES-TMATB)
	Sapadores Florestais – 6 equipas
Ribeira de Pena	Corpo de Bombeiros Voluntários de Ribeira de Pena
	Corpo de Bombeiros Voluntários de Cerva
	GNR – Posto Territorial de Ribeira de Pena (CMA – Fase Charlie)
	GNR – Posto Territorial de Cerva
	Centro de Saúde de Ribeira de Pena (ACES-TMATB)
	Sapadores Florestais – 5 equipas
Valpaços	Corpo de Bombeiros Voluntários de Valpaços
	Corpo de Bombeiros Voluntários de Salto
	GNR – Posto Territorial de Valpaços
	GNR – Posto Territorial de Carrazedo de Montenegro
	GNR de Lebução
	Centro de Saúde de Valpaços (ACES-TMATB)
	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Valpaços
Vila Pouca de Aguiar	Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar
	GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar
	GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas
	Centro de Saúde de Vila Pouca de Aguiar
	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Vila Pouca de Aguiar
	Sapadores Florestais – 3 equipas

3.1. Bombeiros voluntários

Os grandes desastres que se têm verificado um pouco por todo o mundo têm vindo a promover uma ampla discussão sobre a existência, em cada um dos países, de estruturas de resposta devidamente preparadas e articuladas.

Em quase todas as situações, seja em grandes acidentes provocados pelo terrorismo internacional, decorrentes da ação da natureza ou resultantes da atividade económica e dos movimentos populacionais, conclui-se que os países se encontram insuficientemente dotados.

Uma das constatações mais relevante e ao mesmo tempo mais preocupante é a escassa articulação entre forças ou serviços de segurança e estruturas ou serviços de proteção e socorro.

Em Portugal, o socorro às populações assenta nos corpos de bombeiros e assim se prevê que continue, mesmo que, entretanto, se tenham criado brigadas de sapadores ou grupos de intervenção de proteção e socorro que colaboram no âmbito da primeira intervenção em incêndios florestais, ou se venham a formar mais agentes e constituam outras forças.

Os corpos de bombeiros profissionais, mistos ou voluntários, são, portanto, a base para uma resposta ao nível local e, articuladamente e sob um comando único, ao nível distrital ou nacional.

Em harmonia com o novo regime jurídico, aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros no território continental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/2007 de 27 de junho, um CB *“é uma unidade operacional, oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões.”*

A diversidade das missões dos CB sejam eles profissionais ou voluntários, está descrita no artigo n.º 3, do citado Decreto-Lei, como sendo:

- a) A prevenção e o combate a incêndios;
- b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes;
- c) O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;
- e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- f) A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- g) O exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;
- h) A participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados, e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras;
- i) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

Nos termos do artigo 5.º, alíneas a) e b) do já citado Decreto-Lei, cada corpo de bombeiros tem a sua área de atuação definida pela ANPC, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros, de acordo com os seguintes princípios:

a) A área de atuação de cada corpo de bombeiros é correspondente à do município onde se insere, se for o único existente;

b) Se existirem vários corpos de bombeiros voluntários no mesmo município, as diferentes áreas de atuação correspondem a uma parcela geográfica que coincide, obrigatoriamente, com uma ou mais freguesias contíguas.

Os CB voluntários (CBV), que dependem de uma AHBV, são constituídos por bombeiros em regime de voluntariado, contudo são cada vez menos as pessoas que permanecem na causa humanitária. A formação, o esforço de realizar trabalho operacional, o cumprimento de piquetes nos quartéis e escalas de serviços tão diversos, estão a levar ao aumento dos casos de bombeiros que transitam para o quadro de reserva ou que abandonam a atividade de bombeiro voluntário. Os números disponibilizados pelo recenseamento dos bombeiros e da responsabilidade da ANPC são muito claros na amostragem do número de bombeiros nos diferentes quadros nestes últimos anos, verificando-se uma preocupante diminuição de operacionais na generalidade

3.1.1. Bombeiros voluntários da CIM-AT

Na área territorial da CIM-AT, existem onze CB voluntários, havendo concelhos com uma única corporação, como é o caso do concelho de Boticas e Vila Pouca de Aguiar; com duas corporações, como é o caso dos concelhos de Montalegre, Ribeira de Pena e Valpaços; e, um concelho com três corporações de bombeiros, como é o caso de Chaves (Figura 21)

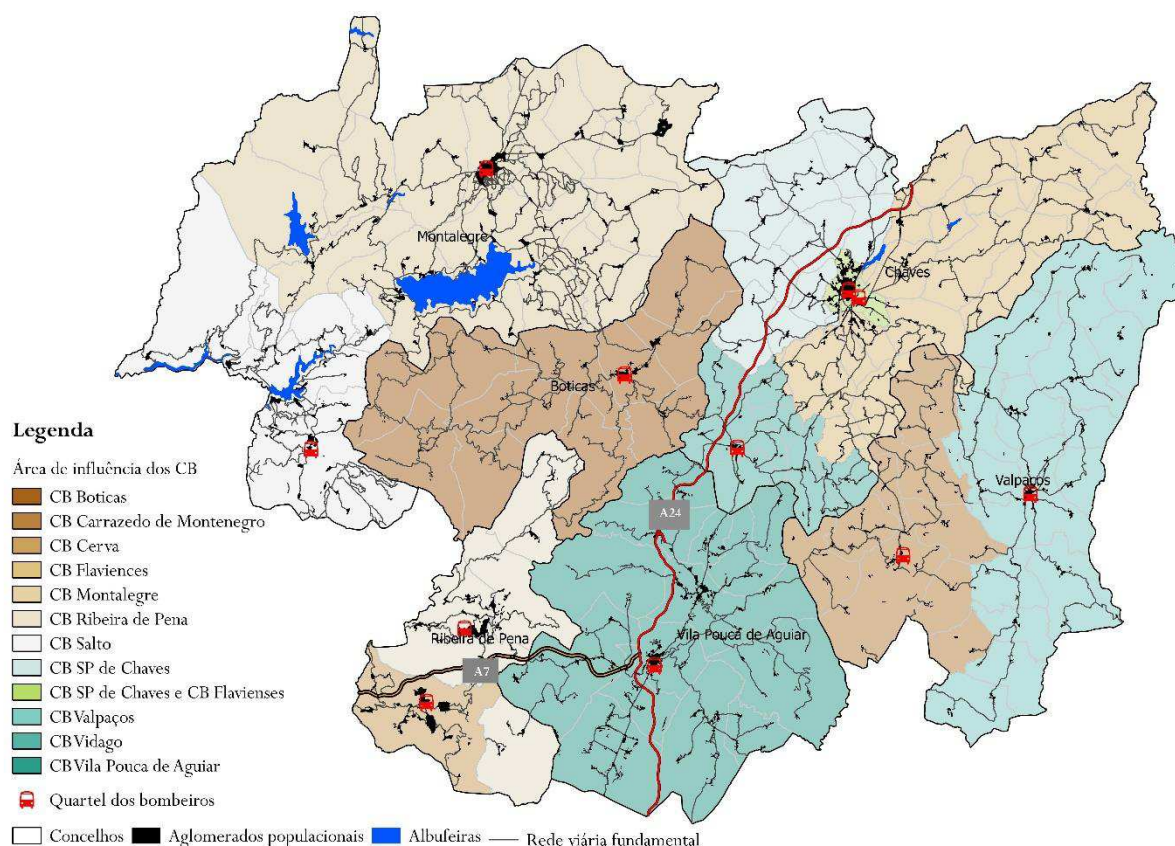


FIGURA 21 - ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS CORPOS DOS BOMBEIROS DA CIM-AT

Com base nos dados fornecidos pelo CDOS de Vila Real foi feito o levantamento dos recursos humanos de bombeiros voluntários, existentes em cada CB, com base no quadro ativo e no quadro de comando (Anexo I).

Como se pode verificar através da Tabela 17 a área territorial da CIM-AT, com um total de onze corporações de bombeiros voluntários, tem no seu quadro de recursos humanos 22 elementos no quadro de comando e 456 elementos do quadro ativo, perfazendo um total de 478 elementos.

Como já seria de esperar, o concelho de Chaves com três CB, é o que tem mais recursos humanos, uma vez que é o concelho com maior população residente na área territorial da CIM-AT. Para além deste facto, Chaves (como veremos mais à frente no presente estudo) é o concelho com um maior número de ocorrências registadas no período nos últimos anos.

Depois do concelho de Chaves, segue o concelho de Ribeira de Pena, com um total de 87 efetivos distribuídos pelo CBV de Ribeira de Pena (59 elementos) e pelo CBV de Cerva (28 elementos).

Montalegre, que é o concelho com maior área territorial embora com apenas 11% da população residente na área territorial da CIM-AT, tem duas corporações de bombeiros com um total de 75 elementos no seu quadro, CBV de Montalegre (45 elementos) e pelo CBV de Salto (30 elementos).

Em Vila Pouca de Aguiar, com 14% da população residente da área de estudo, na única corporação de bombeiros existente no concelho tem no seu quadro ativo e de comando um total de 52 elementos, que corresponde ao menor número de elementos da área de estudo.

TABELA 17 - RECURSOS HUMANOS DOS CORPOS DE BOMBEIROS DA CIM-AT

Bombeiros Voluntários da CIM-AT								
Concelhos	Nome da Corporação	Quadro				Área (km2)		População (Nº)
		Ativo	Comando	Total	Total concelho	CB	Concelho	
Boticas	CBV Boticas	51	2	53	53	322,47	321,96	5694
Chaves	CBV Flaviense	72	3	75	157	315,52	591,23	41225
	CBV Salvação Pública de Chaves	33	2	36		170,61		
	CBV Vidago	44	2	46		98,247		
Montalegre	CBV Montalegre	42	3	45	75	575,27	805,46	10387
	CBV Salto	30	0	30		228,56		
Ribeira de Pena	CBV Ribeira de Pena	56	3	59	87	157,68	217,46	6517
	CBV de Cerva	26	2	28		60,142		
Valpaços	CBV Carrazedo de Montenegro	13	1	14	55	196,39	548,74	16699
	CBV Valpaços	39	2	41		353,2		
Vila Pouca de Aguiar	CBV Vila Pouca de Aguiar	50	2	52	52	437,07	437,07	13093
Total CIM-AT		456	22	478		2921,92		93615

FONTE: CDOS VILA REAL | 2014

Ao analisarmos o rácio de habitantes por bombeiro constatamos que Ribeira de Pena é o município com menor rácio, ou seja, existe um bombeiro por cada 75 habitantes.

O concelho de Valpaços, com um bombeiro por 304 habitantes, é o que apresenta um rácio mais elevado, seguindo-se o concelho de Chaves, com um bombeiro por 263 habitantes, e Vila Pouca de Aguiar, com um bombeiro para 254 habitantes (Figura 22).

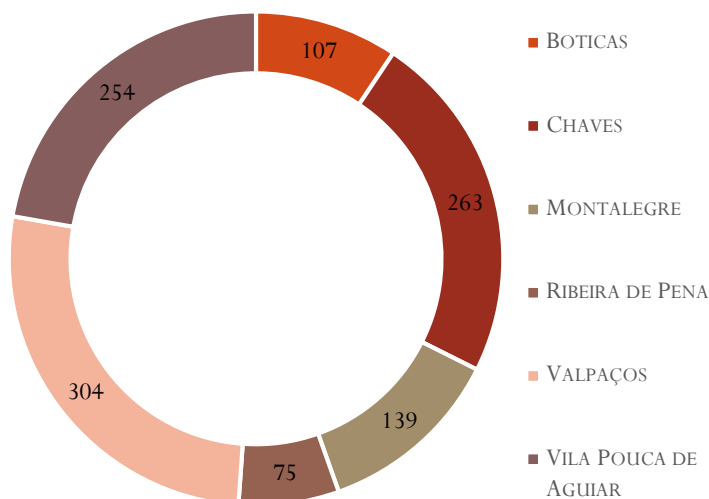


FIGURA 22 - NÚMERO DE POPULAÇÃO RESIDENTE POR BOMBEIRO POR CONCELHO DA CIM-AT

3.1.1.1. Viaturas utilizadas nas missões de socorro e emergência

Segundo a Portaria n.º 174/2009 de 18 de fevereiro, sem prejuízo da autonomia de as AHB adquirirem bens de equipamento e assegurarem a manutenção de outros através da própria capacidade de investimento, o Estado tem por obrigação participar no esforço financeiro daquelas, através do apoio à aquisição de equipamento operacional necessário ao cabal cumprimento das missões dos corpos de bombeiros.

Neste contexto, o regime jurídico das AHBV prevê a aprovação do regulamento dos programas de apoio financeiro e, entre estes, do Programa de Apoio aos Equipamentos (PAE), que visa apoiar a manutenção da capacidade operacional dos corpos de bombeiros.

Em matéria dos equipamentos, o regime jurídico aplicável aos CB prevê a definição, por regulamento da ANPC, dos tipos, características, classificações, normalização técnica e dotações mínimas de veículos e demais equipamentos operacionais que podem ser detidos pelos CB.

De modo a conhecer melhor os meios existentes e com base nos dados fornecidos pelo CDOS de Vila Real, foi realizado o inventário das viaturas existentes em cada corporação de bombeiros que fazem parte da área territorial da CIM-AT (Anexo II). Depois de feito o inventário das viaturas por CB, foi feito o seu agrupamento por concelho, correspondente, como está expresso na Tabela 18 e Figura 23.

TABELA 18 - VIATURAS UTILIZADAS NAS MISSÕES DE SOCORRO E EMERGÊNCIA NA CIM-AT

Designação dos veículos		Concelhos da CIM-AT						
Tipo	Classe	Boticas	Chaves	Montalegre	Ribeira de Pena	Valpaços	Vila Pouca de Aguiar	Total Geral
Veículo com Meios Elevatórios	VE	0	1	0	0	1	0	2
Total		0	1	0	0	1	0	2
Veículo de Apoio Logístico - Autotanque	VTGC	0	4	1	2	0	0	7
	VTTU	1	0	0	0	2	1	4
Total		1	4	1	2	2	1	11
Veículo de Apoio Logístico - Viaturas de Transporte	VETA	0	1	0	0	1	0	2
Total		0	1	0	0	1	0	2
Veículo de Comando Operacional	VCOT	2	7	3	3	2	1	18
Total		2	7	3	3	2	1	18
Veículo de Intervenção Aquática	BRTP	0	0	1	0	0	0	1
Total		0	0	1	0	0	0	1
Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABSC	1	6	5	4	5	3	24
	ABTD	3	9	7	6	8	5	38
	ABTM	2	7	3	2	6	2	22
	VTSD	0	2	0	0	0	0	2
Total		6	24	15	12	19	10	86
Veículo de Socorro e Combate a Incêndios	VECI	1	2	1	2	0	0	6
	VFCI	4	7	5	4	5	2	27
	VLCI	1	3	4	1	4	2	15
	VRCI	0	1	0	1	0	1	3
	VUCI	1	5	1	0	2	0	9
Total		7	18	11	8	11	5	60
Veículo de Transporte de Pessoas	VTPT	0	1	0	0	0	1	2
Total		0	1	0	0	0	1	2

Designação dos veículos		Concelhos da CIM-AT						
Tipo	Classe	Boticas	Chaves	Montalegre	Ribeira de Pena	Valpaços	Vila Pouca de Aguiar	Total Geral
Veículo para Operações Especiais	VOPE	2	5	4	0	2	2	15
Total		2	5	4	0	2	2	15
Veículo Técnico de Socorro e Assistência	VSAE	0	0	0	0	1	1	2
	VSAT	0	3	1	2	0	0	6
Total		0	3	1	2	1	1	8
Total CIM – Alto Tâmega		18	64	36	27	39	21	205

FONTE: CDOS VILA REAL | 2014

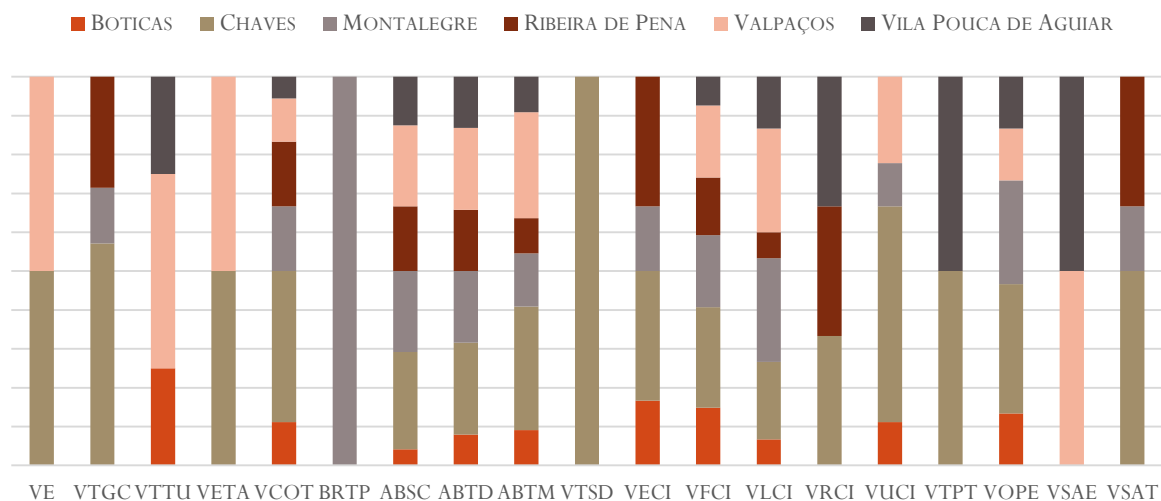


FIGURA 23 - DISTRIBUIÇÃO DOS VEÍCULOS POR CONCELHO DA CIM-AT

A Tabela 19 apresenta os códigos e descrição dos veículos existentes na área territorial da CIM-AT.

TABELA 19 - CÓDIGO E DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS DE APOIO A MISSÕES DE SOCORRO E EMERGÊNCIA

Código	Descrição	Código	Descrição
ABSC	Ambulância de Socorro	VECI	Veículo Especial de Combate a Incêndios
ABTD	Ambulância de Transporte de Doentes	VUCI	Veículo Urbano de Combate a Incêndios
ABTM	Ambulância de Transporte Múltiplo	VFCE	Veículo Florestal de Combate a Incêndios
BRTP	Botes de Reconhecimento e Transporte Pneumáticos	VLCE	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios
VCOT	Veículo de Comando Tático	VRCI	Veículo Rural de Combate a Incêndios
VE	Veículo com Escada Giratória	VTTU	Veículo Tanque Tático Urbano
VETA	Veículo com Equipamento Técnico de Apoio	VTGC	Veículo de Transporte de Pessoal Geral
VOPE	Veículo para Operações Específicas	VTPT	Veículo de Transporte de Pessoal Tático
VSAE	Veículo de Socorro e Assistência Especial	VSAT	Veículo de Socorro e Assistência Tático

Através da análise dos dados verifica-se que no total da área territorial da CIM-AT, existem um total de 205 viaturas para as missões de socorro e emergência, sediadas nos onze CB que integram a CIM-AT.

O maior número de viaturas existentes pertencem à tipologia “Veículo de Socorro e Assistência a Doentes”, com um total de 86 veículos, seguindo-se a tipologia “Veículo de Socorro e Combate a Incêndios”, com um total de 60 veículos.

Na tipologia de “Veículo de Intervenção Aquática” apenas existe um veículo em toda a área territorial da CIM-AT, que está sediado no concelho de Montalegre, no CB de Montalegre.

Analisando de seguida a distribuição dos veículos por concelho, verifica-se que o concelho de Chaves, à semelhança com o referido para os recursos humanos, é o concelho da área de estudo que dispõe de mais viaturas para missões de socorro e emergência, um total de 64 que correspondem a 32% do total de viaturas existentes na área de estudo. Valpaços é o segundo concelho com maior número de viaturas, num total de 39, sendo também o segundo concelho com mais população residente. O concelho de Montalegre, que é o concelho com maior área territorial (805,46 km²) da área de estudo, é o terceiro concelho dos seis concelhos que constituem a CIM-AT com mais veículos, num total de 36 veículos.

Boticas, sendo o concelho com menor população residente e o segundo concelho com menor área geográfica, aquele que apresenta um menor número de veículos de apoio a missões de socorro e emergência, com um total de 18 veículos, que corresponde 9% do total de veículos da área de estudo. Segue-se o concelho de Vila Pouca de Aguiar, com um total de 21 veículos, e Ribeira de Pena, com um total de 27 veículos.

Como vimos anteriormente os veículos pertencentes à tipologia “Veículo de Socorro e Combate a Incêndios” é a segunda tipologia mais representativa na área territorial da CIM-AT. Sendo os “Incêndios rurais” uma das ocorrências com maior registo no CDOS de Vila Real, verifica-se um maior investimento em veículos de tipologia “Veículo Florestal de Combate a Incêndios”, com 27 veículos na área territorial da CIM-AT.

O concelho de Chaves é o concelho com mais veículos da tipologia “Veículo Florestal de Combate a Incêndios”, um total de 7 veículos, não sendo contudo como se poderá observar mais adiante, o concelho maior número de ocorrências de “Incêndios rurais”. Seguem-se os concelhos de Montalegre e de Ribeira de Pena com 5 veículos cada.

O concelho de Vila Pouca de Aguiar é o concelho da área territorial da CIM-AT com menos veículos de tipologia “Veículo Florestal de Combate a Incêndios”, com apenas 2 veículos.

Para além dos veículos com a tipologia “Veículo Florestal de Combate a Incêndios” destinados a ser usado no combate a “Incêndios rurais” existem 3 veículos de tipologia “Veículo Rural de Combate a Incêndios”

que pertencem aos concelhos de Chaves, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, com um veículo cada concelho.

É recorrente identificar os meios de intervenção em missão de socorro e emergência, associados às ocorrências de “Acidentes industriais e tecnológicos”, em que se inclui o transporte de mercadorias perigosas, como uma das carências dos CB a nível nacional. Na área territorial da CIM-AT verifica-se que não existe nenhuma viatura associada a este tipo de missão, como é o caso das viaturas de tipologia “Veículo de Proteção Multirrisco Tático” e “Veículo de Proteção Multirrisco Especial”.

3.1.1.2. Equipamentos de proteção individual (EPI)

Um elevado número de acidentes que todos os anos atinge os bombeiros, deve-se não só ao incumprimento das regras de segurança estabelecidas, mas também à não utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI) adequados às características da missão de socorro, levada a cabo em ambiente hostil. Depreende-se ainda que, se os equipamentos de proteção individual forem de qualidade e utilizados corretamente, os acidentes pessoais dos bombeiros podem ser minimizados ou mesmo evitados.

Por outro lado, ao nível técnico, as exigências do EPI devem estar associadas a fatores ergonómicos e de adaptação à morfologia do utilizador, além das características do trabalho a desenvolver, tendo-se presente a gravidade do risco e a frequência da exposição.

Em todo o caso, a segurança do bombeiro depende não só de bons equipamentos e vestuário de proteção individual, mas também da formação e aptidão física e psíquica adequada.

Segundo inquérito próprio enviado aos onze CB existentes na área territorial da CIM-AT, sobre a existência de EPI, cujo resultado está expresso no Anexo II e em que apenas oito CB colaboraram, verifica-se que apenas o CB de Boticas, CB de Montalegre e o CB de Vidago, possuem EPI para todos os bombeiros do quadro ativo.

De um modo geral todas as corporações possuem equipamentos de proteção para a cabeça, olhos e mãos, para o combate em incêndios urbanos e florestais. Ainda associada ao combate a incêndios, todas as corporações têm equipamento do Tipo Nomex (calças e casaco), Cógula, Fireshelter e ARICA, e o seu número vai variando consoante o número de bombeiros no quadro ativo de cada corporação.

No que diz respeito ao EPI para situações de socorro e emergência associado às matérias perigosas, apenas o CB de Vidago possui proteção de cabeça, olhos e luvas apropriadas para esse fim, assim como fato de proteção química.

3.1.1.3. Instrução e formação dos bombeiros

A instrução e formação dos bombeiros reveste-se de grande importância porque demonstra a preocupação da organização com a qualificação dos seus recursos humanos. Neste sentido, e segundo o Decreto-Lei n.º 247/2007 de 27 de junho a instrução do pessoal visa o treino e o saber fazer através do aperfeiçoamento permanente dos conhecimentos e está a cargo do comandante. Este rege-se por um programa previamente estabelecido e aprovado pela ANPC após o juízo da Escola Nacional de Bombeiros (ENB). A existência de um número progressivamente maior de acidentes e cada vez mais graves, a preocupação com os primeiros socorros e o interesse na qualidade dos serviços prestados numa situação de urgência, conduziu à necessidade de prestar maior atenção à formação e certificação da figura do bombeiro, como forma de garantir a qualidade da sua atuação. Assim, o Departamento de Formação da ENB surgiu tendo como missão elaborar, conceber, estruturar e executar ações de formação profissional inicial e contínua, na área de Proteção e Socorro, para os agentes de proteção civil, tendo os bombeiros como público de excelência. Para além da instrução, os elementos do quadro de comando e do quadro ativo que se encontrem em atividade têm direito não só à formação adequada para o exercício da missão de socorro e emergência como também à frequência de cursos, colóquios, seminários e outras ações que visem o aperfeiçoamento técnico. A formação abrange várias modalidades: formação inicial para ingresso na carreira; formação de acesso para progressão na carreira e formação de quadro de comando para habilitar os elementos nomeados para o exercício de cargos. A componente formativa e a constante atualização de conhecimentos numa atividade tão exigente como a de bombeiro assumem particular importância. A distribuição pelas diferentes áreas de formação não será, naturalmente, equitativa, dado que há funções específicas que não são entregues à generalidade dos efetivos. Os bombeiros devem adaptar-se à constante evolução e aperfeiçoar as técnicas de socorro para dar resposta às necessidades, cada vez maiores, da sociedade atual. Tudo isto, sempre, com a maior segurança, rapidez e eficácia que tem de caracterizar qualquer atuação dos bombeiros voluntários. Para o presente, e para tentar perceber quais são as áreas de formação onde existe um maior investimento por parte dos CB, foi elaborado um inquérito relativo à formação especializada, do quadro de comando e quadro ativo de cada CB, tendo em conta cinco áreas de formação, que são:

- Chefe de equipa em salvamento e desencarceramento;
- Chefe de equipa em salvamento em grande ângulo;
- Chefe de equipa em incêndios urbanos e industriais;
- Chefe de equipa a incêndios florestais
- Chefe de equipa em acidentes em matérias perigosas.

Dos onze CB pertencentes à área territorial da CIM-AT, obteve-se até ao momento resposta por parte de oito corporações (Anexo II).

Pela análise da Tabela 20, verifica-se que a área de formação especializada em “Salvamento e desencarceramento” é a que tem um maior número de chefes de equipa, 35 num total de 113 chefes de equipa existentes na área territorial da CIM-AT.

A formação especializada em “Combate a incêndios florestais”, com um total de 34 chefes de equipa distribuídos pelo quadro ativo e de comandos dos CB, é a segunda área com mais chefes de equipa, seguindo-se a formação especializada em “Incêndios urbanos e industriais” com 26 chefes de equipa.

É na competência organizacional, em chefes de equipas de acidentes com matérias perigosas, que se verifica o maior défice nos CB, existindo apenas sete chefes de equipa de acidentes com matérias perigosas na área territorial da CIM-AT. Dos sete chefes de equipa com formação nesta área, seis pertencem ao CB de Ribeira de Pena e um ao CB de Montalegre.

TABELA 20 - NÚMERO DE CHEFES DE EQUIPA POR CB E POR ÁREA DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Concelhos	Nome da Corporação	Áreas de formação especializada				
		Salvamento e desencarceramento	Salvamento em grande ângulo	Incêndios urbanos e industriais	Combate a incêndios florestais	Acidente em Matérias perigosas
Boticas	CBV Boticas	1	0	2	3	0
Chaves	CBV Flaviense	5	0	3	10	0
	CBV Salvação Pública de Chaves	1	0	6	4	0
	CBV Vidago	2	0	1	1	0
Montalegre	CBV Montalegre	15	5	3	5	1
Ribeira de Pena	CBV Ribeira de Pena	11	6	11	11	6
Valpaços	CBV de Valpaços	0	0	0	0	0
	CBV de Carrazedo de Montenegro	0	0	0	0	0
Total CIM-AT		35	11	26	34	7

FONTE: INQUÉRITO REALIZADO AOS CB DA ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT | 2014

Como se pode observar pela Figura 24, o CB de Montalegre e o CB de Ribeira de Pena são os CB da área territorial da CIM-AT que mais têm apostado na formação especializada em chefes de equipa nas áreas referidas anteriormente. Nas áreas de formação especializada em “Salvamento em grande ângulo” e

“Acidentes em matérias perigosas”, são os únicos CB com chefes de equipa com formação especializada nessas áreas.

Relativamente à formação especializada em “Combate a incêndios florestais”, o CB de Ribeira de Pena é o que tem mais chefes de equipa com esta formação, um total de 11 elementos, seguindo-se o CB Flavienses, com 10 elementos.

Os CB de Valpaços e de Carrazedo de Montenegro, não possuem chefes de equipa com formação especializada nas áreas de referência.

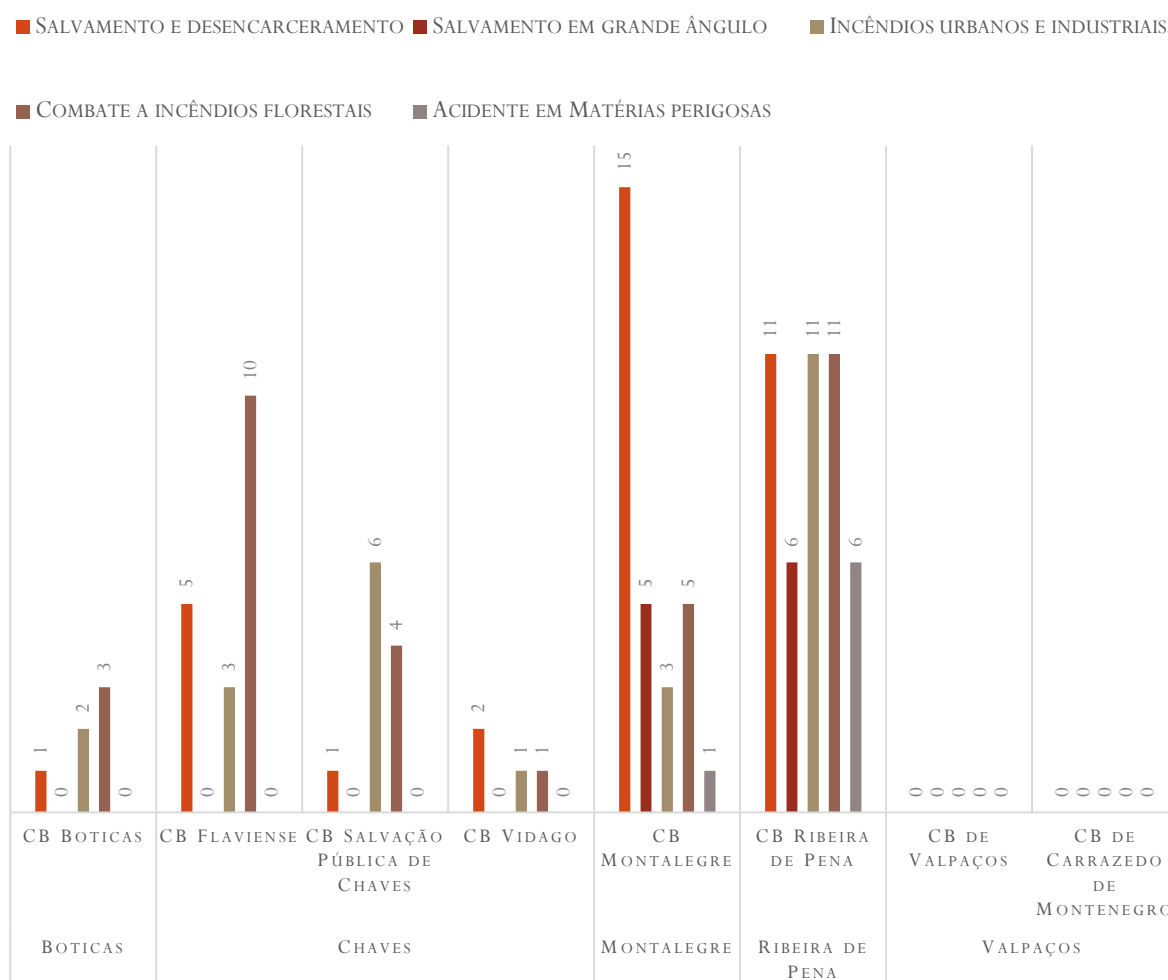


FIGURA 24 - NÚMERO DE CHEFES DE EQUIPA POR CB E POR ÁREA DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Em março de 2014, foi apresentado o “O Plano Estratégico de Formação dos Bombeiros Portugueses | 2014-2016”, que embora esteja definido para o período 2014-2016, deverá revisto anualmente por forma a ser adaptado em função das necessidades.

Este Plano Estratégico de Formação dos Bombeiros Portugueses pretende definir políticas e linhas de orientação para a formação e qualificação dos bombeiros, requisitos indispensáveis para a prossecução da sua missão.

Em matéria de formação os bombeiros enfrentam dois desafios fundamentais:

- A necessidade de garantir permanentemente o acesso à formação inicial e contínua, na perspetiva de assegurar as competências e qualificações para o desempenho da missão, num universo de considerável rotatividade do seu efetivo;
- A necessidade de garantir a relevância do investimento realizado em formação, concentrando esse esforço na formação adequada às reais necessidades operacionais de cada corpo de bombeiros.

Naturalmente que estes desafios pressupõem uma mudança de postura dos diversos intervenientes no processo formativo e a redefinição do papel da ENB e da sua participação no contexto formativo.

Nos termos da legislação em vigor compete à ANPC assegurar a formação dos bombeiros portugueses. De igual modo, cabe à ENB, enquanto autoridade pedagógica do setor, definir e estruturar as respostas formativas solicitadas pela ANPC.

Este plano encerra uma determinação estratégica de assegurar a sustentabilidade da atividade formativa, nomeadamente do ponto de vista financeiro, que deverá ser encarada como uma prioridade imediata, não só da ENB mas partilhada por todos os intervenientes no processo formativo e assente nos seguintes princípios:

- A formação deverá ser assegurada por formadores externos devidamente formados e certificados pela ENB, que integram os quadros dos corpos de bombeiros, disponíveis em número adequado para dar resposta às necessidades formativas do próprio corpo de bombeiros e da respetiva zona formativa;
- A formação deverá ser realizada maioritariamente nos corpos de bombeiros e nas unidades locais de formação, sob orientação e supervisão da ENB, observando a especificidade do voluntariado e colmatando o distanciamento face aos centros de formação;
- A formação deve ser realizada preferencialmente nos períodos de disponibilidade do voluntariado nomeadamente nos períodos noturnos e fins-de-semana.
- A cooperação entre os corpos de bombeiros de proximidade deverá ser assumida como uma prática rotineira, recorrendo à partilha dos recursos humanos e materiais disponíveis, no intuito de assegurarem mutuamente a formação nos diferentes domínios técnicos.

Uma vez que área territorial da CIM-AT é unicamente constituída por bombeiros voluntários o plano apresentado para o período de 2014-2016, reveste-se de grande importância para a formação dos bombeiros da CIM-AT. O facto de se preconizar a realização das formações nos corpos de bombeiros e

nas unidades locais de formação, com programas de formação mais flexibilizados na duração e no horário, abre caminho para que a formação seja mais acessível a todos os bombeiros voluntários.

3.1.1.4. Subsídios atribuídos aos corpos de bombeiros

A proteção e o socorro às populações assentam, há mais de meio século e na grande maioria dos municípios do País, em CB criados e mantidos por AHBV. Desde sempre, estas associações encontraram grande dificuldade na manutenção dos seus CB e conseguem sobreviver porque:

- São apoiadas pelas populações de onde emanaram, de forma contínua com associados e com apoios eventuais, em dinheiro ou em espécie, de beneméritos;
- Recolhem fundos na organização de festas, espetáculos, entre outros;
- Obtém receitas de alguns serviços prestados à comunidade, onde avultam os da área da saúde (transporte de doentes);
- Têm acordos de prestação de serviços de emergência com o INEM;
- Recebem apoio da ANPC,
- Recebem apoio das Autarquias locais.

Segundo o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 73/20013 de 31 de maio, a ANPC tem por atribuições, no âmbito dos recursos de proteção civil contribuir para a requalificação, reequipamento e reabilitação dos equipamentos e infraestruturas dos corpos de bombeiros e apoiar as atividades das AHBV, nomeadamente através de transferências, no limite de dotações inscritas no seu orçamento.

Na Tabela 21, expressam-se os subsídios atribuídos, no período de 2008 a 2012, pela ANPC a cada CB e concelho correspondente, da área territorial da CIM-AT. Os dados foram facultados pela própria ANPC mas até à data da realização do presente relatório não foi possível facultar o valor respeitante ao ano de 2013.

TABELA 21 - SUBSÍDIOS DA ANPC ATRIBUÍDOS ÀS AHBV | 2008-2012

Concelhos	Corpo de Bombeiros	Anos					Média anual	Média anual por concelho
		2008	2009	2010	2011	2012		
Boticas	CBV Boticas	101890,82	46523,56	121184,27	142370,25	70035,54	96400,89	96400,89
Chaves	CBV Flaviense	187616,35	121713,9	148694,04	203918,25	132728,22	158934,15	306904,30
	CBV S.P. Chaves	85042,55	45508,56	83949,99	136120,47	81810,79	86486,47	
	CBV Vidago	70481,21	53003,58	58963,02	77829,51	47141,08	61483,68	
Montalegre	CBV Montalegre	90869,08	62601,95	123046,61	101895,92	89467,61	93576,23	195138,72
	CBV Salto	91320,69	81521,72	112281,99	137547,77	85140,28	101562,49	
Ribeira de Pena	CBV Ribeira de Pena	88865,15	75134,23	105385,55	100710,25	78309,76	89680,99	159963,91
	CBV de Cerva	66595,31	59429,45	78564,21	96183,87	50641,78	70282,92	
Valpaços	CSP Valpaços	101896,96	34240,78	68900	83357,14	57204,12	69119,8	90630,05
	CBV Carrzedo de Montenegro	0	21006,39	28070,01	28610,29	29864,55	21510,25	
Vila Pouca de Aguiar	CBV Vila Pouca de Aguiar	74222,45	47365,82	100419,42	131371,05	76776,36	86031,02	86031,02
Total CIM-AT		960808,57	650058,94	1031469,11	1241925,77	801132,09	935068,896	

FONTE: ANPC | 2014

Como se pode verificar, a média anual atribuída a cada CB varia consoante o concelho onde está inserido, pois esta depende de vários fatores para ser atribuído, entre elas a população residente, área de intervenção e o número de ocorrências, entre outras.

O concelho de Chaves, sendo o concelho com maior população residente e com um maior número de ocorrências, que serão analisadas posteriormente neste estudo, é o concelho onde a média anual do subsídio atribuído pela ANPC é mais elevado, 306.904,304 euros, que corresponde a 33% do valor médio anual atribuído à área territorial da CIM-Alto-Tâmega. Dos três CB pertencentes ao concelho de Chaves, o CB Flavienses recebeu 52% do valor total do subsídio atribuído ao concelho de Chaves.

O concelho de Montalegre foi o segundo concelho da área territorial da CIM-AT, a receber em média 195.138,724 euros por ano, distribuídos de forma mais ou menos equitativa pelos dois CB que atuam no concelho. De referir que o concelho de Montalegre é o município com maior área territorial e como veremos mais adiante o concelho com mais ocorrências no que aos “Incêndios rurais” diz respeito.

O concelho de Ribeira de Pena, com uma média anual de 159.963,91 euros de subsídios atribuídos pela ANPC, é o terceiro concelho da área territorial da CIM-AT com um valor médio anual mais elevado.

O concelho de Boticas, sendo o concelho com menor população residente e o segundo concelho com menor área territorial, é o quarto concelho na área de estudo com um valor média anualmente mais elevado, 96.400,89 euros.

Analisando os dados relativos ao concelho de Vila Pouca de Aguiar, com um CB, verifica-se que é o concelho com um valor médio anual de subsídios atribuídos pela ANPC mais baixo, 86.031,02 euros.

O concelho de Valpaços, apesar de ser o segundo concelho com uma população residente mais elevada na área de estudo é, a par do concelho de Vila Pouca de Aguiar, o concelho com um valor médio anual de subsídios atribuídos pela ANPC mais baixo, 90.630,05 euros. Este valor é distribuído pelos dois CB existentes no concelho. Contudo 76% do valor do subsídio do concelho é atribuído ao CB de Valpaços e os restantes 24% são atribuídos ao CB de Carrazedo de Montenegro, em que no ano de 2008 não lhe foi atribuído por parte da ANPC nenhum subsídio.

Analisando de seguida a distribuição anual, Figura 25, no período de 2008 a 2012, dos subsídios atribuídos aos onze CB da área territorial da CIM-AT, verifica-se que o ano de 2011 foi o ano em que esse valor foi mais elevado, em nove dos onze CB. No lado oposto encontra-se o ano de 2009, ano em que o valor do subsídio atribuído pela ANPC foi mais baixo.

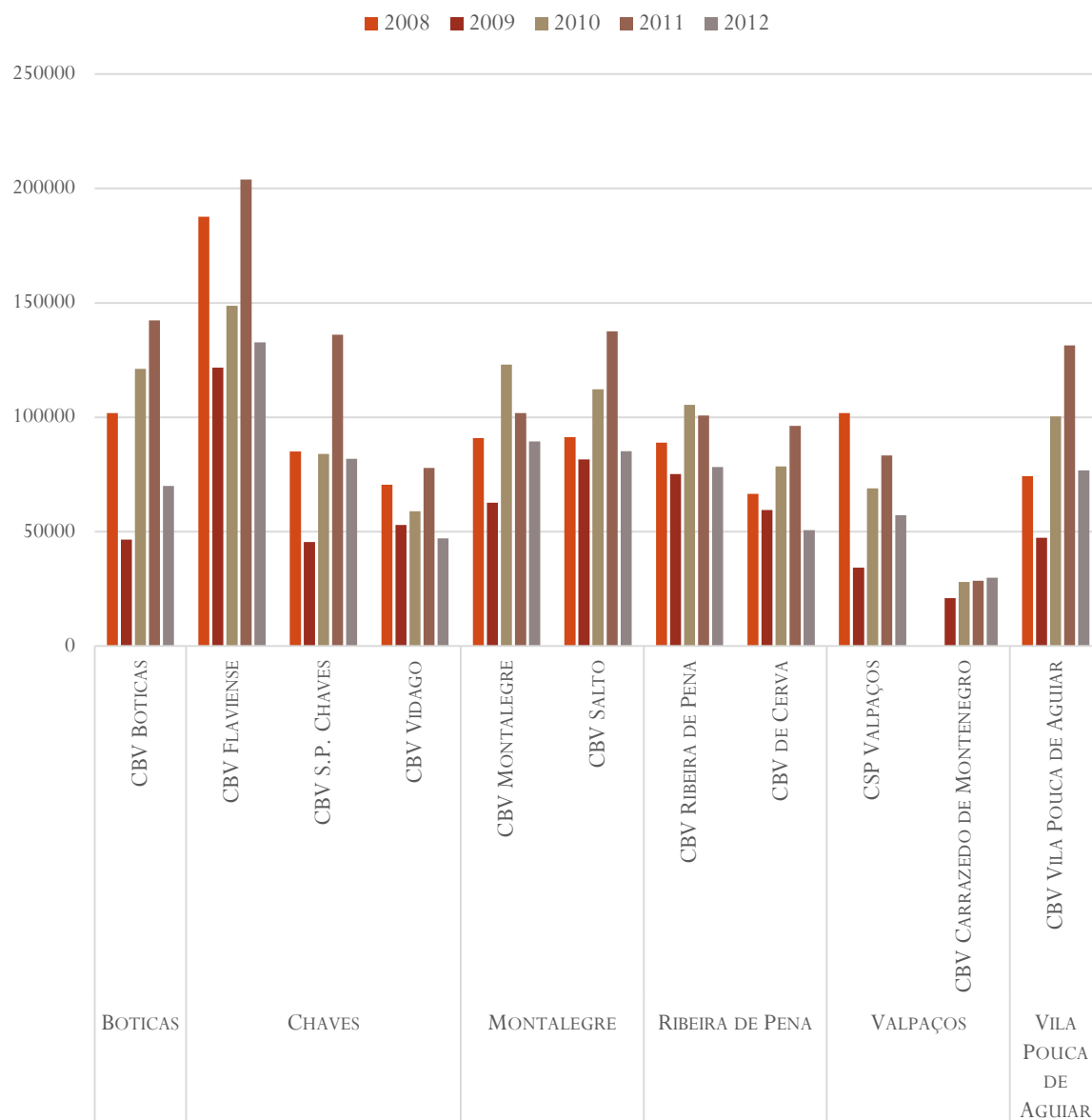


FIGURA 25 - DISTRIBUIÇÃO ANUAL POR CB E POR CONCELHO DOS SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS PELA ANPC

De seguida procede-se à análise dos subsídios atribuídos pelas autarquias aos CB da sua área geográfica. Pela Tabela 22 pode-se verificar que o município de Montalegre, dos quatro municípios que integram a CIM-AT e que forneceram os dados, é o que mais dinheiro investe nos CB do concelho, uma média anual de 14.2385 euros, seguindo-se o concelho de Chaves, com uma média anual de 130.500 euros. Vila Pouca de Aguiar apresenta-se como o concelho que atribui um valor mais baixo de subsídios ao CB da sua área geográfica, com uma média anual de 45.500 euros, contudo no ano de 2012 fez um investimento de 955.000 euros para a construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar.

TABELA 22 - SUBSÍDIOS DOS MUNICÍPIOS ATRIBUÍDO ÀS AHBV POR CONCELHO | 2009-2013

Concelhos	Anos						Média anual (2009-2013)
	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (Previsto)	
Boticas	22488,00	33500,00	30000,00	30000,00	75000,00	30000,00	38197,60
Chaves	135000,00	135000,00	135000,00	135000,00	112500,00	112500,00	130500,00
Montalegre	137773,91	152364,47	107381,25	158272,12	156137,68	193400,00	142385,89
Ribeira de Pena	40000,00	33000,00	39000,00-	29475,00	27360,00	29360,00	33032,50
Valpaços	-	-	-	-	-	66000,00	-
Vila Pouca de Aguiar	100000,00	90000,00	5000,00	5000,00 ⁴	27500,00	7500,00	45500,00
Total CIM-AT	395261,91	410864,47	277381,25	328272,12	371137,68	409400,00	356583,49

FONTE: SMPC DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A CIM-AT

Relativamente ao município de Valpaços, apenas foi facultado os dados relativos ao subsídio que está previsto entregar aos CB em 2014, que é de 66.000 euros.

3.1.1.5. Receitas e gastos dos corpos de bombeiros

O regime jurídico das AHBV, bem como as regras da sua associação em confederações e federações, está previsto na Lei n.º 32/2007 de 13 de Agosto.

Ao abrigo do artigo 2.º da referida lei, estas associações são pessoas coletivas que não prosseguem fins lucrativos e que têm como objetivo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente: o socorro de feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios.

Para esse efeito, detêm e mantêm em atividade um CB de acordo com o definido no regime jurídico dos CB.

Respeitando a sua finalidade não lucrativa e sem prejuízo da sua principal missão, podem desenvolver outras atividades desde que permitidas pelos estatutos. Esta norma reveste-se de particular importância uma vez que as AHBV, para além da sua missão principal, desenvolve outras atividades sem fins lucrativos, permitidas pelos estatutos e que contribuem para a sua sustentabilidade.

⁴ A este valor acresce o investimento feito por parte da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar em 2012, no valor de 955000 euros, para a construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar.

A sustentabilidade nas AHBV está associada ao trabalho em equipa, à procura de oportunidades, à inovação e criação de valor, à modernização dos serviços e à satisfação do bem-estar da comunidade. Consta-se uma relação mais forte desta variável com a procura de oportunidades e com a modernização dos serviços prestados pelas associações.

Face à conjuntura atual, nas AHBV todos os meios de financiamento são importantes. Porém, a sustentabilidade de uma AHBV depende, sobretudo, do esforço coletivo que os recursos humanos existentes oferecem e que permitem garantir a totalidade dos serviços a prestar, principalmente na área do socorro.

Sublinha-se assim, a importância que os voluntários têm ao oferecerem os seus conhecimentos, ideias e qualificações na procura de soluções inovadoras que são determinantes para a modernização dos serviços prestados dando um forte contributo para assegurar a sustentabilidade da associação e permitindo que esta continue a satisfazer as necessidades da comunidade.

De um modo geral nas AHBV que integram a CIM-AT, e como já referido anteriormente, os meios de financiamento disponíveis para assegurar a sustentabilidade das organizações são os seguintes: os subsídios mensais das Câmaras Municipais, ANPC e INEM; os serviços remunerados, principalmente o transporte de doentes não urgentes; a cotização dos associados; os donativos de empresas, instituições públicas e privadas e pessoas em nome individual; os peditórios de rua; as receitas de eventos desportivos e sociais; o aluguer de espaços; os sorteios; e, a exploração de bares.

Com o objetivo de averiguar a sustentabilidade das AHBV, foi solicitado o envio do mapa de rendimentos e gastos anuais, durante o período de 2009 a 2014, a todas as AHBV que integram a CIM-AT. Contudo até ao momento, apenas foram enviados dados relativos a seis AHBV a que pertencem: o CB de Boticas, o CB de Salvação Pública de Chaves, o CB de Vidago, CB de Montalegre, o CB de Carrazedo de Montenegro e o CB de Valpaços. A maioria dos rendimentos auferidos pelas AHBV dizem respeito a vendas e serviços prestados, seguindo-se na maioria das vezes o subsídio atribuído aos CB pela ANPC. Os subsídios das autarquias locais aparecem, na maioria das vezes, como terceiro fator de rendimento das AHBV (Anexo III).

Na Tabela 23 está expresso o resumo dos rendimentos e dos gastos que as AHBV têm com o seu respetivo CB ao longo dos últimos cinco anos.

Analisando os rendimentos e os gastos por ano, sem ter em conta os proveitos/perdas dos anos anteriores, verifica-se que o saldo ao longo dos anos nem sempre é positivo, o que dificulta a sustentabilidade dos CB.

Na área total da CIM-AT e tendo em conta os dados fornecidos pelas seis AHBV verifica-se que no ano de 2010 e 2013, os gastos foram superiores aos rendimentos, tendo-se obtido um saldo negativo de 36.726 euros e 20.310 euros, respetivamente. Contudo, nos restantes anos, o saldo foi sempre positivo ultrapassando os 75mil euros em cada ano.

O CB de Montalegre foi a única corporação, que ao longo dos cinco anos os rendimentos foram sempre superiores aos gastos. No patamar oposto encontra-se o CB de Carrazedo de Montenegro, em que apenas no ano de 2009 obteve um saldo positivo. Nos restantes anos, os gastos foram sempre superiores aos rendimentos. O CB de Salvação Pública de Chaves, a par do CB de Carrazedo de Montenegro, apresenta valores negativos em todos os anos, com a exceção do ano de 2011.

TABELA 23 - RENDIMENTOS E GASTOS DAS AHBV DOS CONCELHOS QUE INTEGRAM A CIM-AT | 2009-2013

Concelhos	CB		Anos					Média
			2009	2010	2011	2012	2013	
Boticas	Boticas	Rendimentos	256607	314835	405707	334582	441994	350745
		Gastos	214905	305012	327039	264588	484341	319177
		Saldo	41702	9823	78668	69994	-42347	31568
Chaves	Salvação Pública de Chaves	Rendimentos	464361	471792	509818	375850	501845	464733
		Gastos	532313	512788	493140	398341	647278	516772
		Saldo	-67952	-40996	16677	-22491	-145432	-52039
	Vidago	Rendimentos	295424	254879	1578086	1636916	1789344	1110930
		Gastos	272642	264816	1547836	1644663	1679410	1081873
		Saldo	22782	-9937	30250	-7748	109935	29056
Montalegre	Montalegre	Rendimentos	371156	432514	399413	452547	500035	431133
		Gastos	360958	432206	383766	384609	457724	403853
		Saldo	10198	308	15647	67938	42310	27280
Valpaços	Carrazedo de Montenegro	Rendimentos	166669	190559	148350	182006	208489	179215
		Gastos	166206	216633	204376	225003	242325	210909
		Saldo	463	-26075	-56026	-42997	-33836	-31694
	Valpaços	Rendimentos	488191	426673	376828	382854	408165	416542

Concelhos	CB	Anos					Média
		2009	2010	2011	2012	2013	
	Gastos	453322	424635	380802	383656	400552	408594
	Saldo	34869	2038	-3974	-802	7612	7949
Total na CIM-AT	Rendimentos	2363931	2327366	3646680	3565603	4049547	3190626
	Gastos	2287463	2364093	3513386	3459513	4069858	3138862
	Saldo	76469	-36726	133294	106090	-20310	51763

FONTE: ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DOS CONCELHOS QUE INTEGRAM A ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT | 2014

3.1.1.6. Equipas de intervenção permanente (EIP)

O Decreto -Lei n.º 247/2007 de 27 de Junho, veio determinar o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros no território continental.

No n.º 5 do artigo 17.º do referido diploma está previsto que, nos municípios em que se justifique os corpos de bombeiros detidos por AHBV podem dispor de equipas de intervenção permanente (EIP), cuja composição e funcionamento é definida por Portaria n.º 75/2011 de 15 de fevereiro. A implementação e o funcionamento das mesmas passa pois, pela congregação de esforços entre a ANPC, as Câmaras Municipais e as AHBV. Sendo que as despesas relativas à criação e manutenção das equipas são suportadas em partes iguais pela ANPC e pela câmara municipal respetiva.

As EIP visam assegurar, em permanência, o socorro às populações, designadamente nos seguintes casos:

- Combate a incêndios;
- Socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidente ou catástrofes;
- Socorro a náufragos;
- Socorro complementar, intervenção de desencarceramento ou apoio a sinistrados no âmbito de urgência pré-hospitalar, não podendo substituir-se aos acordos com a autoridade nacional de emergência médica;
- Minimização de riscos em situações de previsão ou ocorrência de acidente grave;
- Colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que são cometidas aos CB.

Os elementos que constituem as EIP desempenham ainda outras tarefas de âmbito operacional, incluindo planeamento, formação, reconhecimento dos locais de risco e das zonas críticas, preparação física e desportos, limpeza e manutenção de equipamento, viaturas e instalações, sem prejuízo da prontidão e socorro.

O programa do Governo prevê a criação de EIP's nos concelhos de maior risco. Foi com esse objetivo que, através de protocolo celebrado entre a ANPC, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Liga dos Bombeiros Portugueses, se definiu, como meta a criação de 200 equipas até ao final do ano 2009. Contudo, e com base nos dados disponibilizados pela ANPC, o objetivo de 200 EIP criadas até ao final de 2009 não foi atingida, estando criadas a nível nacional 152 EIP.

A distribuição das EIP a nível nacional é muito heterogénea, cabendo ao distrito de Aveiro o maior número de EIP criadas, um total de 22, e ao distrito de Viana do Castelo e de Portalegre o menor número de EIP, 2 em cada distrito

Analisando o distrito de Vila Real, onde se insere a CIM-AT, este fica abaixo da média nacional no que à criação de EIP diz respeito. A média nacional é de 8 EIP por distrito e o distrito de Vila Real apenas tem 7 EIP. Das 7 EIP que fazem parte do distrito de Vila Real, 2 estão integradas na CIM-AT, e ambas pertencem ao concelho de Montalegre, uma estando integradas uma no CB de Montalegre e outra no CB de Salto (Figura 26).

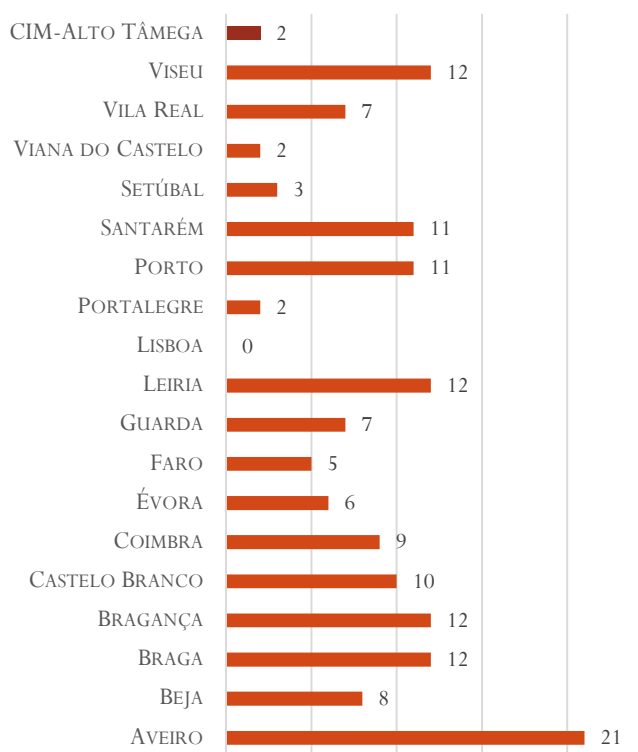


FIGURA 26 - DISTRIBUIÇÃO NACIONAL POR DISTRITO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE | 2013

4. Serviço municipal de proteção civil (SMPC)

De forma geral, a problemática das políticas públicas a nível local, no que concerne à área da proteção civil, ganhou maior relevância aquando da ocorrência de acidentes graves ou catástrofes e da consequente constatação dos seus efeitos, como foi o caso dos incêndios florestais de 2003 e 2005. Nesta evidência encontrou-se justificação para a diversidade de soluções organizativas e o grau de afetação de recursos, por iniciativa dos decisores autárquicos, inerentes às atribuições de proteção civil.

Em 2007, passado um ano sobre a publicação da LBPC, a Assembleia da República aprovou um novo diploma que veio definir o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no nível municipal, ao estabelecer a organização dos SMPC⁵ e determinar as competências do comandante operacional municipal (COM)⁶ (Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro).

Compete ao SMPC assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação relativa à proteção civil municipal.

Do ponto de vista da prevenção e mitigação este diploma pouco acresce à Lei de Base de Proteção Civil, pois são feitas as mesmas referências quanto aos objetivos, aos domínios de atuação e aos planos de emergência. No que respeita à utilização de solos, o artigo 5.º determina que a câmara municipal seja ouvida sobre o estabelecimento de medidas tomadas após a declaração da situação de calamidade, isto é, no período após a ocorrência, “(...) designadamente quanto às medidas de proteção especial e às medidas preventivas adotadas para regulação provisória do uso do solo em partes delimitadas da área abrangida pela declaração, nomeadamente em virtude da suspensão de planos municipais de ordenamento do território ou de planos especiais de ordenamento do território.”.

Para a prossecução das competências neste âmbito, os municípios são dotados de SMPC, sob a direção do presidente da câmara municipal ou de vereador ao qual seja delegada essa incumbência. No que concerne ao planeamento e operações, o artigo 10.º do diploma prevê que os SMPC realizem “(...) estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis”.

⁵ Serviços responsáveis pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal, adequados ao exercício da função de proteção e socorro e variáveis de acordo com as características da população e dos riscos existentes no município (Lei n.º 65/2007 de 12-11, art.º 9.º).

⁶ O diploma prevê a nomeação em cada município, pelo respetivo presidente, de um comandante operacional municipal (COM).

Trata-se, portanto, de uma clara opção estratégica pelas tarefas de prevenção e mitigação sob a forma de estudos que naturalmente são essenciais para a tomada de decisão por parte dos responsáveis autárquicos na adoção das medidas necessárias.

Apesar de caber ao estado o desenvolvimento e regulação da proteção civil, este é um caminho que deve privilegiar o trabalho conjunto dos vários protagonistas, as autarquias, os agentes de proteção civil e os cidadãos. No que diz respeito às autarquias a estrutura de funcionamento do SMPC varia consoante a realidade de cada município, tendo em conta a sua dimensão e a população, a ocorrência de acidentes graves ou catástrofes e perceção pessoal dos Presidentes de Câmara quanto à temática da proteção civil.

4.1. Recursos e meios dos SMPC

Com base em inquérito próprio feito aos técnicos do SMPC dos seis concelhos da área de estudo, foi possível averiguar de que forma se organiza o SMPC. Em termos de meios e recursos, os SMPC da área territorial CIM-AT organizam-se da seguinte forma (Tabela 24):

TABELA 24 - RECURSOS HUMANOS DOS SMPC DA CIM-AT

Município	Instalações		Recursos humanos			
	Próprias	CB	Pelouro da Proteção Civil	Técnicos superiores	GTF	COM
Boticas	x		Presidente	1	Sim	Não
Chaves		x	Vice-presidente	2	Sim	Não
Montalegre	x		Vice-Presidente	3	Sim	Não
Ribeira de Pena	x		Vice-Presidente	2	Sim	Sim
Valpaços	x		Não tem	2	Sim	Não
Vila Pouca de Aguiar	x		Vereador da Proteção Civil	2	Sim	Não

FONTE: INQUÉRITO AOS TÉCNICOS DO SMPC | 2014

Como se pode verificar apenas o SMPC de Chaves não tem as suas instalações no edifício da câmara municipal, os técnicos estão instalados no quartel dos CB Salvação Pública de Chaves o que lhe confere uma maior interação com os bombeiros, os grandes agentes de proteção civil.

Relativamente à questão referente a quem no executivo tem o pelouro da proteção civil verifica-se que apenas no concelho de Boticas, este recai sobre o Presidente da Câmara. No concelho de Chaves, Montalegre e Ribeira de Pena, este recai no Vice-presidente e no concelho de Montalegre, no vereador da proteção civil. No concelho de Valpaços não existe ninguém afeto ao pelouro da proteção civil.

Como é possível verificar todos os SMPC são constituídos por 1 a 3 técnicos superiores e por Gabinete Técnico Florestal (GTF). As áreas de formação dos técnicos superiores são variadas, mas em cada SMPC existe um técnico licenciado em Engenharia Florestal, o que revela a importância que os riscos associados à floresta tem para os SMPC.

Os meios disponibilizados pelos municípios para dar apoio à proteção civil no auxílio a emergências e socorro varia de município para município, estando o seu inventário descrito nos PMEPC de cada município. Contudo, e de modo a avaliar a disponibilidade de meios, foi feito o levantamento dos meios de maior relevância para fazer face às ocorrências mais registadas na área territorial da CIM-AT, que como veremos mais adiante no presente estudo dizem respeito aos “Incêndios rurais” e “Abastecimento de água”. Apesar de os riscos associados à queda de neve, não serem das ocorrências mais registadas na área de estudo, estes são muito importantes em alguns concelhos e deste modo procedeu-se ao levantamento dos equipamentos associados a este risco.

A Tabela 25 revela os meios afetos à CIM-AT e à sua distribuição por município.

TABELA 25 - MEIOS AFETOS AOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A CIM-AT

Meios	Municípios						Total
	Boticas	Chaves	Montalegre	Ribeira de Pena	Valpaços	Vila Pouca de Aguiar	
Máquina de rastos	0	0	1	0	0	0	1
Pá limpa neves	0	2	2	2	0	0	6
Espalhador de sal	0	2	2	2	0	0	6
Limpa neves	3	0	0	0	0	0	3
Tratores	1	3	5	2	0	2	11
Cisterna	1	1	0	0	0	0	2
Ligeiros 4x4	5	4	0	0	9	5	23
Pesados	0	0	0	0	0	5	5
Buldozer	0	1	0	1	0	0	1
Retroescavadora	1	2	6	4	3	2	14
Moto niveladora	1	2	2	0	1		6

FONTE: INQUÉRITO AOS TÉCNICOS DO SMPC E ADAPTADO DO PMEPC | 2014

Pela análise da tabela anterior, os municípios de Chaves e Montalegre são os que detêm mais meios próprio para fazer face a situações de socorro e emergência que ocorrem no seu território. Entre eles destaca-se a existência de dois tipos de equipamentos para fazer face à prevenção de ocorrências associadas à queda de neve, dois espalhadores de sal e duas pás limpa neves. O município de Ribeira de Pena detém a par do concelho de Chaves e de Montalegre, dois espalhadores de sal e duas pás limpa neves enquanto que o município de Boticas está equipado com três limpa neves.

É notório o empenhamento dos municípios que integram a CIM-AT na aposta em equipamento para fazer face a ocorrências associadas à queda de neve. Com a exceção do concelho de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar, todos os restantes concelhos detêm equipamento para esse propósito. Em alguns concelhos estes equipamentos, como é o caso de Chaves e de Montalegre, estão afetos aos CB, sendo da sua responsabilidade a sua mobilização.

Relativamente a equipamentos associados à prevenção e combate aos “incêndios rurais”, que como exposto adiante no presente estudo, é das ocorrências mais registadas na área da CIM-AT, só existe uma máquina de rastos em toda a área da CIM-AT, sendo que esta pertence ao município de Montalegre.

No relatório de “*Análise Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais de 2013*” (Liga Portuguesa dos Bombeiros, 2014) é assumidamente evidenciada a necessidade de uma maior utilização de máquinas de rastos nas operações de combate, consolidação de rescaldo e abertura de caminhos.

4.2. Planos municipais de emergência de proteção civil (PMEPC)

Os PMEPC são documentos formais nos quais as autoridades de proteção civil, nos seus diferentes níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil. A reposição da normalidade das áreas afetadas constitui outro dos seus objetivos, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente.

A eficaz gestão de uma situação de emergência de proteção civil regula-se com um bom planeamento e deverá ter por base um plano de emergência simples, flexível, dinâmico, preciso e adequado às características locais. Por outro lado, o seu conteúdo não pode assumir-se como irrevogável: as constantes mudanças sociais, geográficas, técnicas, logísticas e mesmo operacionais terão de ser constantemente refletidas no documento, numa lógica de melhoria contínua.

Os PMEPC são, assim, documentos desenvolvidos com o intuito de organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias à resposta. Como tal, deverão permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo, de modo inequívoco, a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência. A elaboração dos PMEPC é regulada pela “Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil”, constante da Resolução n.º 25/2008 da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicada na 2.ª série do Diário da República de 18 de Julho de 2008.

4.2.1. PMPC na CIM-AT

À data do presente trabalho todos os municípios que integram a CIM-AT tinham PMEPC de 2.º geração, tendo sido aprovados em março de 2012, como mostra a Tabela 26, estando a sua revisão prevista para o presente ano.

TABELA 26 - PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL NA CIM-AT

Tabela 20 - Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (M-PEPC)						
Concelhos	Data de Aprovação	Data de Revisão	Homologação	Ativação do Plano	Exercícios previstos no plano	Realização do Exercício
Boticas	15 de março de 2012	16 de março de 2014	Diário da República, 2ª série – N.º54 – 15 de março de 2012, Resolução n.º 11/2012 da Comissão Nacional de Proteção Civil	Não	LivEx – acidente rodoviário e incêndio urbano	Não
Chaves	15 de março de 2012	16 de março de 2014		Não	LivEx- Incêndios urbano	Sim
					CPX – Incêndio urbano	Não
Montalegre	15 de março de 2012	16 de março de 2014		Não	LivEx – Acidente em infraestruturas hidráulicas	Não
					CPX- Acidente em infraestruturas hidráulicas	Sim (CPX- Incêndios Florestais)
Ribeira de Pena	15 de março de 2012	16 de março de 2014		Não	LivEx- Incêndios florestais	Não
					CPX- Incêndios florestais	Não

Concelhos	Data de Aprovação	Data de Revisão	Homologação	Ativação do Plano	Exercícios previstos no plano	Realização do Exercício
Valpaços	15 de março de 2012	16 de março de 2014		Não	LivEx- Incêndios urbano	Não
					CPX – Incêndio urbano	Não
Vila Pouca de Aguiar	15 de março de 2012	16 de março de 2012		Não	LivEx	Não
					CPX	Não

Os PMEPC são ativados quando exista a necessidade de adotar medidas preventivas ou especiais de reação que não estejam expressas na atividade normal de proteção civil, ou seja, quando esteja iminente ou ocorra uma situação de acidente grave ou catástrofe, da qual se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adoção imediata de medidas excecionais de prevenção, planeamento e informação.

A ocorrência de uma situação de acidente grave ou catástrofe nem sempre atinge a dimensão necessária para que se proceda à ativação do PMEPC, pois a sua ativação implica uma resposta rápida, concertada e eficaz por parte das várias entidades intervenientes, o que deverá acontecer apenas face a uma situação de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Durante os dois anos de vigência dos PMEPC estes, e segundo informação dos SMPC de cada concelho, nunca foram ativados.

Os PMEPC devem ser regularmente treinados através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso e, por outro lado, tornarem rotineiros os procedimentos a adotar em situação real de emergência.

Os exercícios-tipo visam, de acordo com o objetivo para o qual estão direcionados, melhorar a mobilização e coordenação dos vários intervenientes em situações de emergência decorrentes de acidentes graves ou catástrofes de origem natural tecnológica ou mista, testando comunicações, procedimentos, avaliando as falhas e mitigando deficiências ao longo do exercício, através da adoção de medidas corretivas e/ou preventivas. As ações corretivas podem levar a alterações do PMEPC, procedimentos, equipamentos, instalações e formação, que são novamente testados durante os exercícios subsequentes. Os exercícios permitem igualmente a identificação de estrangulamentos no sistema, aos quais se devem atender com especial atenção.

Relativamente ao tipo de exercícios em concreto, estes podem ser agrupados em dois tipos:

- LivEx [com meios no terreno] - é um exercício de ordem operacional no qual se desenvolvem missões no terreno com homens e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas; e,
- CPX [de posto de comando] - é um exercício específico para pessoal de direção, coordenação e comando, permitindo exercitar o planeamento e conduta de missões e treinar a capacidade de decisão dos participantes.

A seleção e calendarização de exercícios de emergência constituem uma das principais responsabilidades da CMPC. Assim, e de acordo com a legislação em vigor, deverá ser realizado pelo menos um exercício de teste ao PMEPC de 2 em 2 anos. Contudo, na área territorial da CIM-AT, dos exercícios programados para os dois anos de vigência dos PMEPC, apenas foram realizados exercícios no concelho de Chaves (um LivEx- Incêndios urbanos) e no concelho de Montalegre (CPX- Incêndios Florestais estando programado no PMEPC de Montalegre um exercício do tipo CPX- Acidentes em infraestruturas hidráulicas).

Desta forma, conclui-se que apesar de os PMEPC estarem aprovados desde 2012, apenas foram realizados dois exercícios dos seis exercícios obrigatórios em toda a área territorial da CIM-AT. Os PMEPC, por mais bem concebidos e elaborados que sejam, perdem toda a sua eficácia se não forem realizados exercícios práticos para verificar periodicamente a sua operacionalidade, bem como para tornar os procedimentos em rotinas.

4.3. Orçamentos das autarquias destinadas à proteção civil

Com o objetivo de perceber de que modo cada autarquia investe na área de proteção civil, foi enviado um inquérito aos SMPC dos municípios que integram a CIM-AT, cujo resultado está expresso no Anexo IV. Importa de realçar o facto de o SMPC de Valpaços ter apenas facultado o orçamento previsto para o ano de 2014, não facultando os dados relativos aos anos anteriores. Deste modo para efeitos de análise será tido em consideração apenas o valor previsto para o ano de 2014.

De um modo geral, o orçamento alocado aos SMPC pode ser dividido por várias áreas, entre elas: o pagamento aos técnicos afetos ao SMPC; a mitigação de riscos; campanhas de sensibilização; aquisição de equipamentos; e, bombeiros. Na maioria dos municípios grande parte do investimento na área de proteção civil, tem como objetivo o financiamento dos CB, onde se inclui muitas vezes a aquisição de equipamentos.

A área onde se verifica um menor investimento, tendo em conta os seis concelhos da área de estudo, é nas ações de mitigação de riscos, onde se podem incluir também as campanhas de sensibilização.

O investimento na proteção civil por parte dos municípios varia de município para município e em comum têm a atribuição de subsídios aos CB de cada concelho, que representa quase a totalidade do investimento realizado.

A Figura 27 representa a média anual do investimento efetuado por cada município de 2009 a 2014. Contudo, dado o facto de o ano 2014 estar em curso, os valores apresentados para este ano constituem uma previsão. Através da análise da figura, verifica-se que o município de Chaves, com um valor médio anual de 169.619 euros, é o município que em média mais tem investido na área da proteção civil, seguindo-se o concelho de Montalegre, com 150888 euros médios anuais.

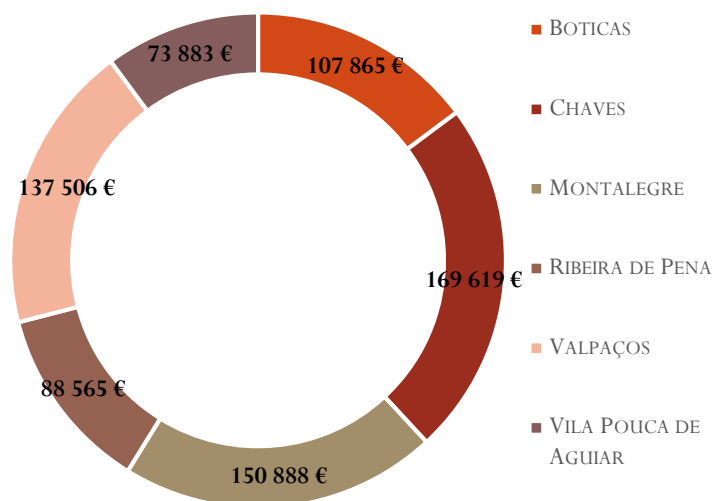


FIGURA 27 - MÉDIA DO INVESTIMENTO ANUAL DAS AUTARQUIAS À PROTEÇÃO CIVIL | 2009-2014

O município de Vila Pouca de Aguiar, tendo por base a média anual, é o concelho da área territorial da CIM-AT, que menos dinheiro tem alocado à proteção civil nos últimos anos (73.883 euros). Contudo importa realçar, que no ano de 2012 se verificou um investimento no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar no valor de 955.000 euros. Optou-se por não incluir este valor para fins estatísticos porque se iria obter um valor muito superior à média anual, resultando num desvio daquilo que efetivamente é disponibilizado pelo município para a área da proteção civil.

III. OCORRÊNCIAS CIM-AT

1. Organização das ocorrências

O ordenamento do território é indissociável da procura do equilíbrio no desenvolvimento das diversas regiões, através da coordenação das políticas sociais, económicas, culturais e ambientais. Ao mesmo tempo que contribui para o aumento da qualidade de vida, o desenvolvimento favorece o crescimento dos fatores de risco e, consequentemente, dos efeitos das ocorrências expressas em acidentes graves e catástrofes, sejam eles resultantes de fenómenos naturais ou de perigos com origem antrópica.

A área territorial da CIM-AT está sujeita a ocorrências resultantes de fenómenos de origem natural, que podem ser geológicos, hidrológicos ou meteorológicos e a outros que têm origem na atividade antrópica, não só por via tecnológica, mas também por ato deliberado, no qual existe uma intenção dolosa.

Os primeiros fazem parte do equilíbrio dinâmico da terra. Alguns poderão prever-se, outros não. Porém, a sua ocorrência é inevitável e dela, por vezes, podem até resultar benefícios, tendo em conta a absorção dos seus efeitos pelo ambiente natural, dotada de razoável capacidade de resiliência.

Noutros casos, quando a ocorrência interfere com o ambiente humano, o evento pode tomar a forma de um acidente grave ou uma catástrofe dos quais poderão resultar elevados custos económicos, ambientais e sociais.

Naturalmente, o aumento e a divulgação do conhecimento científico adquirido sobre os diferentes fenómenos adversos que ameaçam a sociedade levam as populações e os poderes públicos a ter uma perceção mais consolidada e, em consequência, a aumentar a atenção sobre os potenciais efeitos das ocorrências. Neste sentido a ANPC reorganizou em 2013, através da Norma Operacional Permanente (NOP) 3101/20013, a classificação das ocorrências, de modo a aproximar o enquadramento das ocorrências de Proteção Civil de outra literatura entretanto produzida, aproximando as comunidades operacionais das comunidades científicas. Por essa razão, as ocorrências foram distribuídas, tanto quanto possível, de acordo com tipificações já publicadas em documentos técnicos, respeitando as grandes famílias dos “Riscos naturais”, “Riscos tecnológicos” e “Riscos mistos” e, complementarmente, pelas famílias “Proteção e assistência a pessoas e bens” e “Operações e estados de alerta”. Por sua vez as famílias dividem-se em espécies e estas ainda se dividem em tipo, como se pode observar na tabela do Anexo V.

Assim, pela NOP 3101/2013 – Classificação de Ocorrências, determinou-se que:

- As ocorrências de proteção civil adotam a classificação da tabela do Anexo V;

- As classificações da família “Riscos naturais” destinam-se, primariamente, à função de agregação, podendo no entanto criar-se como ocorrências autónomas quando aplicável;
- As classificações da espécie “Estados de alerta” só se aplicam após determinação de acionamento do respetivo Estado de Alerta do SIOPS para o dispositivo adequado; e,
- Em caso de dúvida na aplicação de uma classificação, por estarem presentes em simultâneo, como consequência da evolução da situação, dois ou mais incidentes passíveis de classificação autónoma, impera a classificação cujo impacte seja superior, por esta ordem, nas pessoas, património ou ambiente e dentro destas, por valor afetado.

2. Histórico das ocorrências

Ao longo do ano podem ocorrer no território sinistros causados por condições meteorológicas adversas ou por outras circunstâncias agravantes do risco, que poderão dar origem a alterações da normalidade da vida das populações e danos económicos e ecológicos importantes, capazes de desencadear situações de emergência que carecem de uma resposta eficaz e eficiente.

A identificação prévia, à escala local, de áreas historicamente mais suscetíveis a determinados fenómenos, bem como a análise e avaliação dos perigos e riscos, permanente e atempada, permitem a difusão de alertas específicos e a adoção de comportamentos de prevenção adequados. Torna ainda possível uma apropriada gestão integrada dos meios e recursos de proteção e socorro para fazer face, coordenada e oportunamente, às consequências dos sinistros, com vista a garantir a proteção das pessoas, do património e ambiente, prevenindo as situações que os coloquem em perigo ou limitando as consequências destes.

Impõe-se, assim, a adoção de um dispositivo integrado das operações de proteção e socorro que garanta em permanência, nos níveis nacional, distrital e municipal, a resposta operacional adequada e articulada, em conformidade com os graus de gravidade e probabilidade das consequências dos sinistros.

O sucesso do planeamento em proteção civil cinge-se em grande parte ao estudo do histórico de ocorrências. Neste sentido, e para melhor compreender os fenómenos naturais ou perigos com origem antrópica que afetaram nos últimos anos a área territorial da CIM-AT, procedeu-se à inventariação das ocorrências registadas no CDOS de Vila Real, no período de 2006 a 2013, seguindo sempre a nomenclatura da ANPC inscrita na NOP 3101/2013.

Os dados das ocorrências foram exportados através do programa SADO-SGOS (Sistema de Apoio à Decisão Operacional – Sistema de Gestão de Operações de Socorro), em funcionamento desde novembro de 2011. O programa SADO-SGOS não é mais que um sistema de informação de suporte à atividade da ANPC, no âmbito da avaliação de risco, prevenção de emergências e operação ativa e pró ativa de situações

de socorro. Com este sistema, a ANPC pretende assegurar maior integração e agilidade na troca de informação entre agentes de proteção civil, contribuindo para o aumento da rapidez, eficiência e capacidade de intervenção da ANPC na gestão das ocorrências, para além da melhoria na tomada de decisões, aumentando a eficácia do planeamento, coordenação e execução das diversas atividades e gestão de meios de proteção e socorro.

O histórico de ocorrências fornecido foi posteriormente tratado, tendo sido criada uma base de dados que permitiu realizar uma pesquisa das diferentes tipologias de ocorrências verificadas na área territorial da CIM-AT, como mostra a Figura 28.

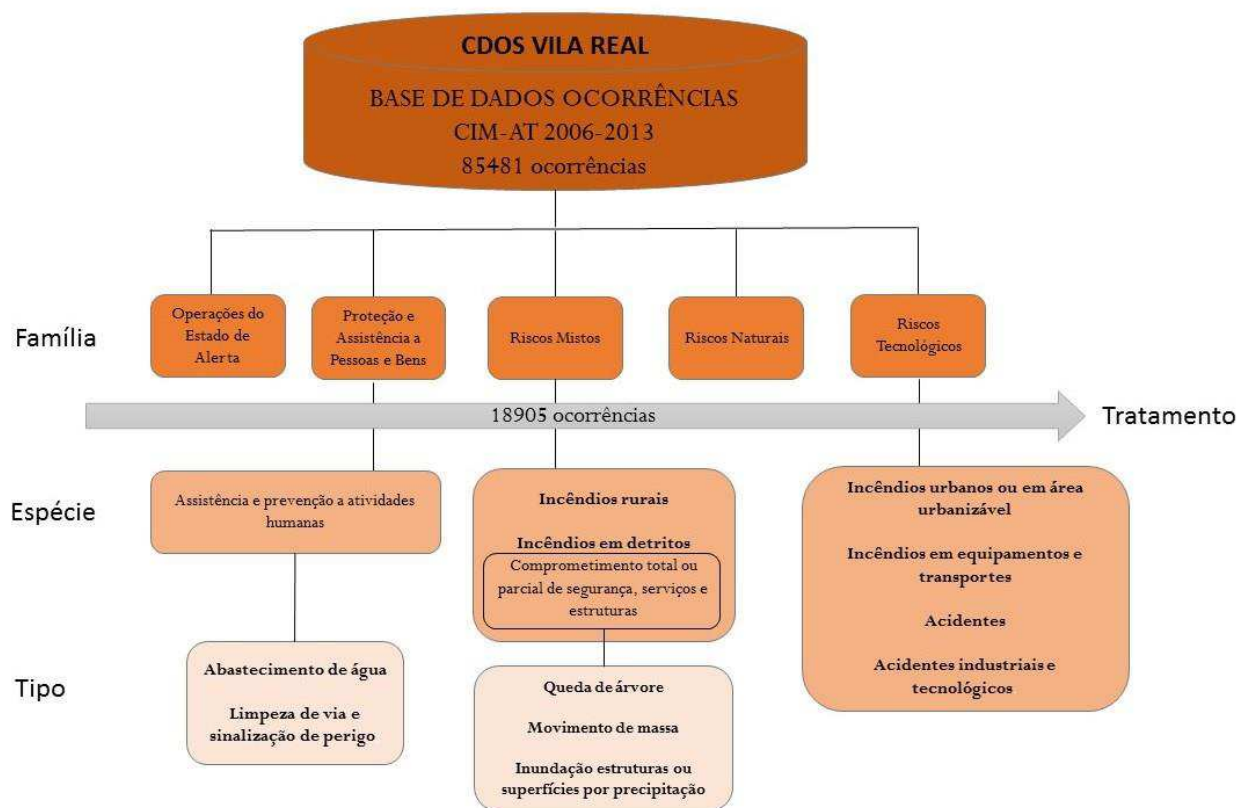


FIGURA 28 - BASE DE DADOS DE OCORRÊNCIAS DA CIM-AT NO PERÍODO DE 2006 A 2013

A base de dados desenvolvida integra todas as ocorrências registadas, bem como a informação relativamente à data da ocorrência (data e mês), localização (concelho), recursos físicos (veículos) e humanos, alocados ao concelho onde foi registada a ocorrência, e recursos físicos (veículos) e humanos alocados à ocorrência, mas externos ao concelho.

Inicialmente procedeu-se à análise total das ocorrências, 85.481 ocorrências registadas de 2006 a 2013, com base nas famílias denominadas pela ANPC, sendo que cerca de 77% das ocorrências estão associadas à família “Proteção e assistência a pessoas e bens” e destas 57% pertencem à espécie “Assistência em saúde”.

Posteriormente analisou-se com maior detalhe as ocorrências tendo em conta a espécie e o tipo, procedendo-se a uma seleção das ocorrências tendo por base as características do território, o impacto na população e no ambiente e a análise de bibliografia como a CDOS Castelo Branco (2012). Deste modo, no total das 85.481 ocorrências registadas no período de referência, analisaram-se 18.905 ocorrências, a qual atribuímos o nome de ocorrências selecionadas, ou seja 22% do total de ocorrências. Ao estudo do histórico das ocorrências esteve implícito um longo trabalho de análise de interpretação de dados e contextualização rigorosa no espaço e no tempo, que posteriormente permitiu identificar com clareza, as principais vulnerabilidades da área territorial da CIM-AT.

2.1. Ocorrências por família

2.1.1. Total de ocorrências

A Tabela 27 apresenta a distribuição do total de ocorrências por ano e por concelho que integram a área territorial da CIM-AT.

TABELA 27 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DAS OCORRÊNCIAS POR CONCELHO E POR ANO | 2006-2013

Anos	Boticas	Chaves	Montalegre	Ribeira de Pena	Valpaços	Vila Pouca de Aguiar	Total
2006	753	5032	1381	1186	1869	1367	11588
2007	764	5428	1503	1080	2013	1504	12292
2008	747	3601	1264	1078	2149	1430	10269
2009	1116	3869	1935	1361	2181	1588	12050
2010	761	3392	1510	1175	1876	1344	10058
2011	857	2794	1525	988	1889	1356	9409
2012	778	3098	1462	1085	2079	1378	9880
2013	771	2665	1765	1054	2233	1447	9935
Total	6547	29879	12345	9007	16289	11414	85481

FONTE: CDOS VILA REAL | 2014

Ao analisar a distribuição do total de ocorrências (85.481) nos concelhos que integram a CIM-AT, verifica-se que é no concelho de Chaves que se registou um maior número de ocorrências, 35% do total seguindo-se o concelho de Valpaços com 19% e o concelho de Montalegre com 14%. No ponto oposto encontra-se o concelho de Boticas, que representa 8% das ocorrências totais, seguindo-se o concelho de Ribeira de Pena, com 11%, e o concelho de Vila Pouca de Aguiar, com 13% das ocorrências registadas (Figura 29)

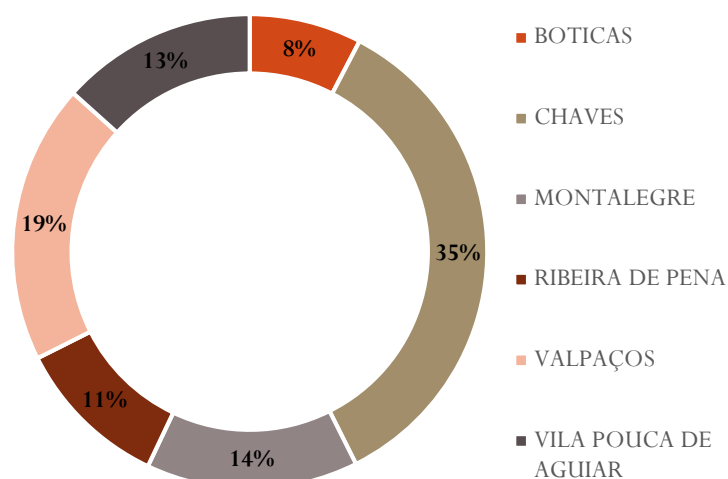


FIGURA 29 - PERCENTAGEM DE DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NOS CONCELHOS DA CIM-AT

Através da análise da Figura 30 verifica-se que de um modo geral não existe uma variação temporal significativa, ao longo dos 7 anos, do número de ocorrências, com exceção do concelho de Chaves, que registou uma diminuição do número de ocorrências de 5032 em 2006 para 2665 em 2013. Com a exceção de Chaves e de Valpaços, os restantes 4 concelhos da área territorial da CIM-AT, registariam um valor inferior a 2000 ocorrências por ano, durante o período de referência.

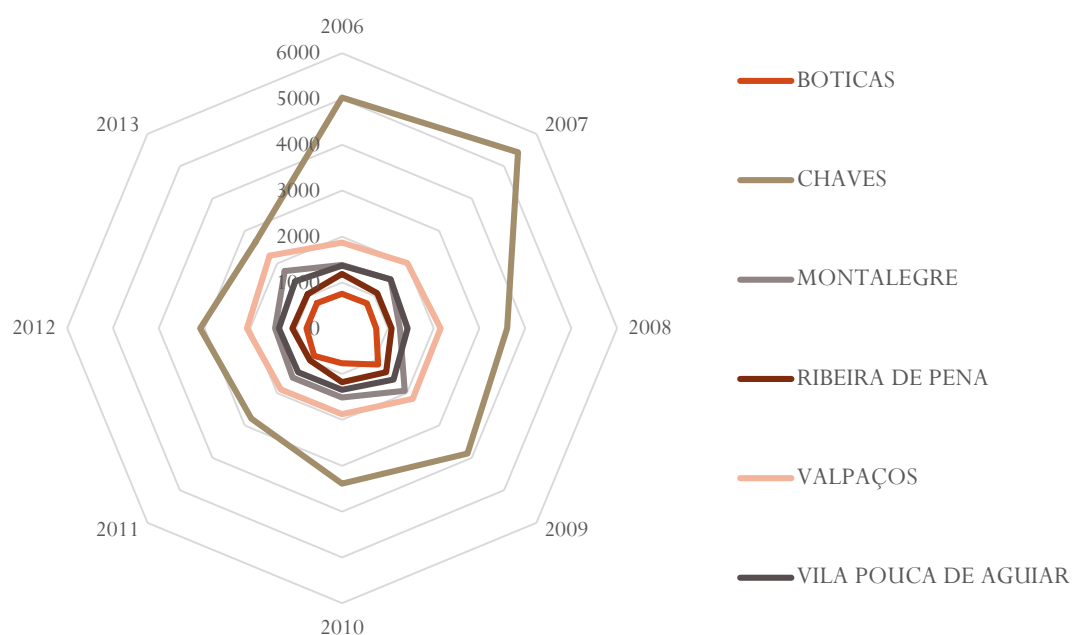


FIGURA 30 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DAS OCORRÊNCIAS POR ANO E POR CONCELHO NA CIM-AT

2.1.2. Percentagem de ocorrências por família

Com base na classificação das ocorrências da ANPC, referida no ponto anterior, foi feita a análise da distribuição por percentagem das ocorrências tendo em conta a sua distribuição por família, com base na classificação em “Riscos naturais”, “Riscos tecnológicos” e “Riscos mistos”, “Proteção e assistência a pessoas e bens” e “Operações e estados de alerta”, como mostra a Figura 31.

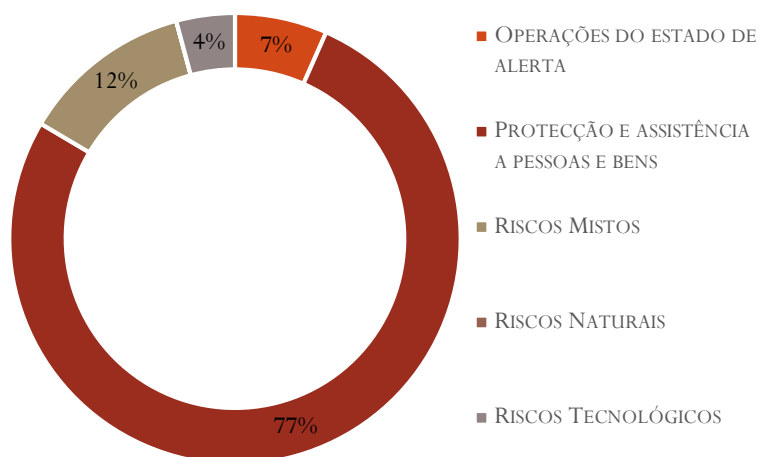


FIGURA 31- PERCENTAGEM DA DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR FAMÍLIA NA CIM-AT

Na área territorial da CIM-AT, 77% das ocorrências registadas nos últimos 7 anos estão associadas à família de “Proteção e assistências a pessoas e bens” onde estão inseridas as ocorrências “Assistência em saúde”, “Intervenção em conflitos legais” e “Assistência e prevenção a atividades humanas”.

À família dos “Riscos mistos” corresponde 12% do total de ocorrências registadas no período de referência, estando integrados nos “Riscos mistos” as ocorrências relativas aos “Incêndios rurais”, “Incêndios em detritos” e “Comprometimento total ou parcial de segurança, serviços e estruturas”.

Em relação às ocorrências registadas como “Operações do estado de alerta”, estas representam 7% do total de ocorrências registadas, estando nesta categoria as ocorrências de “Pré-posicionamento de meios DECIF”.

A família “Riscos tecnológicos” representa 4% do total de ocorrências registadas na área de estudo, estando integrados neste grupo, as ocorrências classificadas como espécie “Incêndios urbanos ou em áreas urbanizável”, “Incêndios em equipamentos e produtos”, “Incêndios em transportes”, “Acidentes” e “Acidentes industriais e tecnológicos”.

Relativamente à família “Riscos naturais”, onde estão integradas as ocorrências associadas aos “Fenómenos naturais”, a sua representatividade é 0% do total de ocorrências registadas. Este valor é justificado, uma vez que no total das 85.481 analisadas, apenas 2 ocorrências estão integradas na família “Riscos naturais”, ambas registadas no concelho de Montalegre. Isto acontece, como foi dito anteriormente, porque as classificações da família “Riscos naturais” destinam-se, primariamente, à função de agregação, podendo no entanto criar-se como ocorrências autónomas quando aplicável. Quando é dada a indicação da ocorrência de um “Risco natural”, como por exemplo “Nevões” ou “Cheia”, esta é sempre associada e registada a outro

tipo de ocorrência, como é o caso das ocorrências associadas a “Limpeza de via e sinalização de perigo” ou “Inundação estruturas ou superfícies por precipitação”, respetivamente.

2.1.3. Média de ocorrência por família e concelho

Com o objetivo de analisar a distribuição das ocorrências, tendo em conta os concelhos que integram a CIM-AT e a sua distribuição por família, elaborou-se o gráfico representado na Figura 32.

Como se pode verificar, em todos os concelhos as ocorrências associadas à “Proteção e assistência a pessoas e bens” é a mais representativa, como já seria de esperar, uma vez que esta categoria representa 77% do total de ocorrências.

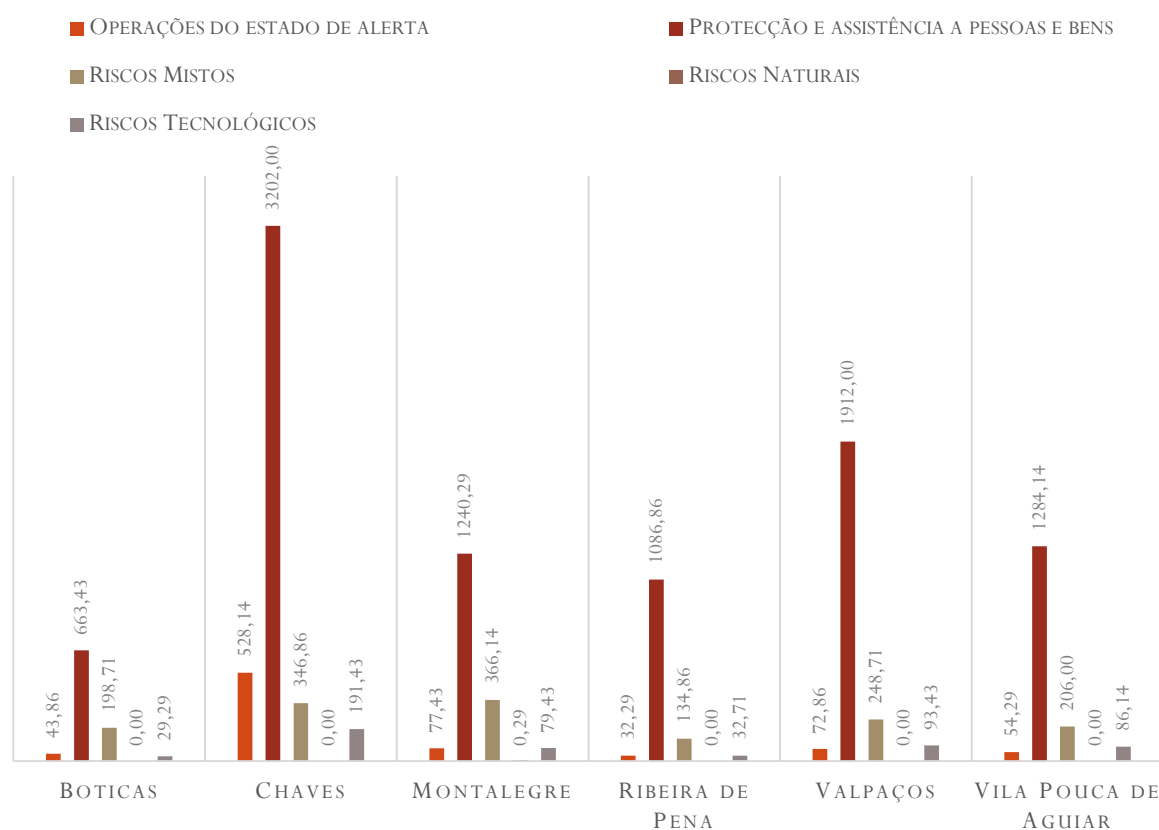


FIGURA 32 - MÉDIA ANUAL DAS OCORRÊNCIAS NA CIM-AT POR FAMÍLIAS E CONCELHO

É no concelho de Chaves, com uma média anual de 3202 ocorrências, que esse número é mais elevado, seguindo-se o concelho de Valpaços com uma média de 1912 ocorrências anuais.

O concelho com um menor média anual de ocorrências identificadas como pertencendo à família “Proteção e assistência a pessoas e bens” é o concelho de Boticas (663,4) seguindo-se o concelho de Ribeira de Pena (134,9), sendo estes os concelhos da CIM-AT com menor população residente.

A família dos “Riscos mistos”, onde se incluem os “Incêndios rurais”, é a segunda família mais representativa com 12% do total de ocorrências, e é no concelho de Montalegre que a média das ocorrências é mais elevada, com uma média anual de 366,1 ocorrências, seguindo-se o concelho de Chaves, com uma média de 346,9 ocorrências por ano.

O concelho de Ribeira de Pena é o concelho onde a média anual de ocorrências associada aos “Riscos mistos” é mais baixa, com uma média anual de 134,9.

Associado à família dos “Riscos tecnológicos”, é no concelho de Chaves que se regista uma média anual mais elevada, de 191,4 ocorrências, seguindo-se o concelho de Valpaços, com uma média anual de 93,4 ocorrências.

O concelho de Boticas e de Ribeira de Pena são os concelhos com uma média anual de ocorrências associadas aos “Riscos tecnológicos” mais baixa, com valores de 29,3 e de 32,7, respetivamente.

2.2. Ocorrências selecionadas por tipologia

Como foi dito anteriormente, o sucesso do planeamento em proteção civil cinge-se em grande parte ao estudo do histórico de ocorrências, para perceber quais as ocorrências que mais afetam a população ou o meio ambiente. Uma vez que nem todas as ocorrências registadas na ANPC são passíveis de ser controladas ou evitadas, procedeu-se à seleção das ocorrências que de alguma forma podem ser mitigadas pela proteção civil. Segundo a nomenclatura da ANPC as ocorrências analisadas estão distribuídas por espécie e tipo, e para facilitar a interpretação dos dados denominou-se ocorrências selecionadas por tipologia.

As ocorrências por tipologia que seguidamente serão analisadas são as seguintes:

- Abastecimento de água;
- Acidentes;
- Acidentes industriais e tecnológicos;
- Incêndios em detritos;
- Incêndios em equipamentos e transportes;
- Incêndios rurais;
- Incêndios urbanos ou áreas urbanizadas;
- Inundação de estruturas ou superfícies por precipitação;
- Limpeza de via e sinalização de perigo;
- Movimento de massas;
- Queda de árvore

Note-se que na tipologia “Acidentes” estão incluídas as ocorrências associadas ao “Atropelamento rodoviário”, “Acidentes com veículos fora de estrada”, “Colisão rodoviária”, “Despiste”, “Acidente aéreo” e ao “Naufrágio” e a tipologia “Movimento de massas” diz respeito ao que se chama vulgarmente movimento de terras.

2.2.1. Total de ocorrências selecionadas por concelho

No total foram selecionadas 18.905 ocorrências no período de 2006 a 2013, tendo em conta as tipologias. Na área territorial da CIM-AT, 49% das ocorrências selecionadas pertencem a dois concelhos, Chaves e Montalegre, 27% e 22 %, respetivamente. As restantes 51% de ocorrências estão distribuídas pelos restantes concelhos. O concelho de Boticas e de Ribeira de Pena foram os concelhos que registaram uma menor percentagem de ocorrências selecionadas, 10% cada, das 18.905 ocorrências selecionadas (Figura 33).

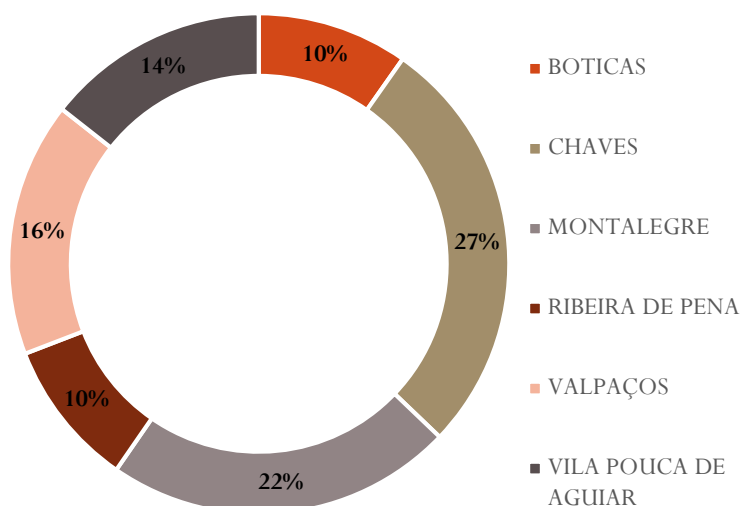


FIGURA 33 - PERCENTAGEM DE DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS NOS CONCELHOS DA CIM-AT

Como se pode verificar na Tabela 28, foi no concelho de Chaves que se registou um maior número de ocorrências selecionadas durante o período de 2006 a 2013, um total de 5179 ocorrências, seguindo-se o concelho de Montalegre, com 4250 ocorrências, e o concelho de Valpaços, com 3109 ocorrências. O concelho de Ribeira de Pena foi o que registou menor número de ocorrências no período de referência, com um total de 1801 ocorrências.

TABELA 28 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS POR CONCELHO E POR ANO | 2006-2013

Anos	Boticas	Chaves	Montalegre	Ribeira de Pena	Valpaços	Vila Pouca de Aguiar	Total
2006	198	744	418	160	433	337	2290
2007	208	612	460	241	428	347	2296
2008	172	554	360	183	384	297	1950
2009	437	856	818	405	484	450	3450
2010	151	602	439	250	323	384	2149
2011	241	610	734	179	431	355	2550
2012	227	674	487	209	335	311	2243
2013	210	527	534	174	291	241	1977
Total	1844	5179	4250	1801	3109	2722	18.905

FONTE: CDOS VILA REAL | 2014

Através da Figura 34 verifica-se que no ano de 2009 houve um aumento significativo do número de ocorrências registadas no CDOS de Vila Real, nos 6 concelhos da área territorial da CIM-AT. Sendo que esse aumento teve uma maior expressão nos concelhos de Boticas, Montalegre e Ribeira de Pena, verificando-se um aumento para quase o dobro das ocorrências, relativamente aos anos anteriores. Isto verificou-se porque no ano em questão verificou-se um aumento bastante elevado das ocorrências associadas aos “Incêndios rurais”.

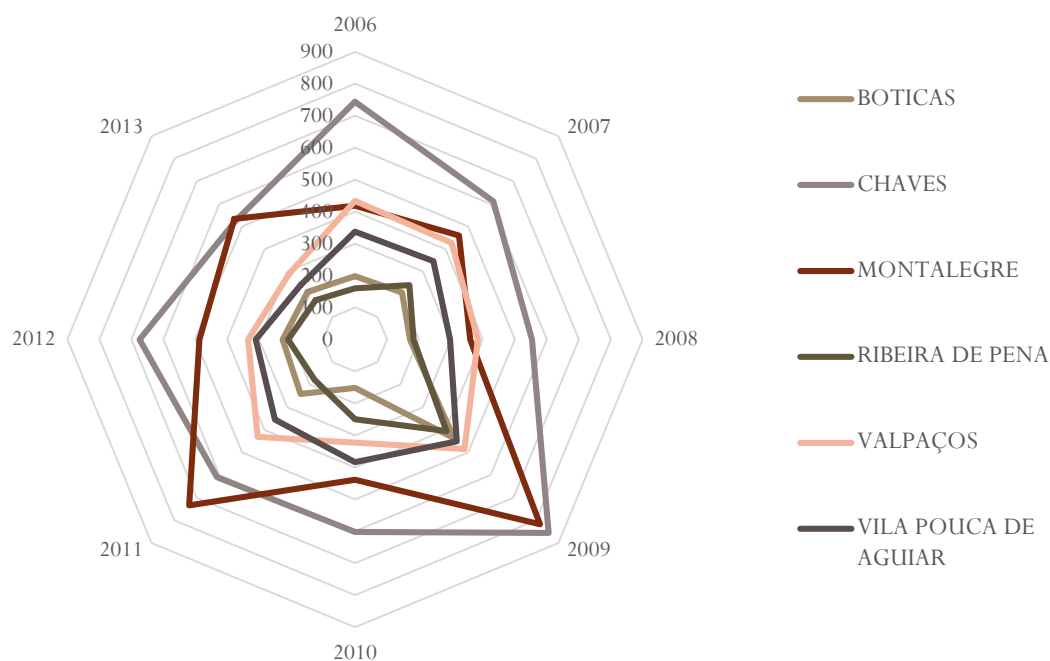


FIGURA 34 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS POR ANO E POR CONCELHO NA CIM-AT

2.2.2. Distribuição em percentagem das ocorrências selecionadas por tipologia

Ao analisar-se a distribuição em percentagem das ocorrências selecionadas por tipologia, Figura 35, verifica-se que 47,7% das 18.905 ocorrências registadas na área territorial da CIM-AT dizem respeito aos “Incêndios rurais”. Como referido anteriormente, este tipo de ocorrências está associado à família “Riscos Mistos”, que correspondia a 12% do total de 85.481 ocorrências registadas no período de referência de 2006 a 2013.

Os “Acidentes industriais e tecnológicos”, classificados como “Riscos tecnológicos” apenas representam 0,2% do total de ocorrências, assim como as ocorrências associadas ao “Movimento de massas”, classificadas como “Riscos mistos” que representam 0,1% das 18.905 ocorrências.

As ocorrências associadas ao “Abastecimento de água” representam 15,5% do total de ocorrências, seguindo-se os “Acidentes” com 12,2% e a “Limpeza de via e sinalização de perigo” com 11,9%.

Os “Incêndios urbanos ou áreas urbanizáveis”, “Incêndios em detritos” e “Incêndios em equipamentos e transportes” perfazem um total de 7,9% total de ocorrências registadas na área de estudo.

Apesar das ocorrências associadas à “Queda de árvore”, integradas na família “Riscos mistos”, representarem 2,3% do total de ocorrências registadas no CDOS de Vila Real, este valor não deve corresponder à realidade uma vez que segundo os SMPC este número pode ser muito mais elevado.

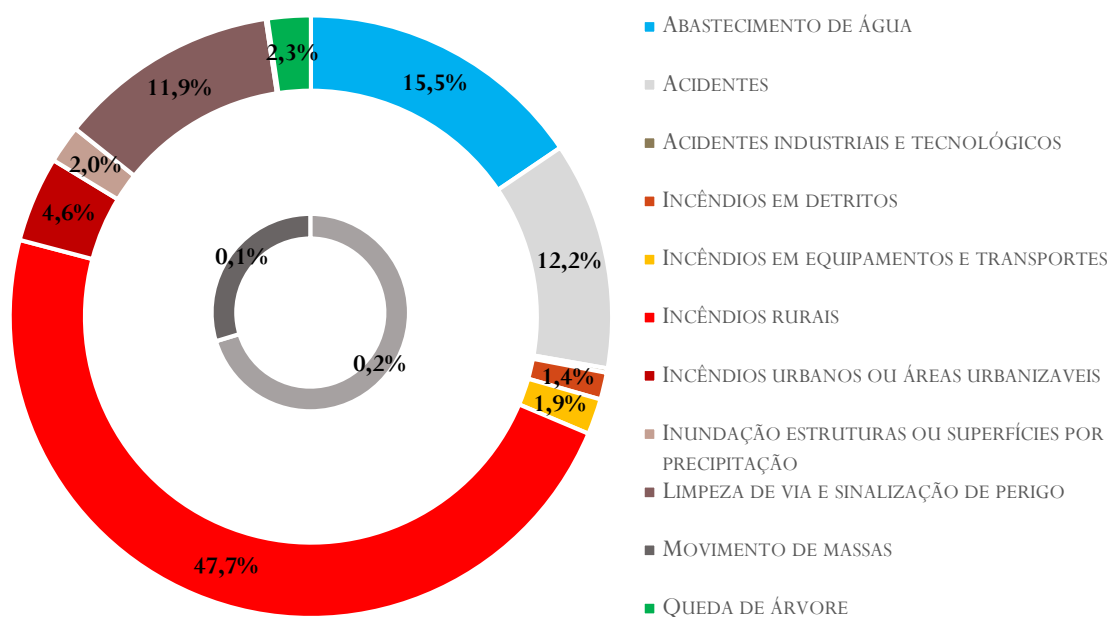


FIGURA 35 - PERCENTAGEM DA DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS POR TIPOLOGIA NA CIM-AT

Para melhor compreender a distribuição geográfica das ocorrências seleccionadas na área territorial da CIM-AT, foi elaborada uma base de dados geográfica com a localização das ocorrências, com base nos dados fornecidos pelo CDOS de Vila Real de 2006 a 2013, tendo em conta a sua tipologia. Contudo, é necessário salvaguardar, a existência de lacunas no registo das ocorrências tendo em conta a sua localização geográfica. Isto acontece porque em muitos dos casos, aquando do registo da ocorrência por parte do CDOS, a localização (latitude, longitude) que lhe é atribuída corresponde ao centro da freguesia onde ocorre e não propriamente à localização exata da ocorrência. Posto isto, muitas das ocorrências registadas, no total 18.905, possuem a mesma localização geográfica, o que faz com que a uma mesma localização correspondam uma ou mais ocorrências.

Na Figura 36 está representada a localização geográfica das ocorrências associadas aos incêndios. Como se pode verificar as ocorrências associadas à tipologia “Incêndios em detritos” tem a sua maior concentração

em torno da sede do concelho de Chaves, que corresponde às freguesias classificadas como “Área predominantemente urbana”, descritas no na página 34.

Os “Incêndios rurais” a tipologia que representa 47,7% de todas as ocorrências registadas na CIM-AT, não é possível encontrar nenhum padrão para a sua distribuição geográfica, uma vez que a sua distribuição cobre toda a área de estudo.

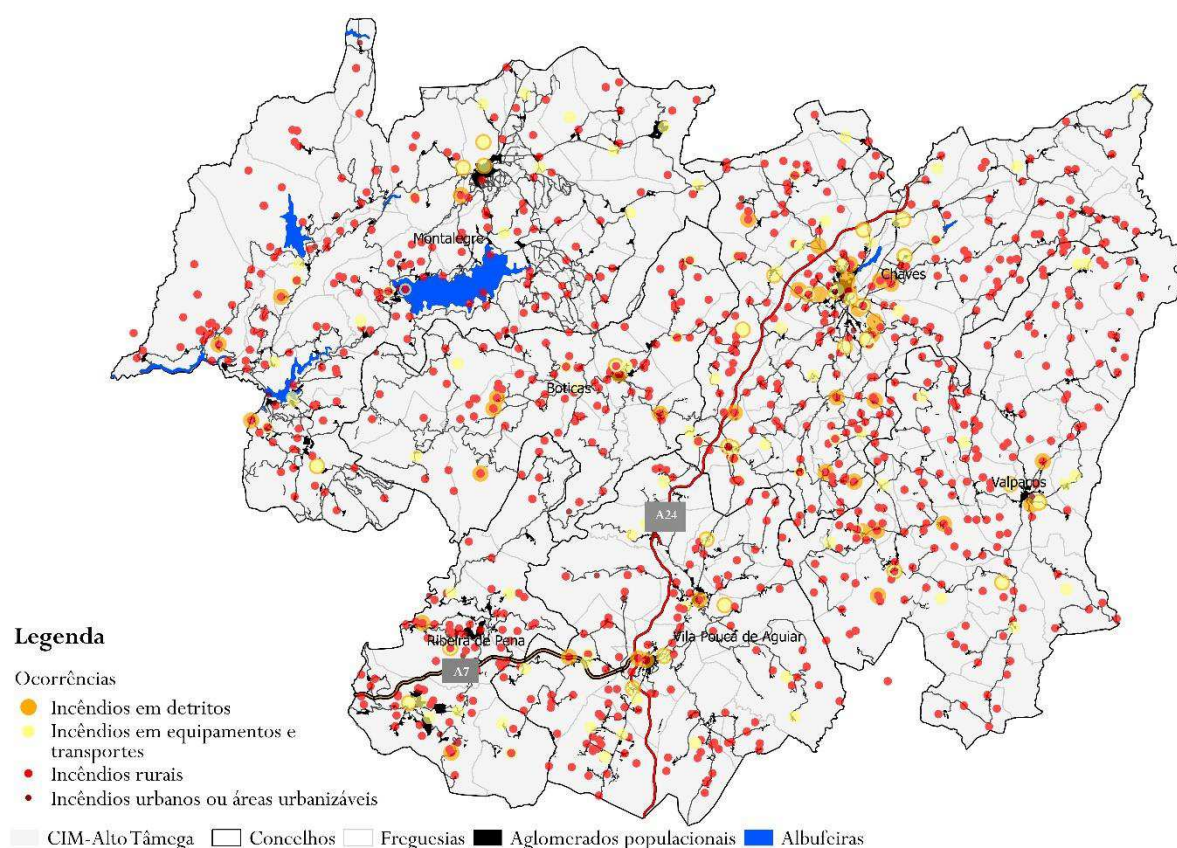


FIGURA 36 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS ASSOCIADAS À TIPOLOGIA “INCÊNDIOS” NA CIM-AT

Analisando a tipologia “Abastecimento de água”, Figura 37, e à semelhança do referido com a tipologia “Incêndios em detritos” consegue-se identificar uma maior concentração de ocorrências nas freguesias classificadas como “Área predominantemente urbana” associadas ao concelho de Chaves. Contudo, em todo o concelho se verifica um elevado número de ocorrências associadas a esta tipologia.

Na restante área territorial da CIM-AT, não se consegue definir um padrão para a distribuição das ocorrências pertencentes à tipologia “Abastecimento de água”, uma vez que estão distribuídas por todo o território.

Relativamente às tipologias “Movimento de massas” e “Queda de árvore” a sua expressão geográfica não é significativa, uma vez que o número de ocorrências registadas nos últimos anos é muito mais baixa que as

tipologias de maior expressão na área territorial da CIM-AT, não se podendo definir um padrão de ocorrências com base na sua localização.

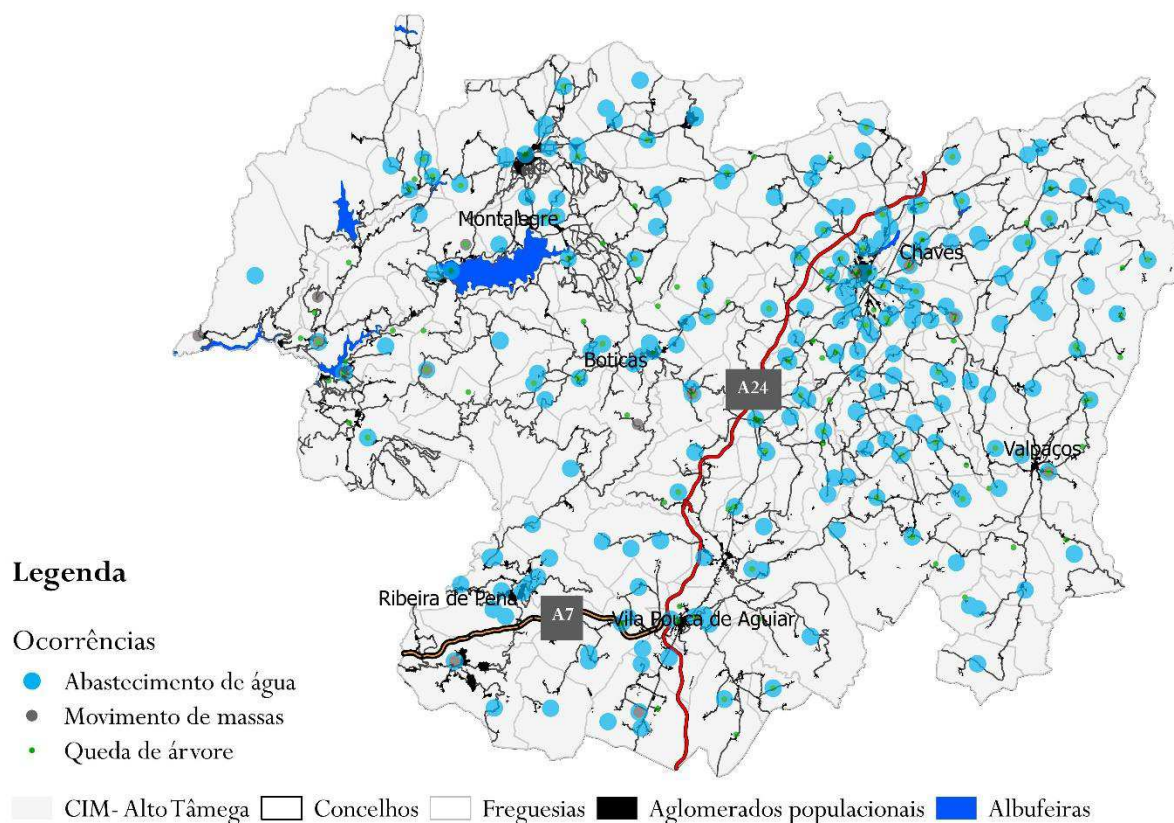


FIGURA 37 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS ASSOCIADAS À TIPOLOGIA “ABASTECIMENTO DE ÁGUA”, “MOVIMENTO DE MASSAS” E “QUEDA DE ÁRVORES” NA CIM-AT

Na Figura 38 estão representadas as ocorrências selecionadas associadas à tipologia “Acidentes”, “Acidentes industriais e tecnológicos”, “Inundações em estruturas ou superfícies por precipitação” e “Limpeza de via e sinalização de perigo”, durante o período de 2006 a 2013.

Ao nível dos “Acidentes” verifica-se uma maior concentração de ocorrências nas sedes de concelhos, que correspondem à tipologia de áreas urbanas “Área mediantemente urbana” e no caso do concelho de Chave “Área predominantemente urbana”. Apesar da distribuição de ocorrências se verificar por toda a área de estudo é nos concelhos com maior população residente, Chaves e Valpaços, que o seu número é mais elevado.

Em relação à tipologia “Inundações em estruturas ou superfícies por precipitação”, que representa 2% do total de ocorrências da área territorial CIM-AT, apesar da sua distribuição se verificar em toda a área consegue-se definir um padrão de distribuição de um maior número ocorrências, em torno da cidade de

Chaves. A cidade de Chaves tem uma extensa zona circundante ao rio Tâmega, que devido ao facto de ser plana e de cotas baixas apresenta grande suscetibilidade a inundações.

Analisando a tipologia “Limpeza de via e sinalização de perigo”, e pela análise da Figura 38, verifica-se que na maioria das vezes esta tipologia está associada á tipologia “Acidentes”. Contudo no concelho de Montalegre consegue-se identificar a tipologia “Limpeza de via e sinalização de perigo” isoladamente, estando provavelmente associada a situações de queda de neve.

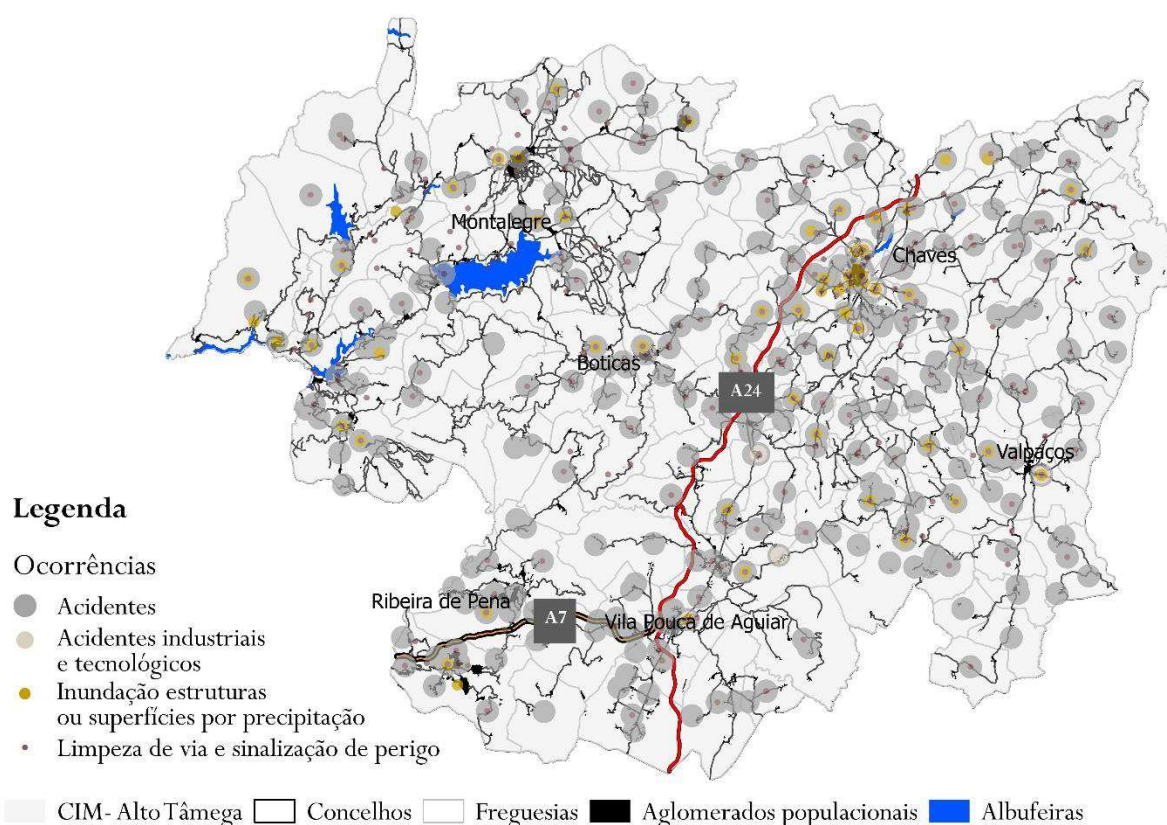


FIGURA 38 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS ASSOCIADAS À TIPOLOGIA “ACIDENTES”, “ACIDENTES INDUSTRIAIS E TECNOLÓGICOS”, “INUNDAÇÕES DE ESTRUTURAS OU SUPERFÍCIES POR PRECIPITAÇÃO” E “LIMPEZA DE VIA E SINALIZAÇÃO DE PERIGO” NA CIM-AT

2.2.3. Média de ocorrências selecionadas por tipologia e concelhos

Com o objetivo de analisar a distribuição da média das ocorrências selecionadas, tendo em conta a tipologia e os concelhos que integram a CIM-AT elaborou-se o gráfico representado na Figura 39.

Sabendo que a maior incidência de ocorrências na área territorial da CIM-AT, é a tipologia “Incêndios rurais” com 47,7% do total de ocorrências, pode-se verificar que esta tipologia é a que tem maior expressão em todos os concelhos pertencentes à área territorial da CIM-AT.



FIGURA 39 - MÉDIA ANUAL DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS NA CIM-AT POR TIPOLOGIA E CONCELHO | 2006-2013

Apesar do concelho de Chaves ser onde se registou um maior número de ocorrências selecionadas no período de referência, é o concelho de Montalegre que regista maior média anual de ocorrências associadas à tipologia “Incêndios rurais”, com uma média de 320,43 ocorrências/ano. Montalegre, também registou a maior média anual de ocorrências associadas à tipologia “Abastecimento de água”, com 118,86 ocorrências/ano.

O “Abastecimento de água”, com a exceção dos concelhos de Chaves e de Valpaços, é a segunda tipologia de ocorrências selecionadas com maior expressão nos concelhos pertencentes à área territorial em estudo. Apesar deste tipo de ocorrência estar integrada na família “Proteção e assistência a pessoas e bens”, pode estar associada à família “Riscos naturais”, mais concretamente associado à espécie “Ondas de calor” ou

“Secas”. Contudo, como já foi explicado anteriormente, as classificações da família “Riscos naturais” destinam-se, primariamente, à função de agregação, podendo posteriormente ser-lhe atribuída outro tipo de ocorrência.

É nos concelhos de Chaves e de Valpaços, que a média anual de ocorrências selecionadas associadas aos “Acidentes”, onde estão englobados, entre outros, os “Atropelamentos rodoviários”, “Colisão rodoviária”, “Despiste” e “Acidentes com veículos fora de estrada”, é mais elevada, com uma média de 116,71 ocorrências/ano e 68,14 ocorrências/ano, respetivamente. A ocorrência de acidentes numa determinada região, para além dos fatores relacionados com a atitude e comportamento dos condutores e peões, está relacionada com a intensidade de tráfego, com as condições meteorológicas que aí ocorrem e com o estado de manutenção das vias e dos veículos que nelas circulam. De uma forma geral, quanto maior for a intensidade de tráfego de uma via, maior é a probabilidade de ocorrência de acidentes rodoviários. Condições meteorológicas adversas, como chuva intensa, neve, gelo, granizo e nevoeiro, tendem igualmente a provocar um maior número de acidentes.

A “Limpeza de via e sinalização de perigo” é a segunda tipologia de ocorrências mais representativa nos concelhos de Chaves, com uma média anual de 117,14 de ocorrências. Nos concelhos de Montalegre, Ribeira de Pena e Boticas, com uma média anual de 59,29 ocorrências/ano, 42,57 ocorrências/ano e 22,14 ocorrências/ano, respetivamente, esta tipologia é a terceira mais representativa.

Assim como sucede com outras tipologias, a tipologia “Limpeza de via e sinalização de perigo” pode em muitos casos estar associada à família “Riscos naturais”, mais concretamente ao tipo “Nevões” ou “Ondas de frio”.

Os “Incêndios urbanos ou área urbanizáveis” associados à família dos “Riscos tecnológicos”, que representam 4,6% do total de ocorrências selecionadas da área territorial da CIM-AT, são mais abundantes no concelho de Chaves, com uma média anual de 46,29 ocorrências/ano, seguindo-se o concelho de Montalegre, com 26,14 ocorrências/ano, o concelho de Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, com 19,29 e 17,86 ocorrências/ano, respetivamente. Os concelhos de Boticas e Ribeira de Pena tem uma média anual de 8,29 e 6 ocorrências/ano, respetivamente. Apesar dos dados referentes a Portugal serem limitados, os dados de outros países da União Europeia abordados no estudo *Consumer fire safety: European statistics and potential fire safety measures* (2009), permitem concluir que estes se devem mais à ação humana, do que a falhas nos equipamentos utilizados nas habitações.

A tipologia “Queda de árvore”, que representa 2,3% do total das 18.905 ocorrências selecionadas por tipologia, obtém o seu máximo no concelho de Chaves, com 22,57 ocorrências/ano, seguindo-se o concelho de Montalegre com 13,71 ocorrências/ano. Nos restantes concelhos, o valor médio anual das ocorrências associadas à tipologia “Queda de árvore” foi inferior a 10 ocorrências/ano.

Relativamente à tipologia “Inundação de estruturas ou superfícies por precipitação”, que representam um total de 2% das ocorrências selecionadas registadas, é no concelho de Chaves que se verifica um maior número de ocorrências, 29,71 ocorrências/ano, seguindo-se os concelhos de Montalegre e de Valpaços, com 10,14 e 7,57 ocorrências/ano respetivamente. No concelho de Boticas, não foi registada nenhuma ocorrência com esta tipologia.

As ocorrências selecionadas associadas à tipologia “Acidentes industriais e tecnológicos” apenas foram registadas no concelho de Chaves, com uma média de 4,71 ocorrências/ano, no concelho de Valpaços, com uma média de 1,14 ocorrências/ano e no concelho de Montalegre, com uma média de 0,14 ocorrências/ano.

2.2.4. Distribuição mensal das ocorrências selecionadas

De modo a compreender melhor a distribuição das ocorrências selecionadas ao longo do ano, e tendo como base a média das ocorrências registadas no período de 2006 a 2013 na área territorial da CIM--AT, avaliou-se a distribuição mensal das ocorrências, como mostra a Figura 40.

Como se pode verificar, cerca de 46% das ocorrências concentram-se no período de verão, nomeadamente nos meses de julho (9,5% das ocorrências), agosto (19,1% das ocorrências) e setembro (16,7% das ocorrências). Este resultado já seria de esperar uma vez que 47,7% do total de ocorrências registadas na área da CIM-AT correspondem à tipologia “Incêndios rurais” que tem maior incidência nesse período.

Embora os meses de março e outubro, com uma percentagem a rondar os 9% cada do total de ocorrências, não estejam enquadrados nos meses de verão, a problemática dos “Incêndios rurais” também se verifica nestes meses, fazendo com que estes meses tenham uma elevada percentagem de ocorrências comparativamente com os meses que não se enquadram nos meses de verão.

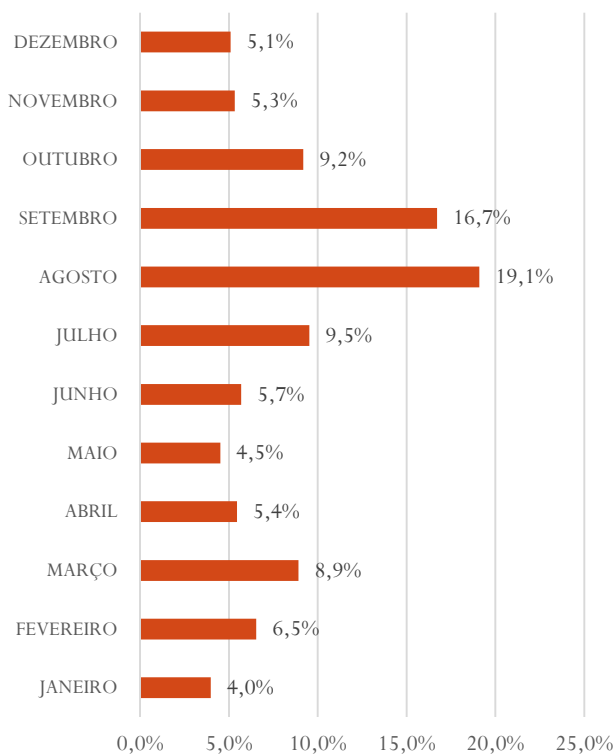


FIGURA 40 - DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS NA ÁREA TERRITORIAL DA CIM-AT | 2006-2013

O mês de janeiro apresenta o número de ocorrências é menor, com uma percentagem de 4%, seguindo-se os meses de abril, maio, novembro e dezembro, com aproximadamente 5% das ocorrências em cada mês.

Na

Figura 41, expressa-se a distribuição mensal das ocorrências selecionadas por concelho da área territorial da CIM-AT.

Verifica-se que, à exceção do concelho de Vila Pouca de Aguiar, o mês em que se registou um maior número de ocorrências, no período de 2006 a 20013, foi o mês de agosto. Valpaços é o concelho em que essa percentagem é mais elevada, com um total de 23,1% das ocorrências a serem registadas nesse mesmo mês, seguindo-se o concelho de Ribeira de Pena, com uma percentagem de 21,9%.

No concelho de Vila Pouca de Aguiar, o mês onde se registou um maior número de ocorrência, foi o mês de Setembro, com uma percentagem de 17,3% do total de ocorrências registadas nesse concelho.

O mês de setembro, com a exceção do concelho de Vila Pouca de Aguiar, é o segundo mês do ano onde se verifica um maior número de registos de ocorrências. No concelho de Vila Pouca de Aguiar, o segundo mês com um maior número de ocorrências foi o mês de agosto.

O concelho de Chaves é o concelho onde a variação das ocorrências entre os meses de verão e os restantes meses é menor, ou seja, apesar de haver um aumento das ocorrências no verão, esse aumento não é tão acentuado como nos outros concelhos pertencentes à área territorial da CIM-AT.

No concelho de Boticas e de Montalegre, o mês de março é o terceiro mês do ano onde se registou um maior número de ocorrências, 13,6% e 10,8% respetivamente.

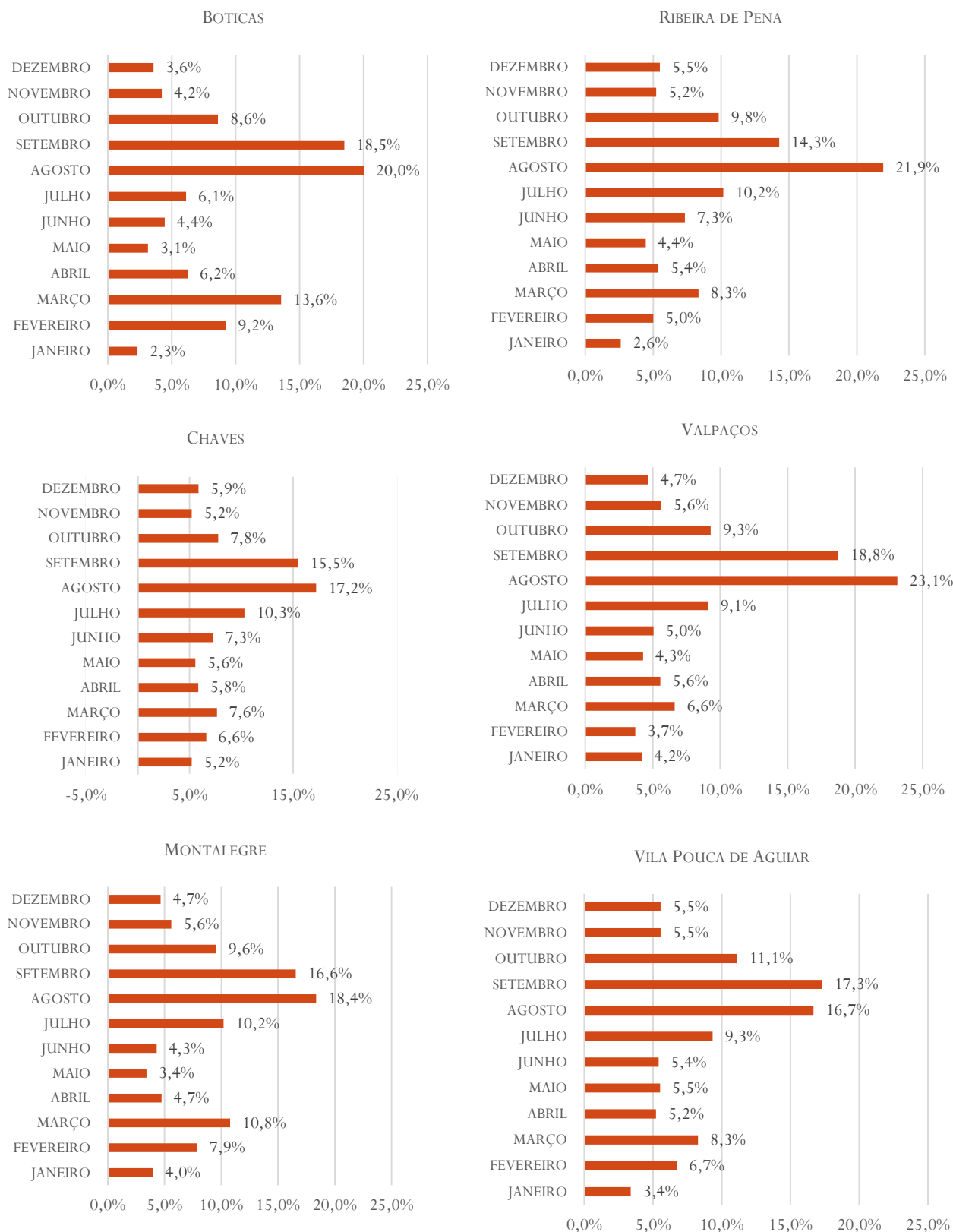


FIGURA 41 - DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS POR CONCELHO | 2006-2013

2.2.4.1. Distribuição mensal das ocorrências selecionadas por tipologia

Como já referido anteriormente são os meses de julho, agosto e setembro, onde se verifica um maior registo de ocorrências. Isto acontece porque há uma grande concentração de ocorrências associadas à tipologia “Incêndios rurais” neste período do ano. Contudo, e como se pode observar pela Figura 42, as ocorrências associadas à tipologia “Abastecimento de água”, “Acidentes” e “Limpeza de via e sinalização de perigo”, também contribuem para que se verifique um aumento das ocorrências, nesses meses do ano.

As ocorrências “Abastecimento de água”, que pertencem à família “Proteção e assistência a pessoas e bens”, estão associadas na sua maioria das vezes a períodos de seca, que na área de estudo são mais recorrentes no período de verão.

Nas ocorrências associadas aos “Acidentes” e a “Limpeza de via e sinalização de perigo”, que muitas vezes estão associadas, verifica-se um ligeiro aumento nos meses de verão, uma vez que neste período de tempo se verifica um aumento de tráfego. Esse aumento de tráfego acontece, essencialmente porque estamos numa região onde a emigração é bastante acentuada, e é neste período de tempo que as famílias regressam sazonalmente à “terra” (Figura 42)

A “Limpeza de via e sinalização de perigo” pode estar muitas das vezes também associada a episódios de “Nevões” ou “Ondas de frio”, contudo isso não se reflete num aumento deste tipo de ocorrências nos meses de inverno, porque no total de ocorrências selecionadas, o seu número é bastante reduzido (Figura 42).

Os meses de março e outubro, apesar de não serem meses de verão, apresentam um elevado número de ocorrências associadas à tipologia “Incêndios rurais”. Isto acontece porque segundo o ICNF, os “Incêndios rurais” fora do período de verão são muitas vezes resultado da necessidade de proceder à queima de sobrança e às queimadas para renovação das pastagens naturais. A área afetada por estes incêndios é quase exclusivamente composta por matos espontâneos, tradicionalmente sujeitos a elevada frequência de queima.

As ocorrências associadas à tipologia “Incêndios urbanos ou áreas urbanizáveis” e “Inundações estruturas ou superfícies por precipitação” têm uma maior recorrência nos meses de inverno, mais concretamente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro (Figura 42). Apesar de não existir alocada a cada ocorrência a sua causa, no caso das “Inundações estruturais ou superfície por precipitação” esta está diretamente relacionada com as condições meteorológicas, ou seja, associadas a períodos de chuva intensa cuja probabilidade de ocorrência na área de estudo é maior nos meses referidos. Relativamente às ocorrências associadas aos “Incêndios urbanos ou áreas urbanizáveis”, e tendo em conta o período em que a sua ocorrência é mais elevada e a área de estudo, pode-se afirmar que em muitos dos casos as suas causas estão associadas ao uso de lareiras ou aparelhos de aquecimento.

De um modo geral, em relação às restantes tipologias em estudo, não existe um padrão definido das suas ocorrências com base nos meses do ano.

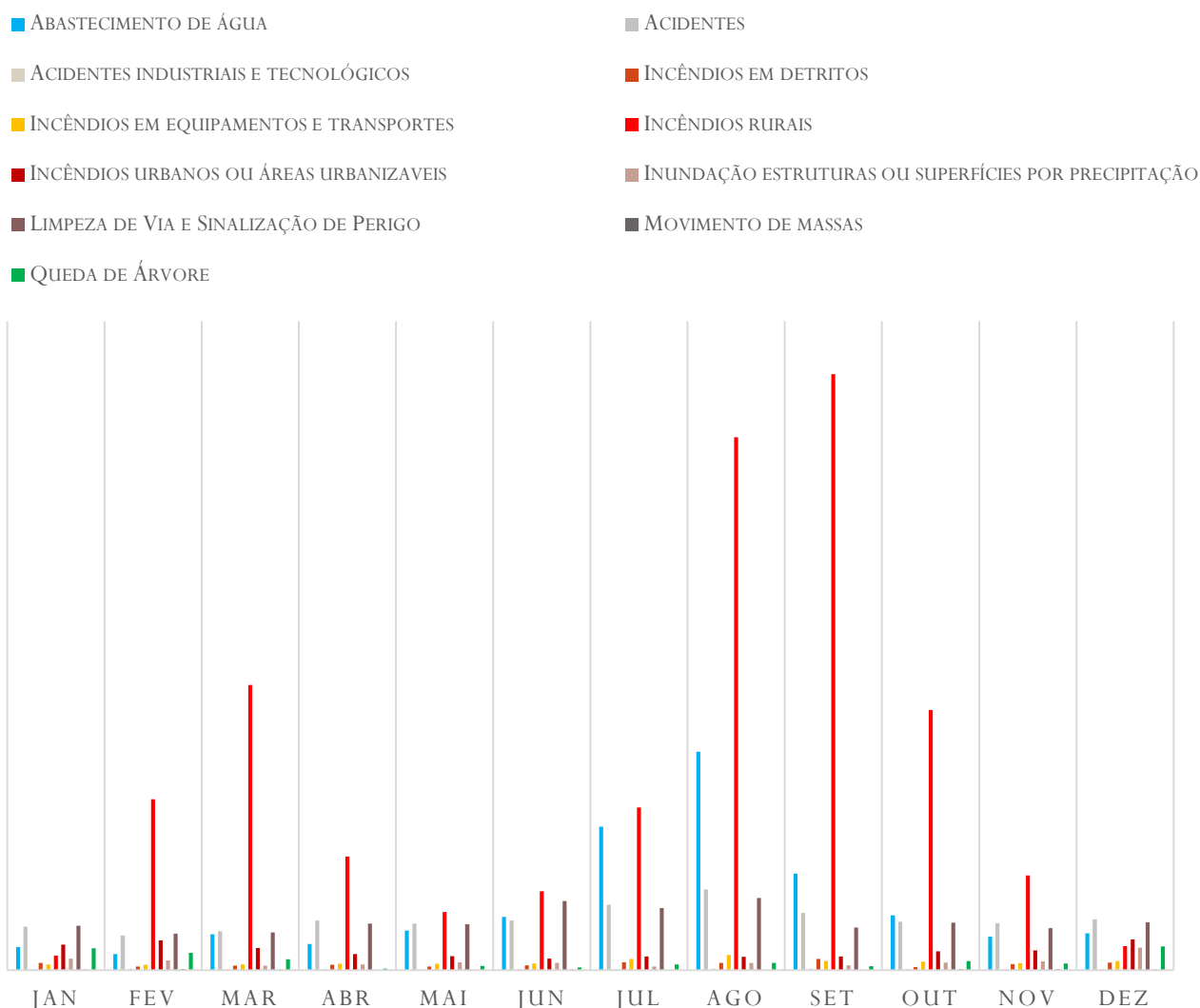


FIGURA 42 - DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA DAS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS POR TIPOLOGIA E MÊS NA ÁREA TERRITORIAL A CIM-AT

2.3. Recursos físicos e humanos alocados às ocorrências selecionadas

No presente ponto pretende-se caracterizar as ocorrências selecionadas por tipologia tendo em conta a mobilização dos meios físicos (veículos) e humanos que são utilizados nas missões de emergência ou socorro (Figura 43).

A tipologia “Incêndios rurais” mobiliza 69,9% dos meios físicos e 75,5% dos meios humanos, do total dos meios mobilizados nas ocorrências selecionadas da área da CIM-AT, no período de 2006 a 2013. Estes

valores já seriam de esperar uma vez que os “Incêndios rurais” correspondem a 47,7% do total de ocorrências selecionadas na área territorial da CIM-AT.

A tipologia “Acidentes”, com mobilização de 8,3% dos meios físicos e 5,5% dos meios humanos, é a segunda tipologia que mobilizou mais meios no período de referência na área territorial da CIM-AT, seguindo-se a tipologia “Abastecimento de água” e “Limpeza de via e sinalização de perigo”.

Os “Incêndios em detritos” e as ocorrências associadas às “Inundações de estruturas ou superfícies por inundações” são as tipologias que mobilizam menos meios físicos e humanos, tendo em conta o total de ocorrências.

Os “Acidentes industriais e tecnológicos”, que representam 0,2% do total de ocorrências, e o “Movimento de massas” que representam 0,1%, representam um valor residual no que diz respeito ao total de mobilização de meios físicos e humanos.

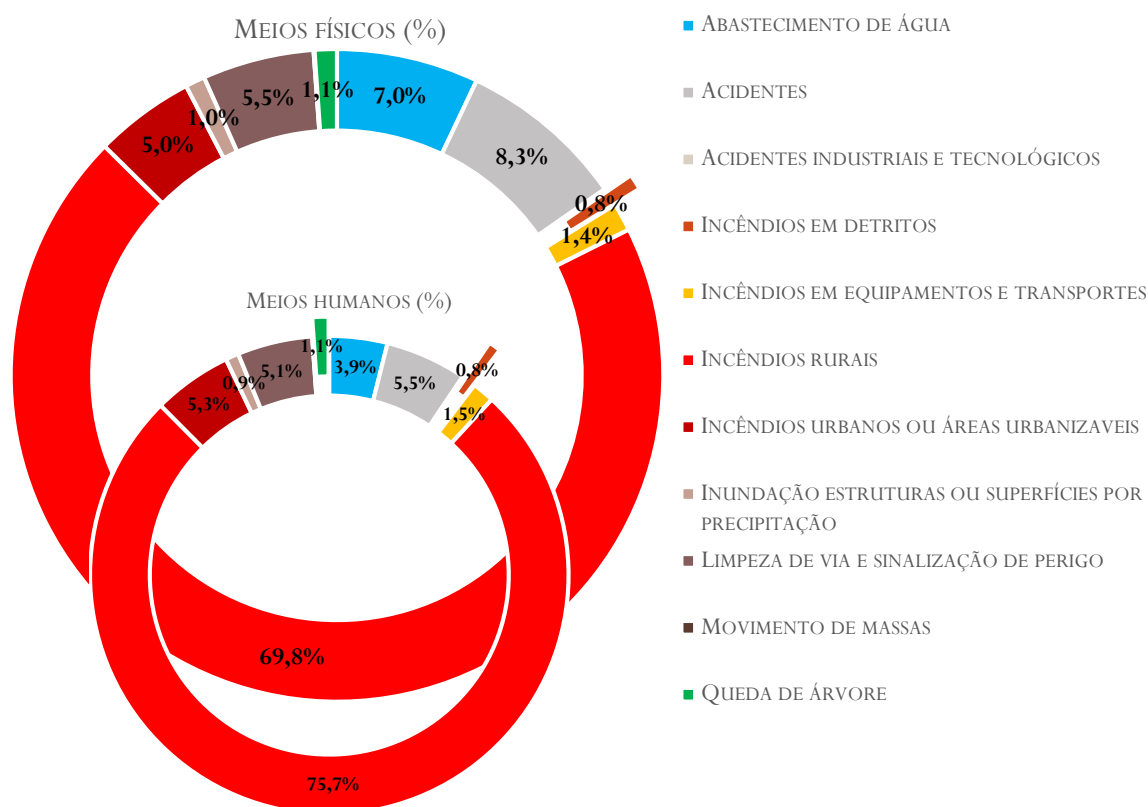


FIGURA 43 - DISTRIBUIÇÃO DOS MEIOS MOBILIZADOS NA ÁREA DA CIM-AT POR TIPOLOGIA DE OCORRÊNCIAS SELECIONADAS | 2006-2013

A análise da Figura 44 remete uma vez mais para as ocorrências selecionadas associada à tipologia “Incêndios rurais”, uma vez que é a tipologia que em média, por ocorrência, mobiliza mais meios físicos e

meios humanos. Por cada ocorrência de “Incêndios rurais”, são mobilizadas em média cerca de 3 viaturas e 14 homens.

A tipologia “Incêndios urbanos ou áreas urbanizáveis” é a segunda tipologia que, em média, mobiliza mais meios físicos e meios humanos, com uma média de cerca de 2 viaturas e 10 homens, seguindo-se os “Incêndio em equipamentos e transportes”.

Na maioria das tipologias, por cada ocorrência foi mobilizada em média uma viatura e pelo menos dois meios humanos.

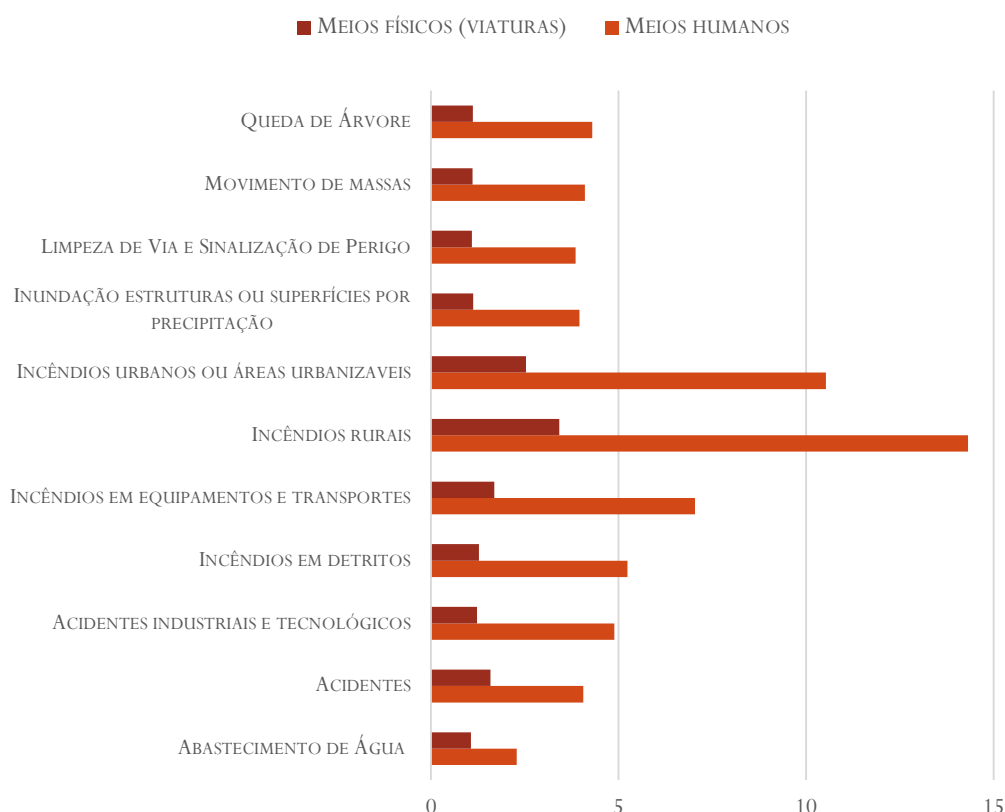


FIGURA 44 - MÉDIA DOS MEIOS FÍSICOS E HUMANOS ALOCADOS ÀS OCORRÊNCIAS SELECIONADAS CLASSIFICADAS POR TIPOLOGIA

2.3.1. Meios físicos e humanos por concelho da CIM Alto-Tâmega

De modo a analisar a autonomia dos concelhos da área territorial da CIM-AT, relativamente aos meios físicos e humanos que são mobilizados por ocorrência e tendo por base nos dados registados na ANPC no período de 2006 a 2013, foi avaliada a percentagem de meios mobilizados por concelho, tendo em conta a sua origem (se pertenciam ao concelho onde foi registada a ocorrência, ou se os meios vinham de fora do concelho).

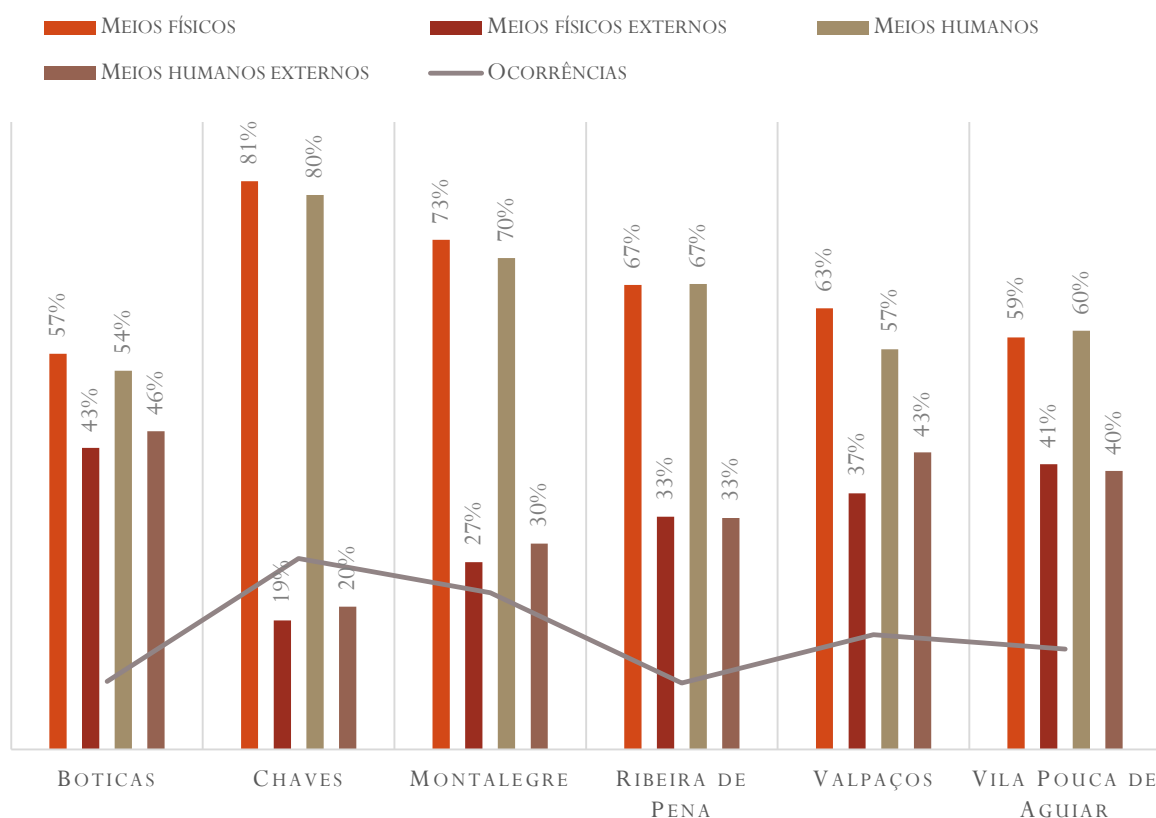


FIGURA 45- PERCENTAGEM DE MEIOS FÍSICOS E HUMANOS MOBILIZADOS POR CONCELHO TENDO EM CONTA A SUA ORIGEM

Pela análise da Figura 45 pode-se constatar que dos seis concelhos que integram área de estudo o concelho de Chaves é o que tem maior autonomia ao nível da mobilização de meios físicos e humanos, seguindo-se o concelho de Montalegre.

No total das ocorrências registadas no concelho de Chaves, para o período em análise, 85% dos meios físicos e 80% dos meios humanos mobilizados pertencem ao concelho, enquanto que 19% dos meios físicos e 20% dos meios humanos mobilizados, têm proveniência de outros concelhos. O concelho de Chaves, apesar de ser o concelho com um maior número de ocorrências selecionadas, é o concelho que tem mais meios próprios para poder intervir em caso de emergência ou socorro.

No concelho de Montalegre, mais de 70% dos meios físicos e humanos mobilizados, nos últimos 7 anos, pertencem ao concelho de Montalegre, e cerca de 30% dos meios físicos e humanos mobilizados vieram de fora do concelho.

O concelho de Ribeira de Pena é o terceiro concelho da área territorial da CIM-AT em que os meios físicos e humanos que vieram de fora do concelho foram menores em termos de percentagem. De todos os meios mobilizados neste concelho, durante o período de estudo, 67% dos meios físicos e humanos fazem parte da estrutura de proteção civil do concelho enquanto que 33% dos meios mobilizados foram requisitados de outros concelhos.

Analisando os restantes três concelhos, Figura 45, verifica-se que o concelho de Boticas, é dos seis concelhos pretendente à CIM-AT o que no total de ocorrências selecionada para o período de 2006 a 2013, necessitou de mobilizar mais meios físicos e humanos, externos ao concelho. No total de meios mobilizados no concelho de Boticas, 43% dos meios físicos e 46% dos meios humanos têm proveniências de outros concelhos, segundo os dados fornecidos pela ANPC.

No concelho de Vila Pouca de Aguiar, do total de meios mobilizados, 41% dos meios físicos e 40% dos meios humanos são externos ao concelho e, no concelho de Valpaços, 37% dos meios físicos e 43% dos meios humanos mobilizados são provenientes de outros concelhos.

2.3.2. Média de meios físicos e humanos por concelho e por tipologia de ocorrências selecionadas

Analisando os meios mobilizados por concelho e por tipologias de ocorrência selecionadas, podemos verificar que existem tipologias comuns em todos os concelhos onde não foram necessários meios provenientes de concelhos, tendo em conta a origem das ocorrências. As tipologias em questão são os “Acidentes industriais e tecnológicos”, que se registaram no concelho de Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, e as ocorrências associadas à tipologia “Inundações estruturais ou superfícies por precipitação”, que se registaram em todos os concelhos mas com maior incidência no concelho de Chaves.

No concelho de Boticas, como se pode observar na Figura 46, não foram necessários meios provenientes de fora do concelho nas ocorrências associadas às tipologias “Queda de árvore”, “Movimento de massas”, “Limpeza de via e sinalização por superfícies por precipitação” e “Incêndios em detritos”. Nas restantes tipologias foram necessários meios provenientes de outros concelhos, sendo os “Incêndios rurais” os que mobilizam em média, por ocorrências selecionada, um maior número de meios físicos e humanos, de pelo menos 1 veículo e 6 meios humanos.

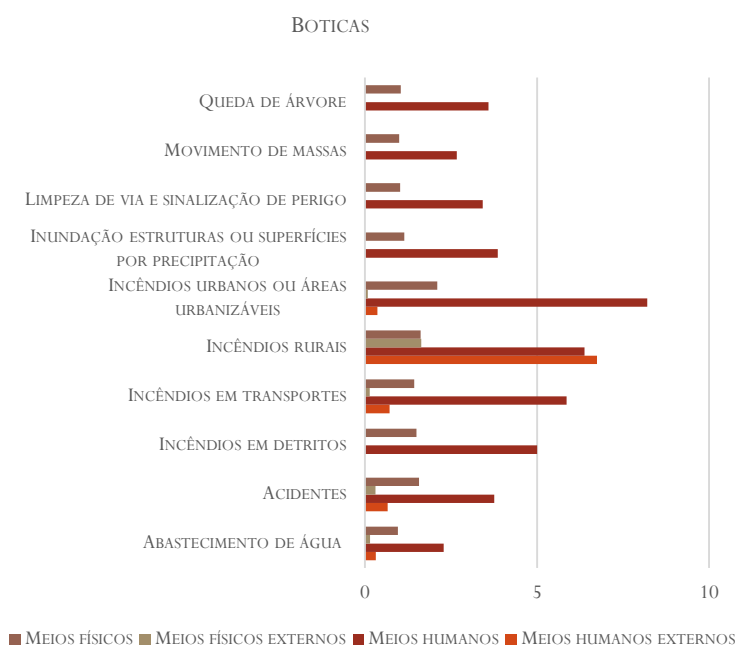


FIGURA 46 - MÉDIA DOS MEIOS MOBILIZADOS NO CONCELHO DE BOTICAS POR TIPOLOGIA DE OCORRÊNCIA SELECIONADAS

Analisando o concelho de Chaves, Figura 47, e apesar de ser o concelho da área territorial da CIM-AT com uma menor percentagem de meios mobilizados externos, só em três tipologias de ocorrências é que não se verificou a mobilização de meio externos. As tipologias em questão são os “Acidentes industriais e tecnológicos”, “Inundações de estruturas ou superfícies por precipitação” e “Queda de árvore”. Nas restantes tipologias foram mobilizados meios externos ao concelho de Chaves, mas com a exceção dos “Incêndios rurais” (é a tipologia que mobiliza mais meios externos) e de “Movimento de massas”, os meios externos mobilizados são residuais.

O concelho de Montalegre, é autónomo na maioria das tipologias como mostra a Figura 48. As ocorrências associadas à tipologia “Incêndios rurais”, a par dos restantes concelhos, é a tipologia que mobiliza em média, por ocorrência selecionada, mais meios, quer sejam meios do concelho quer sejam meios provenientes de outros concelhos. Neste concelho esta tipologia mobiliza em média 1 veículo externo por ocorrência e pelo menos 5 homens provenientes de fora do concelho. A segunda tipologia que mobiliza mais meios externos ao concelho são as ocorrências associadas aos “Incêndios urbanos ou áreas urbanizáveis”.

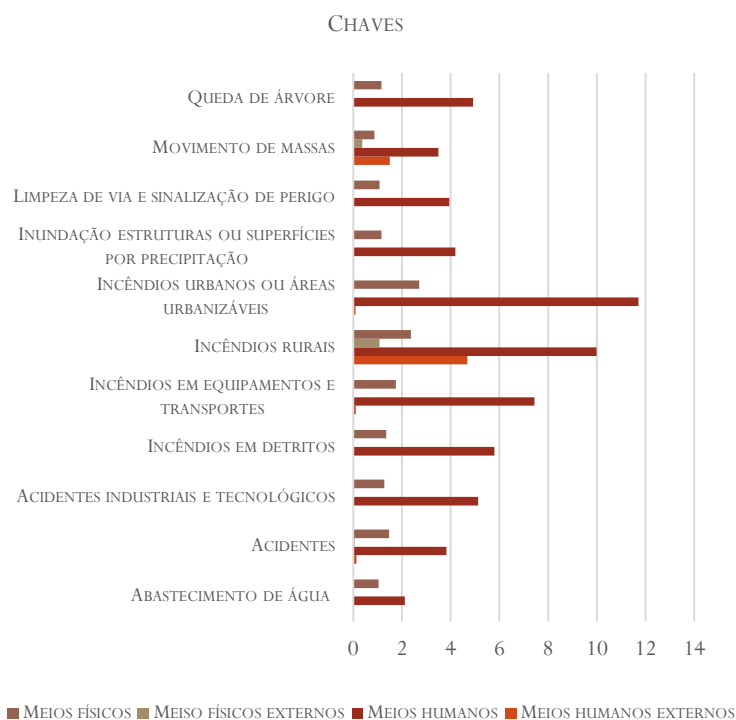


FIGURA 47 - MÉDIA DOS MEIOS MOBILIZADOS NO CONCELHO DE CHAVES POR TIPOLOGIA DE OCORRÊNCIA SELECIONADAS

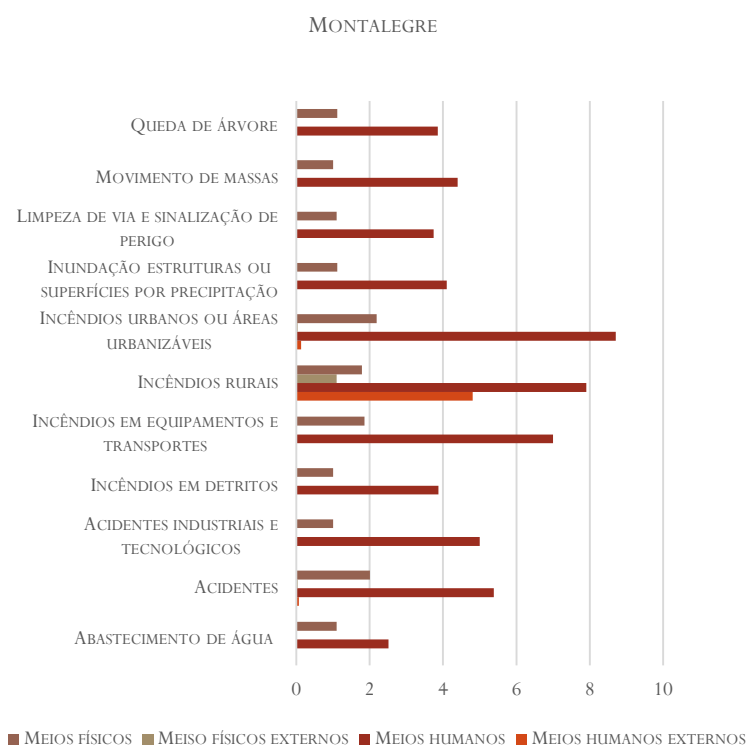


FIGURA 48 - MÉDIA DOS MEIOS MOBILIZADOS NO CONCELHO DE MONTALEGRE POR TIPOLOGIA DE OCORRÊNCIA SELECIONADAS

Em Ribeira de Pena, Figura 49, apenas em quatro das dez tipologias identificadas no concelho é que não foi necessária a mobilização de meios externos. As tipologias em questão são “Incêndios em detritos”, “Inundações de estruturas ou superfícies por precipitação”, “Movimento de massas” e “Queda de árvore”. Nas restantes tipologias houve necessidade de mobilização de meios externos ao concelho. Contudo, e à semelhança do que acontece em toda a área territorial da CIM-AT, a tipologia “Incêndios rurais” é a que mobiliza mais meios externos, em média 2 veículos e 7 homens por ocorrência selecionada.

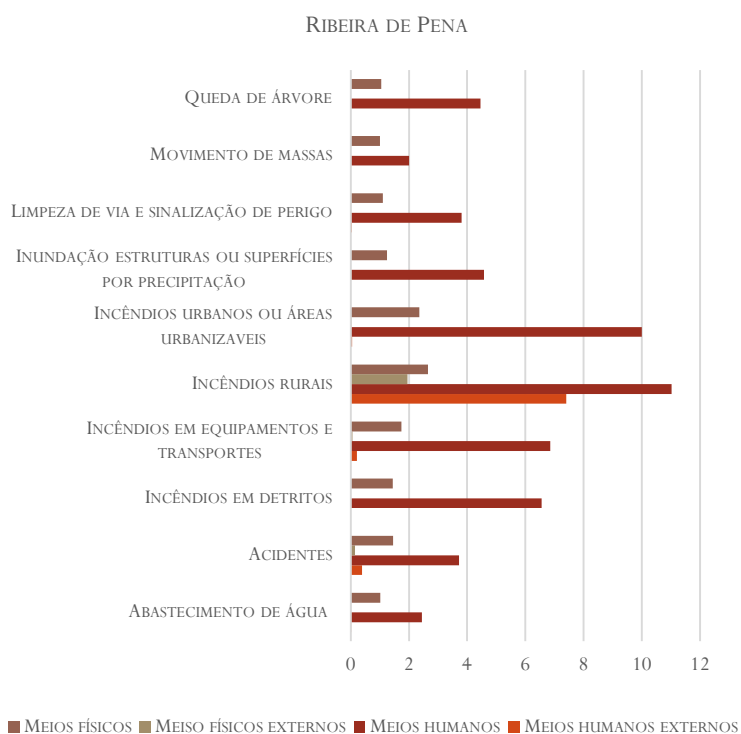


FIGURA 49 - MÉDIA DOS MEIOS MOBILIZADOS NO CONCELHO DE RIBEIRA DE PENA POR TIPOLOGIA DE OCORRÊNCIA SELECIONADAS

Vila Pouca de Aguiar é um dos concelhos que mais depende dos meios externos para fazer face às ocorrências, como referido no ponto 2.3.1. Através da Figura 50 observa-se que, em cinco das onze tipologias identificadas no concelho não se mobilizaram meios dos concelhos vizinhos. Contudo, é de destacar o facto de na tipologia “Incêndios rurais” a média dos meios mobilizados do concelho, quer sejam meios físicos quer sejam meios humanos, por ocorrência é particularmente igual à média dos meios mobilizados com proveniência de outros concelhos.

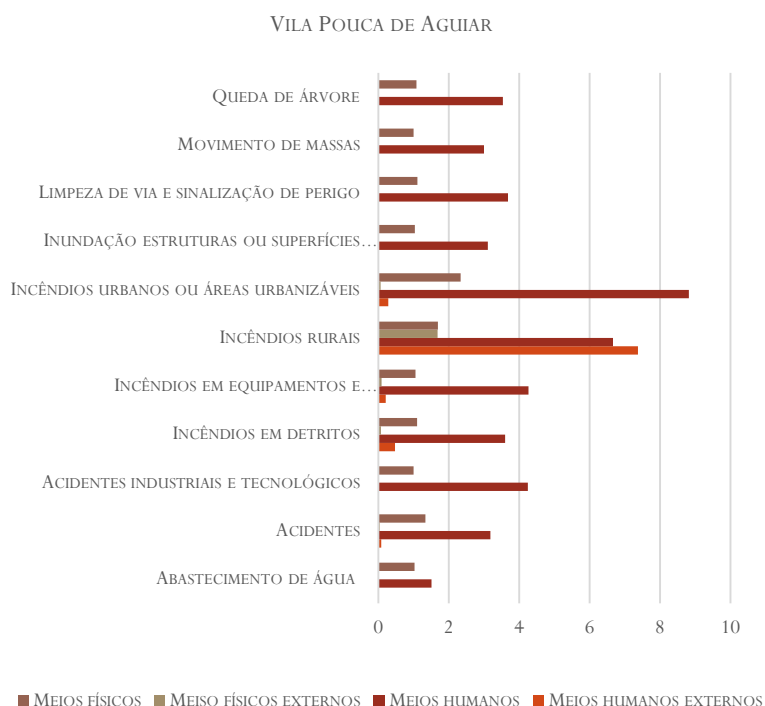


FIGURA 50 - MÉDIA DOS MEIOS MOBILIZADOS NO CONCELHO DE VILA POUCA DE AGUIAR POR TIPOLOGIA DE OCORRÊNCIA SELECIONADAS

No concelho de Valpaços, como se pode observar pela Figura 51, na tipologia associada aos “Incêndios rurais”, em média, por ocorrência selecionada, a mobilização dos meios do concelho e externos é praticamente igual. Com uma média de aproximadamente 2 veículos do concelho e 2 veículos exteriores aos concelho e de aproximadamente 7 homens do concelhos e 7 homens provenientes de estruturas de proteção civil de outros concelhos. No concelho de Valpaços, as ocorrências associadas às tipologias “Acidentes industriais e tecnológicos”, “Incêndios em detritos”, “Inundação estruturas ou superfícies por precipitação” e “Movimento de massas” não se verificou a necessidade de recorrer a meios externos.

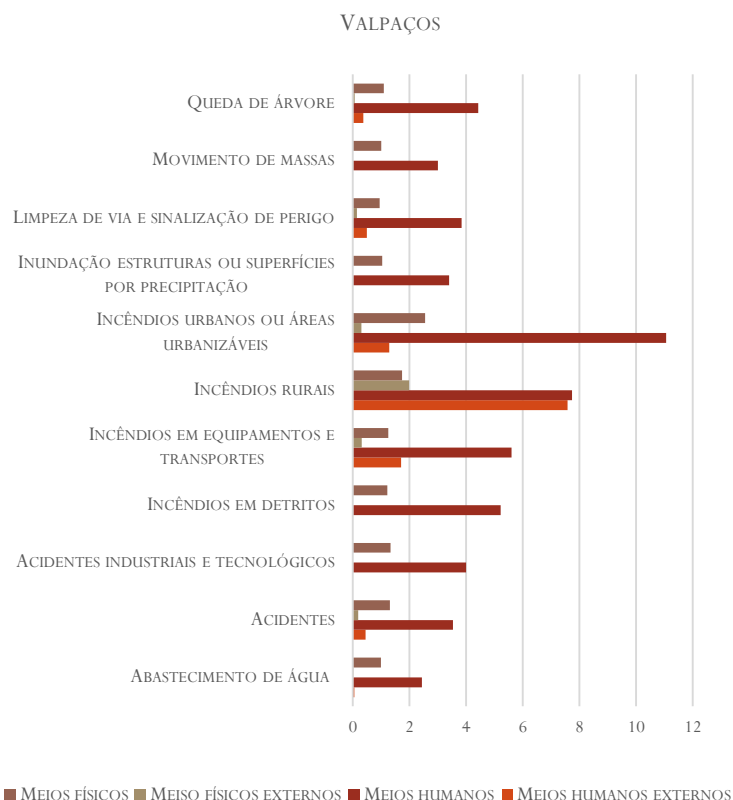


FIGURA 51 - MÉDIA DOS MEIOS MOBILIZADOS NO CONCELHO DE VALPAÇOS POR TIPOLOGIA DE OCORRÊNCIA SELECIONADAS

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 187/71 de 8 de maio – Cria o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Decreto-Lei n.º 22/2006 de 2 de fevereiro - no âmbito da Guarda Nacional Republicana (GNR), o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS).

Decreto-Lei n.º 134/2006 de 25 de julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Decreto-Lei n.º 246/2007 de 27 de julho - define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território continental.

Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de setembro - Define as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período 2007 -2013.

Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de julho – Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e biodiversidade.

Decreto-Lei 114/2011 de 30 de novembro – Procede às transferências das competências dos governos civis, no âmbito da competência legislativa do Governo, para outras entidades da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 248/2012 de 21 de novembro – Define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros.

Lei n.º 34/1996 de 17 de agosto – Lei de Bases da Política Florestal.

Lei n.º 27/2006 de 3 de julho – Lei de Bases da Proteção Civil.

Lei n.º 32/2007 de 13 de agosto - Regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros.

Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal.

Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro - Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.

Lei n.º 72/2013 de 31 de maio – Altera o modelo de organização da Autoridade Nacional de proteção Civil (ANPC), evoluindo, do ponto de vista operacional, de um modelo de lógica distrital para uma organização apoiada numa lógica de agrupamento distrital.

Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Portaria n.º 174/2009 de 18 de fevereiro.- Regulamenta o Programa de Apoio aos Equipamentos (PAE).

Portaria n.º 75/2011 de 15 de fevereiro – Alteração à portaria n.º 1358/2007 de 15 de outubro, que veio regulamentar os procedimentos a adotar na criação, nos corpos de bombeiros detidos por associações humanitárias, de equipas de intervenção permanente (EIP).

Despacho n.º 4205-A/2014 - Regulamento dos Cursos de Formação, de Ingresso e de Acesso do Bombeiro Voluntário.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, I. (2003) - *Riscos Naturais à Escala Global*, III Seminário Recursos Geológicos, Ambiente e Ordenamento do Território, UTAD, Vila Real.

BEER, T., BOBROWSKY, P., CANUTI, P., CUTTER, S. e MARSH, S. (2007) – *Desastres Naturais – Minimizar o Risco, Maximizar a Consciencialização*, Ano Internacional do Planeta Terra.

ANPC (2008) – *Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil*, Cadernos Técnicos PROCIV, ANPC, Direção Nacional de Planeamento de Emergência, Lisboa.

ANPC (2009) – *Guia para a caracterização de risco no âmbito da elaboração de planos de emergência de proteção civil*, Caderno Técnico PROCIV nº9, Edição Autoridade Nacional de Proteção Civil, Lisboa.

CANTOS, Jorge Olcina e Ayala-Carcedo, Javier (2002) – *Riesgos Naturales*, 1ª ed., Ariel Ciencia, Barcelona

CDOS CASTELO BRANCO (2012) – *Estudo Tático Operacional de Proteção e Socorro – Distrito de Castelo Branco*, CDOS, Castelo Branco.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO (2013) - *Estudo de Desenvolvimento Territorial 2014-2020*, Universidade de Aveiro, Aveiro.

DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS (2011) – *Estudo Piloto das Comunidades Intermunicipais | Modelos de competência, de financiamento, de governação, de gestão e de transferência de recursos*, Governo de Portugal, Lisboa.

DGOTDU (2007) - *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, Lisboa

GEOATRIBUTO (2008) - *Atlas dos Riscos Naturais e Tecnológicos dos concelhos de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança.*, Ed. Município de Mirandela, Mirandela.

ISDR – United Nations International Strategy for Disaster Reduction (2005), *Hyogo Framework for Action 2005-2015. Building World Conference on Disaster Reduction*, 18-22 January 2005, Kobe, Hyogo, Japan. United Nations, Geneva. the Resilience of Nations and Communities to Disasters.

LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES (2013) – *Análise da Liga dos Bombeiros Portugueses ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios de 2013*, Lisboa.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL BARROSO E PADRELA (2006) – *Bases de Ordenamento*, Direção Geram dos Recursos Florestais, Lisboa.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE (2007) – *Elementos para o Modelo Territorial*, Comissão de Coordenação da Região do Norte, Porto.

MUNICÍPIO DE BOTICAS (2012) - *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Boticas*, Serviço Municipal de Proteção Civil de Boticas, Boticas.

MUNICÍPIO DE CHAVES (2012) - *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Chaves*, Serviço Municipal de Proteção Civil de Chaves, Chaves.

MUNICÍPIO DE MONTALEGRE (2012) - *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Montalegre*, Serviço Municipal de Proteção Civil de Montalegre, Montalegre.

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA (2012) - *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ribeira de Pena*, Serviço Municipal de Proteção Civil de Ribeira de Pena, Ribeira de Pena.

MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2012) - *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Valpaços*, Serviço Municipal de Proteção Civil de Valpaços, Valpaços.

MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR (2012) - *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Pouca de Aguiar*, Serviço Municipal de Proteção Civil de Vila Pouca de Aguiar, Vila Pouca de Aguiar.

RIBEIRO, M. J. (1995) – *Sociologia dos Desastres*, Revista Sociologia - Problemas e Práticas, nº 18.

ROCHA, J. S. (1998) – *Proteção de Bens Culturais em Caso de Cheias e Inundações*, Simpósio – Proteção dos Bens Culturais em Situações de Emergência.

TAVARES, Alexandre e CUNHA, Lúcio (2008) – *Perigosidade natural na gestão territorial. O caso do município de Coimbra*, Colóquio A Terra: Conflitos e Ordem, Coimbra.

ANEXO I - RECURSOS HUMANOS DOS CORPOS DE BOMBEIROS DA CIM-AT

Recursos Humanos dos Bombeiros Voluntários da CIM- AT

Recursos Humanos dos Bombeiros Voluntários da CIM- AT																	
Concelhos	Nome do CB	Quadro de Comando				Quadro Ativo											Total
						Carreira Oficial de Bombeiro					Carreira de Bombeiro						
		Cmdt	2 Cmdt	Adj.	Total	Sup.	Prin.	1ª	2ª	Sub-total	Chefe	Sub-chefe	Bomb. 1ª	Bomb. 2ª	Bomb. 3ª	Sub-total	
Chaves	CBV Flaviense	1	1	1	3	0	0	0	19	19	3	2	9	14	25	53	72
	CBV S.P. Chaves	1	1	0	2	0	0	0	1	1	1	1	5	5	20	32	33
	CBV Vidago	0	1	1	2	0	0	0	2	2	0	0	3	14	25	42	44
Total		2	3	2	7	0	0	0	22	22	4	3	18	33	70	128	150
Vila Pouca de Aguiar	CBV Vila Pouca de Aguiar	1	0	1	2	0	0	0	1	1	0	2	3	7	37	49	50
Total		1	0	1	2	0	0	0	1	1	0	2	3	7	37	49	50
Valpaços	CBV Carrazedo de Montenegro	0	0	1	1	0	0	0	2	2	0	0	0	2	9	11	13
	CSP Valpaços	1	0	1	2	0	0	0	4	4	0	3	6	5	21	35	39
Total		1	0	2	3	0	0	0	6	6	0	3	6	7	30	46	52
Montalegre	CBV Montalegre	1	1	1	3	0	0	0	0	0	0	8	3	15	16	42	42
	CBV Salto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	23	30	30
Total		1	1	1	3	0	0	0	0	0	0	8	6	19	39	72	72
Ribeira de Pena	CBV Ribeira de Pena	1	1	1	3	0	0	0	0	0	0	3	6	11	36	56	56
	CBV de Cerva	1	0	1	2	0	0	0	0	0	1	3	3	4	15	26	26
Total		2	1	2	5	0	0	0	0	0	1	6	9	15	51	82	82

Recursos Humanos dos Bombeiros Voluntários da CIM- AT																	
Concelhos	Nome do CB	Quadro de Comando				Quadro Ativo											Total
						Carreira Oficial de Bombeiro					Carreira de Bombeiro						
		Cmdt	2 Cmdt	Adj.	Total	Sup.	Prin.	1ª	2ª	Sub-total	Chefe	Sub-chefe	Bomb. 1ª	Bomb. 2ª	Bomb. 3ª	Sub-total	
Boticas	CBV Boticas	1	1	0	2	0	0	0	1	1	1	5	6	18	20	50	51
Total		1	1	0	2	0	0	0	1	1	1	5	6	18	20	50	51
Total Geral		8	6	8	22	0	0	0	30	30	6	27	48	99	247	427	456

ANEXO II – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DOS CORPOS DE
BOMBEIROS DA CIM-AT

Concelhos		Boticas			Chaves									Montalegre			Ribeira de Pena			Valpaços					
Corpo de Bombeiros		CB Boticas			CB Salvação Pública de Chaves			CB Flavienses			CB Vidago			CB Montalegre			CB Ribeira de Pena			CB Valpaços			CB Carrazedo de Montenegro		
Equipamento de proteção individual		Sim	Não	N.º	Sim	Não	N.º	Sim	Não	N.º	Sim	Não	N.º	Sim	Não	N.º	Sim	Não	N.º	Sim	Não	N.º	Sim	Não	N.º
Existem equipamentos de proteção individual para todos os bombeiros do corpo ativo?		x				x			x			x		x				x			x				
Os bombeiros possuem equipamentos de proteção para a cabeça (capacete)?	Incêndios urbanos	x		20	x		18	x		31	x		15	x		15	x		20	x		20	x		25
	Incêndios florestais	x		65	x		15	x		31	x		25	x		20	x		30	x		15	x		25
	Desencarceramento	x		5	x			x		31	x		7	x		7	x		10	x		15	x		25
	Matérias perigosas		x			x			x	4	x		1	x				x			x			x	
Os bombeiros possuem equipamentos de proteção dos olhos?	Incêndios urbanos	x		30	x		18	x		31	x		15		x	15	x		20	x		15	x		25
	Incêndios florestais	x		75	x		15	x		31	x		25	x		20	x		30	x		15	x		25
	Desencarceramento		x	5	x			x		26	x		7	x		7	x		10	x		15		x	
	Matérias perigosas		x			x			x	4	x		25		x			x		x		15		x	
Os bombeiros possuem equipamentos de proteção para as mãos (luvas)?	Incêndios urbanos	x		20		x			x	2	x		15		x	20	x		60		x	15	x		25
	Incêndios florestais	x		65	x		40	x		31	x		27	x		30	x		30	x		15	x		25
	Desencarceramento	x		20		x			x	2	x		15	x		10	x		20		x			x	
	Matérias perigosas					x			x	0	x		1		x			x			x			x	
Os bombeiros possuem botas de proteção?	Incêndios urbanos		x			x			x	1	x		2		x	10		x		x		15	x		15
	Incêndios florestais	x		65	x		40		x	1	x		15	x		30	x		70		x		x		25
Os bombeiros possuem casacos de proteção Tipo Nomex?		x		30	x		21	x		31	x		10	x		15	x		20	x		15	x		30
Os bombeiros possuem calças de proteção Tipo Nomex?		x		30	x		21	x		31	x		10	x		15	x		20	x		15	x		20
Os bombeiros possuem proteção especial de face - Cógula?		x		35	x		40	x		31	x		27	x		50	x		20	x		20	x		25

Os bombeiros possuem Aparelho Respiratório (ARICA)	x		6	x		16	x		13	x		9	x		7	x		10	x		10	x		3
Os bombeiros possuem Fireshelter?	x		20	x		12	x		9	x		7	x		10	x		30	x		***10	x		15
Os bombeiros possuem fatos de proteção química para matérias perigosas?		x			x			x	0	x		1	x				x			x			x	
Os bombeiros possuem outros equipamentos de controlo e medidas para matérias perigosas?		x			x			x	0		x			x			x			x			x	
Outros equipamentos	Salvamento em grande ângulo						x		4															

ANEXO III — RECEITAS DE GASTOS DOS CORPOS DE BOMBEIROS DA CIM-AT

CB	Orçamentos								
	Designação		Ano						
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Boticas	Rendimentos	Vendas e Prestação de serviços		50013,00	117772,15	117216,03	125644,85	117830,66	139533,77
		Subsídios à Exploração	ANPC	38000,00	87704,49	156018,96	183314,75	113318,43	179738,06
			Autarquias locais	66000,00	3000,00	33500,00	55680,00	55680,00	75000,00
			Outras entidades	23250,00		8100,00			47722,34
		Outros rendimentos e ganhos		36330,00	48130,29		41067,30	47753,00	
		Juros, dividendos e outros rendimentos							
		Total Rendimentos		213593,00	256606,93	314834,99	405706,90	334582,09	441994,17
	Gastos	Custo Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas			11130,02	17760,06	13650,60	13918,73	10767,30
		Fornecimentos e Serviços Externos		94113,00	86400,03	162026,70	221765,58	146424,44	292085,41
		Gastos com Pessoal		87110,00	84759,81	96901,91	69402,18	68370,69	144314,14
		Gastos de Depreciação e Amortização		34550,00	32615,45	28183,69	22220,36	35756,06	37161,73
		Outros Gastos e Perdas		2000,00		125,00		118,25	12,77
		Gastos e Perdas de Financiamento				14,19			
		Total Gastos		217773,00	214905,31	305011,55	327038,72	264588,17	484341,35
	Saldo (Saldo = Total Rendimentos - Total de Gastos)			-4180,00	41701,62	9823,44	78668,18	69993,92	-42347,18
Salvação Pública de Chaves	Rendimentos	Vendas e Prestação de serviços		201313,21	249147,00	237512,45	216912,46	183530,54	212330,36
		Subsídios à Exploração	ANPC	102723,73	104795,97	111495,70	186753,32	93814,95	154905,79
			Autarquias locais	40000,00	53000,00	45375,00	45000,00	38500,00	60000,00
			Outras entidades	20289,00	29174,46	45877,73	1893,74	39219,18	40515,51
		Outros rendimentos e ganhos		77420,24	25814,66	31531,30	59258,06	20785,56	34093,61
		Juros, dividendos e outros rendimentos		1085,35	2429,36				
		Total Rendimentos		442831,53	464361,45	471792,18	509817,58	375850,23	501845,27

CB	Orçamentos								
	Designação		Ano						
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	
	Gastos	Custo Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas							
		Fornecimentos e Serviços Externos		175723,55	182568,46	184792,06	178001,91	142988,88	189968,81
		Gastos com Pessoal		243961,71	251043,62	274280,16	273511,03	225192,54	244537,52
		Gastos de Depreciação e Amortização		83987,49	88052,51	43134,07	36352,92	24564,77	60293,65
		Outros Gastos e Perdas		10335,54	8809,08	804,87	2243,34	692,53	146730,28
		Gastos e Perdas de Financiamento		3877,90	1839,67	670,28	3031,04	1902,25	5747,37
		Total Gastos		517886,19	532313,34	512787,89	493140,24	398340,97	647277,63
	Saldo (Saldo = Total Rendimentos - Total de Gastos)		-75054,66	-67951,89	-40995,71	16677,34	-22490,74	-145432,36	
Vidago	Rendimentos	Vendas e Prestação de serviços		100324,02	125682,96	106935,72	109684,50	87189,26	169735,25
		Subsídios à Exploração	ANPC	105495,91	91900,75	96658,34	102782,53	75271,15	89992,13
			Autarquias locais	40000,00	45000,00	9375,00	33000,00	95000,00	37750,00
			Outras entidades	20459,01	6670,00	800,00	2250,00	43801,75	27441,65
		Outros rendimentos e ganhos		54007,04	12625,36	25069,93	35519,90	30851,38	
		Juros, dividendos e outros rendimentos		12670,00	13545,00	16040,00	13945,00	13080,00	12065,00
		Fundos Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	1280904,00	1291722,15	1452360,11
		Total Rendimentos		332955,98	295424,07	254878,99	1578085,93	1636915,69	1789344,14
	Gastos	Custo Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas		109518,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Fornecimentos e Serviços Externos		72710,55	113311,83	101763,32	99095,91	100561,07	101200,85
		Gastos com Pessoal		141426,33	155048,32	161854,39	155400,30	149310,19	147278,18
		Gastos de Depreciação e Amortização		0,00	0,00	0,00	0,00		
		Outros Gastos e Perdas		3375,38	4088,99	988,00	1530,60	5110,41	2917,48
		Gastos e Perdas de Financiamento		254,30	192,66	210,76	87,19	82,34	48,13

CB	Orçamentos								
	Designação			Ano					
				2008	2009	2010	2011	2012	2013
		Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	1291722,15	1389599,24	1427964,92	
		Total Gastos	327284,96	272641,80	264816,47	1547836,15	1644663,25	1679409,56	
	Saldo (Saldo = Total Rendimentos - Total de Gastos)		5671,02	22782,27	-9937,48	30249,78	-7747,56	109934,58	
Montalegre	Rendimentos	Vendas e Prestação de serviços	116616,38	146755,47	155045,07	205308,11	147431,00	170865,10	
		Subsídios à Exploração	ANPC	104581,62	107215,91	148821,31	58362,64	119448,89	172423,42
			Autarquias locais	11919,70	55783,50	66606,73	119625,58	158372,12	77484,14
			Outras entidades	69182,50	40691,39	40643,69	13822,74	26166,00	31916,00
		Outros rendimentos e ganhos	17411,00	20357,00	21209,00	2294,39	0,91	46398,04	
		Juros, dividendos e outros rendimentos	458,78	353,04	188,40		1127,96	947,83	
		Total Rendimentos	320169,98	371156,31	432514,20	399413,46	452546,88	500034,53	
	Gastos	Custo Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas							
		Fornecimentos e Serviços Externos	226820,49	225679,46	280237,57	203634,78	175650,34	225569,65	
		Gastos com Pessoal	80797,81	135278,38	151968,86	156778,78	154716,10	161543,42	
		Gastos de Depreciação e Amortização				21092,97	53245,14	66043,70	
		Outros Gastos e Perdas				2024,46	997,68	4567,39	
		Gastos e Perdas de Financiamento				235,09			
		Total Gastos	307618,30	360957,84	432206,43	383766,08	384609,26	457724,16	
	Saldo (Saldo = Total Rendimentos - Total de Gastos)		12551,68	10198,47	307,77	15647,38	67937,62	42310,37	
	Carrazedo de Montenegro	Rendimentos	Vendas e Prestação de serviços	58018,23	76328,97	96635,25	62893,73	79776,33	87096,37
			Subsídios à Exploração	ANPC	41662,17	41113,55	77694,41	50299,95	57889,74
Autarquias locais				24177,69	27162,50	3092,53	19745,50	23100,00	21118,50
Outras entidades				6400,00	1322,50		1497,00	7934,56	16832,78

CB	Orçamentos							
	Designação		Ano					
			2008	2009	2010	2011	2012	2013
		Outros rendimentos e ganhos	3689,66	10426,50	13136,40	13914,12	2408,25	5461,09
		Juros, dividendos e outros rendimentos	10034,00	10315,00			10897,50	9855,50
		Total Rendimentos	143981,75	166669,02	190558,59	148350,30	182006,38	208489,35
	Gastos	Custo Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas						
		Fornecimentos e Serviços Externos	44486,19	50300,41	66053,45	60025,64	49514,25	74685,12
		Gastos com Pessoal	90683,40	101720,03	117505,59	109639,95	122303,65	117573,31
		Gastos de Depreciação e Amortização	6272,60	10960,23	29017,13	31375,41	41584,55	47984,30
		Outros Gastos e Perdas	3132,02	3225,55	2128,40	862,04	9631,28	550,00
		Gastos e Perdas de Financiamento			1928,74	2472,78	1969,68	1532,55
		Total Gastos	144574,21	166206,22	216633,31	204375,82	225003,41	242325,28
	Saldo (Saldo = Total Rendimentos - Total de Gastos)		-592,46	462,80	-26074,72	-56025,52	-42997,03	-33835,93
Valpaços	Rendimentos	Vendas e Prestação de serviços	153968,13	202762,87	217440,36	127624,12	131916,26	139757,65
		Subsídios à Exploração	ANPC					134339,99
		Autarquias locais	233991,41	263436,40	193869,31	229351,98	229351,98	53866,68
		Outras entidades						51802,54
		Outros rendimentos e ganhos	9553,91	21982,62	15342,40	19828,95	21582,12	28397,51
		Juros, dividendos e outros rendimentos		9,45	20,99	22,98	3,78	0,18
		Total Rendimentos	397513,45	488191,34	426673,06	376828,03	382854,14	408164,55
	Gastos	Custo Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas						1001,84
		Fornecimentos e Serviços Externos	152205,29	164323,34	144135,42	115468,47	119433,04	100065,35
		Gastos com Pessoal	215395,04	259115,35	250814,18	248844,46	248148,21	248342,55
		Gastos de Depreciação e Amortização	17423,84	20065,15	21319,38	15508,13	13568,37	41347,18

CB	Orçamentos							
	Designação		Ano					
			2008	2009	2010	2011	2012	2013
		Outros Gastos e Perdas	6455,43	8520,55	7204,35	772,04	1538,36	4168,98
		Gastos e Perdas de Financiamento		1297,88	1161,94	209,10	967,76	5626,56
		Total Gastos	391479,60	453322,27	424635,27	380802,20	383655,74	400552,46
	Saldo (Saldo = Total Rendimentos - Total de Gastos)		6033,85	34869,07	2037,79	-3974,17	-801,60	7612,09

ANEXO IV – ORÇAMENTO DAS AUTARQUIAS DESTINADOS À PROTEÇÃO CIVIL DOS MUNICÍPIOS QUE
INTEGRAM DA CIM-AT

Orçamento anual afeto à proteção civil (euros)

Municípios	Ano	Pessoal	Mitigação de riscos	Campanhas de sensibilização	Aquisição de equipamentos	Bombeiros	Outros	Total
Boticas	2009	58 000	10 000	500	3 000	22 488		93 988
	2010	58 000	9 500	500		33 500		101 500
	2011	58 000	11 000	500	10 401	30 000		109 901
	2012	58 000	8 000	500		30 000		96 500
	2013	58 000	9 800	500	2 500	75 000		145 800
	Previsto para 2014	58 000	11 000	500		30 000		99 500
	Total	348 000	59 300	3 000	15 901	220 988	0	647 189
Chaves	2009	27 853			1 771	135 000		164 624
	2010	26 618			3 860	135 000		165 478
	2011	26 461			18 192	135 000		179 653
	2012	38 816		2 000	18 510	135 000		194 326
	2013	39 254			5 062	112 500		156 815
	Previsto para 2014	39 254			5 062	112 500		156 815
	Total	198 255	0	2 000	52 457	765 000	0	1 017 712
Montalegre	2009					137 774		137 774
	2010					152 364		152 364
	2011					107 381		107 381
	2012					158 272		158 272
	2013					156 138		156 138
	Previsto para 2014					193 400		193 400
	Total					905 329		905 329
Ribeira de Pena	2009	24 023		4 878	4 688	40 000	11 938	85 527

Orçamento anual afeto à proteção civil (euros)

Municípios	Ano	Pessoal	Mitigação de riscos	Campanhas de sensibilização	Aquisição de equipamentos	Bombeiros	Outros	Total
	2010	29 855		3 118	14 743	33 000	17 650	98 367
	2011	34 643		245	3 170	39 000	11 587	88 645
	2012	34 643		209	0	29 475	10 081	74 408
	2013	38 363		0	2 068	27 360	4 301	72 092
	Previsto para 2014	57 836		0	20 851	29 360	4 301	112 348
	Total	219 363		8 450	45 521	198 195	64 086	535 615
Valpaços	Previsto para 2014	17 731	50 000			66 000	3 775	137 506
	Total	17 731	50 000			66 000	3 775	137 506
Vila Pouca de Aguiar	2009	9 500			22 500	100 000		132 000
	2010	9 500			37 500	90 000		137 000
	2011	9 800			12 500	5 000		27 300
	2012	6 000			12 500	5 000		23 500
	2013	19 000			25 000	27 500		71 500
	Previsto para 2014	19 500			25 000	7 500		52 000
	Total	73 300	0	0	135 000	235 000	0	443 300

